



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LAURA VILELA RODRIGUES REZENDE

**INCUBADORAS SOCIAIS: GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO
CONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DE TECNOLOGIA SOCIAL**

Brasília-DF

2009

LAURA VILELA RODRIGUES REZENDE

INCUBADORAS SOCIAIS: GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DE TECNOLOGIA SOCIAL

Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção de título de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Gestão de Informação e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Emir José Suaiden

Brasília-DF

2009

LAURA VILELA RODRIGUES REZENDE

**INCUBADORAS SOCIAIS: GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
NA CONSTRUÇÃO DE TECNOLOGIA SOCIAL**

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, para a obtenção de título de Doutor, aprovada em 19 de Março de 2009, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Emir José Suaiden – UnB - Presidente

Prof. Dr. Rogério Henrique de Araújo Júnior – UnB - Membro

Prof^a Dr. Cecília Leite Oliveira – IBICT / MCT – Membro

Dr. Henrique Flávio Rodrigues da Silveira - Banco Central do Brasil – Membro

Dr^a .Silvânia Vieira de Miranda - Banco Central do Brasil – Membro

Prof^a Dr^a. Elmira Luzia Melo Soares Simeão – UnB – Suplente

DEDICATÓRIAS

Dedico esta tese ao meu pai, Manoel Messias (*in memorium*), que sempre foi meu exemplo de retidão, responsabilidade e comprometimento.

Dedico-a também aos meus dois filhos, Ana Laura e Artur, que durante esta jornada doutoral me deram a inspiração, coragem e fé para me refazer a cada dia e lutar por mais esta conquista.

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS A

Deus, por todas as oportunidades vivenciadas ao longo de minha vida.

minha MÃE, pelos ensinamentos do amor e dedicação incondicionais; pelas horas e horas vividas ao lado de Ana Laura para que eu pudesse me debruçar nos estudos;

meu esposo ANDRÉ, pela cumplicidade intensa, pelo amor e carinho constantes, pela paciência duradoura, por estar sempre ao meu lado me encorajando;

PROFESSOR EMIR, por sempre acreditar em mim e pelo exemplo de humildade, coragem e força;

Meu especial agradecimento a todas as pessoas que colaboraram como sujeitos da pesquisa.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e divulgação deste trabalho (EQUIPE DA INCUBADORA SOCIAL DA UFG, em especial Fernando Bartholo; EQUIPE DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFG).

Agradeço à minha amiga Sonia Riascos, por todo o empenho, pela força e pela amizade.

Agradeço aos amigos(as) que fiz no CID: Profª Sofia, Zilma, Jucilene, Marta, alunos do doutorado (turma de 2005), professores, colaboradores e todos os outros...

“Saiu o semeador a semear

Semeou o dia todo

E a noite o apanhou ainda com as mãos cheias de sementes.

Ele semeava tranquilo sem pensar na colheita

porque muito tinha colhido do que outros semearam.

Jovem, seja você esse semeador

Semeia com Otimismo

Semeia com Idealismo

as sementes vivas da Paz e da Justiça.”

Cora Coralina

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xiii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	xv
LISTA DE GRÁFICOS.....	xvii
LISTA DE TABELAS.....	xviii
RESUMO.....	xx
ABSTRACT.....	xxi
RESUMEN.....	xxii
1. INTRODUÇÃO.....	23
1.1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	23
1.2. JUSTIFICATIVA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	25
1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA.....	27
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	28
2.1. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO APORTE TEÓRICO PARA O COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÃO E DE CONHECIMENTO ENTRE UNIVERSIDADES E SOCIEDADE.....	28
2.1.1. A Dimensão social e humana da informação e do conhecimento.....	29

2.1.2. Gestão da informação e do conhecimento: aspectos teóricos e conceituais.....	32
2.1.3. Alfabetização em Informação e competências essenciais.....	36
2.2. INCLUSÃO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO.....	41
2.2.1. Tecnologia Social (TS).....	43
2.2.2. A Economia Solidária (ES) e as organizações de autogestão.....	48
2.2.2.1. A identidade cultural e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).....	51
2.2.2.2. Cooperativismo: Princípios e Valores.....	54
2.2.3. Capital social: aprendizado e inovação.....	58
2.3. UNIVERSIDADE : AMBIENTE DE DESCOBERTAS E INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTO.....	61
2.3.1. A Extensão Universitária como processo de interação social.....	63
2.3.2. As Incubadoras Sociais de Empreendimentos Populares.....	65
2.3.2.1. Incubadoras sociais ligadas a Universidades Brasileiras.....	66
2.3.2.2. A Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás (UFG).....	73
2.3.2.3 Inovação no processo de incubação de empreendimentos populares.....	75

2.4. LIXO – O PROCESSO DE RECICLAGEM E SUA HISTÓRIA.....	76
2.4.1. O círculo perverso da reciclagem.....	79
2.4.2. O círculo virtuoso da reciclagem.....	83
2.4.3. O Programa Goiânia Coleta Seletiva.....	87
2.4.3.1. Como funciona uma cooperativa de coleta seletiva?.....	90
2.5. CONCLUSÕES SOBRE A REVISÃO DE LITERATURA.....	92
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	94
3.1. PANORAMA POPULACIONAL E GEOGRÁFICO DA CIDADE DE GOIÂNIA.....	94
3.2. DESENVOLVIMENTO HUMANO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA.....	96
3.3. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA.....	97
3.4. SITUAÇÃO DO EMPREGO E DESEMPREGO EM GOIÂNIA (SETOR FORMAL E INFORMAL).....	99
3.4.1. Setor Formal.....	99
3.4.2. Setor Informal.....	100
4. UNIVERSO E SUJEITOS DA PESQUISA.....	103
4.1. COOPERATIVA A AMBIENTAL.....	103
4.2. COOPERATIVA COOPERMAS.....	104
4.3. COOPERATIVA COOPER–RAMA.....	104
5. PRESSUPOSTOS E VARIÁVEIS DA PESQUISA.....	105
6. METODOLOGIA.....	107
6.1. EMBASAMENTO TEÓRICO DA METODOLOGIA.....	109

6.1.1. Acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares(PRONINC).....	109
6.1.2. Lixo: A reciclagem integradora.....	114
6.2. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	115
6.2.1. Diagnóstico da fase de pré-incubação (levantamento ou Survey)..	117
6.2.2. Grupo focal ou grupo de foco.....	122
6.2.3. SWOT.....	124
6.2.4. Considerações sobre a escolha dos instrumentos de coleta de dados.....	125
6.2.4.1. Limitações na coleta dos dados.....	127
7. O DESENVOLVER DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO: UMA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO.....	128
7.1. FASE 0 – SELEÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO.....	128
7.1.1. Fase 0 - Trajetória dos grupos incubados.....	129
7.1.1.1. Cooperativa A Ambiental.....	129
7.1.1.2. Cooperativa COOPERMAS.....	130
7.1.1.3. Cooperativa COOPER-RAMA.....	132
7.2. FASE I: CONSTRUINDO O PROJETO OU "SONHO COOPERATIVO".....	133
7.2.2. Fase I - Trajetória dos grupos incubados.....	134
7.2.2.1. Cooperativa A Ambiental.....	134
7.2.2.2. Cooperativa COOPERMAS.....	136
7.2.2.3. Cooperativa COOPER-RAMA.....	137
7.3. FASE II – DESENVOLVIMENTO DO PROJETO COOPERATIVO.....	139
7.4. FASE III - A EXPANSÃO DO PROJETO COOPERATIVO.....	139

7.5. FASE IV – GRADUAÇÃO E AUTONOMIA DA COOPERATIVA.....	140
8. EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	141
8.1 PRIMEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO.....	141
8.2. SEGUNDO OBJETIVO ESPECÍFICO.....	146
8.3. TERCEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO.....	152
9. VALIDAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS.....	155
10. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	165
10.1 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	166
REFERÊNCIAS.....	168
APÊNDICES.....	179
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DO DIAGNÓSTICO DA FASE DE PRÉ- INCUBAÇÃO – 2ª FASE.....	180
APÊNDICE B: ATAS DE REUNIÕES DAS COOPERATIVAS.....	185
APÊNDICE C: FICHA DE CONTROLE DE COLETA DE MATERIAIS; CONTROLE DE ESTOQUE; CONTROLE DE PESO; COMERCIALIZAÇÃO.....	192
APÊNDICE D: PROGRAMAÇÃO DO 1º SEMINÁRIO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM GOIÁS (ORGANIZAÇÃO: INCUBADORA SOCIAL – UFG).....	196
APÊNDICE E: PROPOSTA DE ADMISSÃO DE COOPERADOS E LIVRO DE MATRÍCULA.....	198

APÊNDICE F: MODELO DE IDENTIDADE VISUAL CRIADA POR ALUNOS DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (UCG) PARA A INCUBADORA SOCIAL (UFG).....	200
APÊNDICE G: MODELO DE IDENTIDADE VISUAL CRIADA POR ALUNOS DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (UCG) PARA A COOPERATIVA: A AMBIENTAL.....	201
APÊNDICE H: MODELO DE IDENTIDADE VISUAL CRIADA POR ALUNOS DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (UCG) PARA COOPERATIVA: COOPERMAS.....	204
APÊNDICE I: MODELO DE IDENTIDADE VISUAL CRIADA POR ALUNOS DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (UCG) PARA A COOPERATIVA: COOPER- RAMA.....	208
ANEXOS.....	212
ANEXO 1: FOLHETO EXPLICATIVO SOBRE COLETA SELETIVA ELABORADO PELA ASSOCIAÇÃO BEIJA FLOR E OUTRO ELABORADO PELA PREFEITURA DE GOIÂNIA.....	213
ANEXO 2: REPORTAGEM ESPECIAL JORNAL DO SENADO – PAÍS AINDA NÃO SABE LIDAR COM O LIXO.....	215
ANEXO 3: MENSAGEM ELETRÔNICA PROVENIENTE DA INCUBADORA SOCIAL UNB.....	216

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
CBRTS	Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social
CNM/CUT	Confederação Nacional de Metalúrgicos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEP	Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida
COMURG	Companhia de Urbanização de Goiânia
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DSU	Divisão de Serviços Urbanos
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FIEG	Federação das Indústrias de Goiás
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GR	Gabinete do Reitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESC Ribeira	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITCP's	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
ONU	Organização das Nações Unidas
PEV's	Pontos de Entrega Voluntária
PREAC	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PROEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SERT	Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado
TC	Tecnologias Convencionais
TS	Tecnologia Social
UnB	Universidade de Brasília
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Construção de Conhecimento Científico.....	33
Ilustração 2	Os níveis hierárquicos do conhecimento.....	35
Ilustração 3	Formação por competências.....	39
Ilustração 4	O círculo perverso da reciclagem.....	80
Ilustração 5	O círculo virtuoso da reciclagem.....	84
Ilustração 6	Os quatro momentos da pesquisa-ação clássica.....	108
Ilustração 7	Esboço dos dados a serem coletados na 1ª parte do Diagnóstico da fase de Pré-Incubação.....	119
Ilustração 8	Sede da Cooperativa A Ambiental.....	135
Ilustração 9	1ª Reunião na sede da cooperativa A Ambiental	135
Ilustração 10	Membros da cooperativa A Ambiental, Representantes da Incubadora Social da UFG e Banco do Brasil.....	136
Ilustração 11	COOPERMAS -Reunião cooperativa – nov/2008.....	137
Ilustração 12	COOPERMAS - Caminhão de um dos membros levando material individual.....	137
Ilustração 13	Sede da COOPER-RAMA.....	138
Ilustração 14	Catadores da COOPER-RAMA realizando a separação primária do material levado pela COMURG.....	138
Ilustração 15	Equipe de organização do I Seminário de Economia Solidária e Educação Ambiental (16 e 17 de Outubro de 2008 - UFG).....	156
Ilustração 16	I Seminário de Economia Solidária e Educação Ambiental - Palestrante: Roberto Marinho Alves da Silva (Diretor de Estudos e Divulgação - SENAES / MTE).....	157

Ilustração 17 Visita técnica – CENTCOOP (Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal) e cooperativas COOP-ATIVA, CORTRAP e Reciclo - Brasília (DF)– 24/11/2008.....	162
Ilustração 18 Visita à cooperativa COOP-ATIVA (localizada nas proximidades da via Estrutural de Brasília – DF).....	163

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Composição das equipes técnicas das incubadoras.....	111
GRÁFICO 2	Áreas do conhecimento das equipes técnicas das incubadoras nas universidades.....	112
GRÁFICO 3	Distribuição dos Empreendimentos por segmentos econômicos (nos sete de maior frequência) – Empreendimentos Incubados (Proninc) e Empreendimentos em geral (primeiro mapeamento SIES).....	114
GRÁFICO 4	A AMBIENTAL - cooperativados classificados por faixa etária.....	147
GRÁFICO 5	A AMBIENTAL - cooperativados classificados por Estado civil.....	147
GRÁFICO 6	A AMBIENTAL - cooperativados classificados por Escolaridade.....	147
GRÁFICO 7	COOPERMAS - cooperativados classificados por faixa etária.....	148
GRÁFICO 8	COOPERMAS - cooperativados classificados por Estado civil.....	148
GRÁFICO 9	COOPER-RAMA - cooperativados classificados por faixa etária.....	149
GRÁFICO 10	COOPER-RAMA - cooperativados classificados por Estado civil...	149
GRÁFICO 11	COOPER-RAMA: cooperativados classificados por Escolaridade...	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Vantagens significativas das Sete Faces da Alfabetização em Informação.....	38
Tabela 2 Alguns dos principais desafios vividos pelas universidades.....	62
Tabela 3 Degradação de materiais.....	77
Tabela 4 Responsáveis pelo gerenciamento do lixo.....	77
Tabela 5 Quantidade diária de lixo coletado, por unidade de destino final do lixo coletado na Região Centro Oeste, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios das Capitais – 2000.....	87
Tabela 6 Área, lei de criação, município de origem e densidade demográfica de Goiânia.....	94
Tabela 7 Goiânia - Pop. residente e taxa média geom. de crescim.anual -1991, 2000–2006, 2006-2007.....	95
Tabela 8 Goiânia - População residente por sexo e situação do domicílio – 2000.....	95
Tabela 9 Goiânia - Domicílios particulares permanentes / salário mínimo.....	96
Tabela 10 Goiânia - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH - M) - 1991 – 2000.....	97
Tabela 11 Goiás e Brasil: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto <i>per capita</i> e taxas de crescimento - 2002-2005.....	98
Tabela 12 Goiânia - Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, flutuação do nível de emprego, população residente de 10 anos ou mais de idade e economicamente ativas – 2000 – 2006.....	99
Tabela 13 Goiânia - Emprego formal por setor de atividade – 2005.....	100
Tabela 14 Saldo de empregos em Goiânia (1998 – 2007).....	100

Tabela 15 Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo os grupos de atividades em Goiânia (2003).....	101
Tabela 16 Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por sexo, segundo características selecionadas em Goiânia (2003).....	102
Tabela 17 Distribuição espacial das incubadoras e empreendimentos incubados (ano: 2005).....	110
Tabela 18 Distribuição regional dos EES – Empreendimentos incubados (Proninc) e Empreendimentos em geral (Primeiro mapeamento SIES – Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária).....	113
Tabela 19 Instrumentos de coleta de dados relacionados com os objetivos específicos, pressupostos e variáveis do estudo.....	116
Tabela 20 Modelo de tabela de classificação de fatores de acordo com a técnica SWOT utilizada nos grupos.....	125
Tabela 21 Fases do processo de incubação.....	128
Tabela 22 SWOT - Cooperativa A Ambiental.....	141
Tabela 23 SWOT- Cooperativa COOPERMAS.....	142
Tabela 24 SWOT - Cooperativa COOPER-RAMA.....	143
Tabela 25 Bloco 1 – Respostas das questões de 1 a 3 (Questões gerais sobre os EES).....	143
Tabela 26 Bloco 2 – Respostas das questões de 11 a 15 (Autogestão).....	144
Tabela 27 Bloco 3: Respostas das questões 16 e 17 - Questões sobre as necessidades (informacionais) dos EES e o programa de incubação.....	145
Tabela 28 Diagnóstico da fase de pré-incubação.....	152

RESUMO

A presente pesquisa está inserida no contexto de implantação da Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás, especificamente objetivando construir uma proposta de incubação de grupos populares cujo foco é a gestão da informação e do conhecimento, resultando na construção de uma tecnologia social. Possui como aporte teórico a Ciência da Informação. Realiza-se na cidade de Goiânia (Go) tendo como sujeitos da pesquisa membros de três cooperativas de catadores de material reciclável. Visa impulsionar nos grupos incubados um processo gradativo de transformações políticas, econômicas e sociais, baseado no desenvolvimento da auto-estima, emancipação, capacidade de comunicação, confiança em seus saberes e em sua capacidade de aprender. Trata-se de um estudo prioritariamente qualitativo, onde aplicam-se os métodos etnográfico e de pesquisa-ação. Como ferramentas de coleta de dados, um diagnóstico (*survey*) traçou o perfil sócio-econômico dos grupos incubados, além de identificar suas necessidades informacionais. Em seguida, utilizou-se as técnicas *SWOT* e Grupo focal visando conhecer os ambientes em que as cooperativas estão inseridas, implementar ações de gestão participativa, incentivando o desenvolvimento da autonomia para a autogestão e a efetiva gestão da informação e do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão da Informação e do Conhecimento; Incubadora Social; Tecnologia Social; Economia Solidária; Catadores de Material Reciclável.

ABSTRACT

This research is inserted in the context of implementation of the Social Incubator of Universidade Federal de Goiás (UFG), specifically with the objective to delineate a proposal of incubation of popular groups which is aimed at the information and knowledge management, resulting in building a social technology. It is based on the theories of Information Science. It takes place in the city of Goiânia and its subjects are the members of three scavengers of recyclable material co-operative associations. It looks forward to enhance a gradual political, economical and social transformation process based on the development of self-esteem, emancipation, capability of communication, trust and ability to learn of the participants. It is predominantly about a qualitative investigation, which uses the ethnographic and action-research methods. As a tool of data collection, a diagnosis (survey) drew the social-economic profile of the incubated groups besides identifying their information needs. In the follow up, the techniques of SWOT and Focal Group were used viewing to know the co-operative association environment and to implement actions of participative management, encouraging the development of autonomy to self-management and the actual information and knowledge management.

KEY WORDS: Information and knowledge management; Social Incubator; Social Technology; Solidarity Economy; Scavengers of Recyclable Material.

RESUMEN

La investigación se presenta en el ambiente de incubación social de la Universidade Federal de Goiás, con el objetivo de construir una propuesta de incubación con grupos populares. La Ciencia de la Información soporta teóricamente el estudio pues el propósito es utilizar la gestión de la información y del conocimiento para la construcción de una tecnología social. Tiene como meta impulsar grupos incubados en un proceso gradativo de transformaciones políticas, económicas y sociales, que esté fundamentado en el desarrollo de la autoestima, de la mejoría de la comunicación, de la confianza en sus conocimientos y sobretodo en su capacidad de aprender. Este es un estudio cualitativo en el cual se aplicaron los métodos etnográfico y de pesquisa acción. Acontece en la ciudad de Goiânia (Go) y tiene como sujetos de la investigación los participantes de tres cooperativas de recolector de material reciclable. Como instrumentos para colecta de datos se utilizó un diagnóstico (*survey*) para el perfil socioeconómico de los grupos incubados, así como un levantamiento de demandas y necesidades de información. Después fueron utilizadas las técnicas de análisis *SWOT* y grupo focal, con la intención de conocer los ambientes en los cuales las cooperativas están inseridas para implementar acciones de gestión participativa. Con eso, se puede incentivar el desarrollo de la autonomía para la autogestión y también para la efectiva gestión de la información y del conocimiento.

PALABRAS-CLAVES: Gestión de la Información y del Conocimiento; Incubadora Social; Tecnología Social; Economía Solidaria; Recolector de Material Reciclable.

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

O atual contexto econômico, social e político do Brasil possui um cenário alarmante pois apresenta grande diferença na distribuição da renda e, conseqüentemente, desigualdade e exclusão social sem solução a curto prazo.

A geração de renda e de trabalho no país tem como boas alternativas, a formação de cooperativas populares que atendam às necessidades da população mais carente formando um conjunto de empreendimentos variados que, juntos podem configurar um setor econômico viável e eficiente, na perspectiva de construção da Economia Solidária. É nesse sentido que se coloca o papel social das Incubadoras de Cooperativas Populares: na motivação, na formação e no desenvolvimento deste tipo de empreendimento.

A Universidade Federal de Goiás (UFG) vem implantando desde o final do ano de 2007, uma incubadora social, cujo foco inicial é o de mediar todo o processo de criação de cooperativas de grupos de catadores de material reciclável na região metropolitana da cidade de Goiânia. A implantação da Incubadora Social da UFG ocorre, por um lado, em momento especial para a política ambiental e social no município de Goiânia. A Prefeitura Municipal, em parceria com setores organizados da sociedade, dentre eles a UFG, implementa por meio da Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG), responsável pela coleta do lixo, o início de algumas experiências pilotos, visando a implantação da coleta seletiva em toda a cidade.

Com os objetivos de acompanhar e discutir medidas por parte do poder público municipal, e de propor ações em relação à realidade em que vivem os catadores de materiais recicláveis na região metropolitana de Goiânia foi criado, no final do ano de 2006, o Fórum Goiano de Coleta Seletiva e Inclusão Social, integrado por um amplo conjunto de entidades e organizações, como: universidades, Delegacia Regional do Trabalho (DRT), setor de DRS do Banco do Brasil, Federação das Indústrias de Goiás (FIEG), representantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e grupos de catadores não filiados ao Movimento.

A UFG além de participar de forma decisiva nesse fórum, participa de projetos em parceria com a COMURG e Banco do Brasil (DRS) para alavancar

o Projeto da Coleta Seletiva em Goiânia, a começar pelas experiências pilotos com a efetiva inclusão dos catadores no processo. No entanto, constata-se que o nível de organização dos catadores é ainda incipiente, com estrutura inadequada para a manipulação desse tipo de material. Sobrevivem em competição os grupos existentes e ainda, precárias condições de habitação, higiene, saúde e educação.

Existem quatro grupos formados 'genuinamente' por catadores de material reciclável e que estão sendo acompanhados pela UFG: A Associação dos Catadores de Material Reciclável Beija-Flor, um Grupo localizado no setor Vera Cruz, que hoje denomina-se COOPERMAS, outro grupo de catadores que foi criado no entorno do Campus Samambaia desta mesma universidade, especificamente no bairro Itatiaia, o qual hoje se chama cooperativa A AMBIENTAL e, finalmente, na região dos bairros Curitiba e Jardim Floresta, formou-se a cooperativa COOPER-RAMA.

É consenso entre as entidades parceiras que, para se implantar em Goiânia um projeto de coleta seletiva com inclusão social, é fundamental desenvolver ações de apoio e fortalecimento de grupos de catadores, para que os tornem agentes protagonistas do processo, tornando suas organizações auto-sustentáveis e geridas independentemente do poder público. Este é o principal objetivo da presente pesquisa.

Inserido no contexto de implantação da incubadora social da UFG, este estudo se propõe a construir uma proposta de incubação de grupos populares cujo foco é a gestão da informação e do conhecimento que visa impulsionar nestes grupos um processo gradativo de transformações políticas, econômicas e sociais, baseado no desenvolvimento da auto-estima, da capacidade de comunicação, da confiança em seus saberes e, da sua capacidade de aprender. A pesquisa possui seu aporte teórico fundamentado nas Ciências Sociais Aplicadas, especificamente na Ciência da Informação.

Trata-se de um estudo prioritariamente qualitativo e exploratório, onde aplicam-se os métodos etnográfico e de pesquisa-ação para a obtenção e análise das informações, uma vez que a pesquisadora faz parte da equipe da incubadora social da UFG, atuando diretamente na construção da proposta de incubação.

1.2. JUSTIFICATIVA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A proposta de criação de uma Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se apresenta em uma perspectiva de ação sócio-política inovadora e com uma missão socialmente relevante da Academia em contraposição às condutas empresariais que, por tradicionais ou modernas, demonstram ser, em alguns casos refratárias a processos de absorção da força de trabalho que preserve e amplie a dignidade e a cidadania do trabalhador.

A Incubadora se apresenta como uma ação emancipadora, sobretudo se vista como uma resposta que objetiva superar o debate acerca das condições de empregabilidade da população economicamente ativa. Atualmente, vigora uma “flexibilização das relações de trabalho” que mal acoberta a apartação social pura e simples. Emerge, assim, a Incubadora, como resposta que agrega aqueles que se encontram excluídos da vida social – exclusão manifestada tanto no que diz respeito à produção material como na ótica do consumo – e emerge como possibilidade de constituição de um conhecimento interdisciplinar, tendo em vista a transdisciplinaridade. Isto posto, a Incubadora surge nos dias de hoje como um fator extra-econômico, mas que tende a influenciar diretamente o processo de desenvolvimento do país.

Observa-se, porém que a maioria das iniciativas de incubação de EES existentes no contexto das Universidades, não possui em suas equipes, profissionais que lidam com a gestão da informação e do conhecimento. Este tipo de profissional possui formação para que, por meio de metodologias específicas, auxilie no processo de Alfabetização em Informação, cujo conceito, segundo o Conselho Australiano de Universidades de Biblioteconomia (2004) é:

A capacidade de compreensão e um conjunto de habilidades, que possibilitam ao indivíduo reconhecer quando necessita de alguma informação, podendo então localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficaz. Uma pessoa capaz de localizar e utilizar a informação desejada deve ter habilidade para:

- a) reconhecer uma necessidade informacional;
- b) determinar qual a dimensão da informação de que necessita;
- c) localizá-la com eficiência;
- d) avaliar a informação e suas fontes;
- e) incorporar a informação selecionada à sua própria base de conhecimentos;
- f) utilizar a informação de maneira eficaz para realizar tarefas específicas;

- g) compreender a problemática econômica, legal e social em torno do uso da informação;
- h) ter acesso à informação, utilizando-a de forma ética e legal;
- i) classificar, organizar, manipular e re-elaborar a informação obtida ou gerada;
- j) reconhecer o processo de Alfabetização em Informação como pré-requisito para a aprendizagem ao longo da vida.

Esse conhecimento quando gerado pela equipe da Incubadora Social e pelos grupos de EES pode se potencializar visando a criação de tecnologias sociais favorecendo o processo de incubação. Isso pode ocorrer porque se entende por tecnologia social todo o produto, método, processo ou técnica criado para solucionar algum tipo de problema social e, ainda que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e re-aplicabilidade) e impacto social comprovado.

Desde o seu início, em 2006, a atual gestão da UFG busca alternativas para elaboração de programas que promovam o desenvolvimento de ações sócio-educativas para a organização de grupos existentes em seu entorno, assim como para a implantação da coleta seletiva de materiais recicláveis nos seus dois *Campi* em Goiânia, tornando-os integrados e complementares, capazes de iniciarem, com eficiência, um processo de geração de trabalho e renda.

Para a elaboração do projeto de implantação da incubadora social da UFG, a comunidade universitária juntamente com instituições parceiras realizou visitas aos grupos de catadores identificados e indicados, para início do processo de incubação. Foram esclarecidos os principais objetivos de uma incubadora social e levantadas as primeiras informações visando estabelecer um conjunto de ações para fortalecer a organização desses grupos e a criação de suas cooperativas. O objetivo de caminhar para a constituição de cooperativas é entendido por esses grupos como meio, não somente de enfrentar de forma mais eficiente as questões inerentes à coleta e à comercialização de materiais recicláveis, mas também de acesso às políticas públicas, como o recebimento de áreas para implantação de centros de triagem.

Analisando desde o início a situação informacional dos grupos, pode-se considerar um baixíssimo grau de autonomia no acesso e no uso de informações por parte dos seus membros. Fato este, que pode ser decisivo no

sucesso ou insucesso do processo de consolidação desses grupos como cooperativas, uma vez que a disseminação das informações relevantes e sua utilização de forma autônoma são consideradas a base da democracia interna em empreendimentos autogestionários.

Uma vez que os EES, na realidade, podem ser entendidos como um meio de transformação social, quer pela energia libertadora que incorporam, quer pela eficiente prática cotidiana revelada, a pesquisa apresenta como questão problema:

De que maneira a Gestão da Informação e do Conhecimento pode estar inserida no processo de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), potencializando as relações de confiança, emancipação e autonomia dos seus participantes, melhorando a qualidade de vida destes indivíduos?

1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA

OBJETIVO GERAL

Inserir a gestão da informação e do conhecimento no processo de incubação dos EES da UFG, tornando-o uma tecnologia social, para potencializar as relações de confiança, emancipação e autonomia dos envolvidos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Elaborar, implementar e avaliar o processo de gestão da informação e do conhecimento nos EES incubados;

b) Propor um conjunto de ações que visem a alfabetização em informação dos participantes dos EES de catadores de material reciclável, impulsionando a emancipação, melhoria das relações de confiança e o desenvolvimento da autonomia intelectual;

c) Propor, baseado em levantamentos informacionais um conjunto de ações aos EES incubados, visando o desenvolvimento e a ampliação de suas atividades na cadeia produtiva, assim como a participação nas redes de EES;

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO APORTE TEÓRICO PARA O COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÃO E DE CONHECIMENTO ENTRE UNIVERSIDADES E SOCIEDADE

Tendo como foco principal a gestão da informação e do conhecimento inserida no processo de incubação social, esta pesquisa se delinea no âmbito da Ciência da Informação, tendo seus aspectos teóricos e práticos como pano de fundo.

Faz-se necessário o entendimento e a utilização dos conceitos que fazem parte desta área do conhecimento para que o profissional da informação inserido no contexto da investigação possa potencializar o compartilhamento de informações e conhecimento entre Universidades e a Sociedade.

Le Coadic (1996) afirma que, a Ciência da Informação tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), ou seja, mais precisamente: (...) a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso.

Informação é matéria prima de todas as áreas do conhecimento que a entendem conforme sua forma de apropriação, teorização, dependente do estágio de desenvolvimento de teorias e práticas metodológicas (MIRANDA; SIMEÃO, 2002).

Pode-se considerar que a informação é uma abstração informal, - isto é, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática -, que está na mente de alguém, representando algo significativo para essa pessoa (FERNANDES, A; BERVIG, E.; ANTONACCIO, G.; MARINHO, I; SANTANA, M.; RESENDE JUNIOR, P., 2005, p.28).

Carvalho (1999) constata que:

Desde seu surgimento até nossos dias, a Ciência da Informação pode ser considerada no contexto das Ciências Sociais. Entretanto, a busca de soluções para os problemas de informação direcionou durante muito tempo a pesquisa na área para o desenvolvimento de sistemas de classificação e recuperação de informação, com forte enfoque tecnológico, atendendo a

necessidades práticas de bibliotecas, centros de informação, arquivos e centros de documentação. Hoje, é claro o fato de que a tecnologia da informação está sendo desenvolvida em paralelo, e a passos largos, pela Ciência da Computação, sua aplicação na Ciência da Informação se dá através de relações interdisciplinares. O foco da pesquisa em Ciência da Informação se volta para os aspectos cognitivos e lingüísticos, para a efetiva transferência da informação, através do estreitamento das relações interdisciplinares com a Psicologia, a Lingüística, a Semiologia e a Sociologia (CARVALHO, 1999, p.57).

Saracevic (1995) delinea o campo da Ciência da Informação como sendo dedicado às questões científicas e à prática profissional que trata de problemas da efetiva comunicação do conhecimento e seus registros entre seres humanos, no contexto de sua utilização social, institucional e/ou individual e das necessidades informacionais.

A Ciência da Informação é uma ciência de caráter eminentemente interdisciplinar, tendo por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese e efeitos). Assim, em pesquisas que abordam o tema da informação, a ciência da informação contribui principalmente com estudos das necessidades informacionais, do estudo do fluxo e uso da informação (TARAPANOFF, 2006, p.19-20).

No contexto de organizações autogestionárias, faz-se necessário o entendimento de questões científicas multidisciplinares que envolvam aspectos relacionados com a gestão informacional e organizacional e os aspectos cooperativistas, teorias da educação para se pensar em metodologias de alfabetização (em informação) e aprendizagem voltados para grupos populares, além de conceitos da psicologia para o entendimento de questões comportamentais ligadas aos grupos que trabalham diretamente com o lixo e se sentem de maneira geral marginalizados pela sociedade.

2.1.1. A Dimensão social e humana da informação e do conhecimento

Para que ocorra o efetivo compartilhamento de experiências entre Universidades e grupos populares especificamente, faz-se necessário considerar questões econômicas, educacionais e culturais, as quais fazem parte da discussão atual sobre a dimensão social e humana da informação e do conhecimento.

Suaiden e Leite (2006, p.102) afirmam que quando se pensa em informação e conhecimento na atualidade, é necessário conceituar valores sob a ótica da educação, da economia e da cultura. É fundamental identificar a dimensão humana, na qual a educação é o cerne da questão; a dimensão tecnológica, na qual o fator econômico tem fundamental importância, e a dimensão social, na qual a cultura se apresenta como resultado das transformações ocorridas na sociedade. O processo de transformação é global, e seus efeitos locais atingem a todos os países direta ou indiretamente, mais ou menos intensamente.

Em cada período histórico, as sociedades humanas têm elementos que caracterizam a base de sua organização social. Segundo Oliveira:

Quando esses elementos se convertem em princípios de ação, ou em princípios organizadores do comportamento humano e da forma como as organizações e as instituições sociais funcionam, eles se convertem em valores que caracterizam o seu entorno social e o período histórico que estão construindo. Criado pela necessidade que tem o homem de entender e explicar o meio em que vive, esse é o papel que a informação e o conhecimento desempenham no mundo hoje (OLIVEIRA, 2003, p.42).

Nas formas de organização social que estão surgindo na atualidade, a informação e o conhecimento começam a tomar uma dimensão maior e a desempenhar um papel que vai além daquele que historicamente tem cumprido. Sobre isto, Oliveira afirma que:

Nas sociedades que tecem o terceiro milênio, a posição de cada pessoa no contexto social é, cada vez mais, o produto do conhecimento que conseguiu desenvolver ou construir. A sociedade do amanhã vislumbra como uma sociedade na qual cada indivíduo e cada organização construirá sua própria capacidade de ação, e, portanto sua posição na sociedade, através de um processo de aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, que lhe permita adaptar-se dinamicamente a uma realidade em rápido e constante processo de mudança e transformação (OLIVEIRA, 2003, p.43).

Inserido nesse cenário de mudanças em relação à nova dimensão da informação e do conhecimento, está o profissional da informação, que lida com a criação, registro, armazenamento, recuperação, disseminação e uso de informações. Em muitos casos, esses profissionais se utilizam de novas informações para começar a criar outras informações a partir daquelas utilizadas inicialmente e, assim se pode repetir todo o processo novamente.

Além disso, torna-se importante que eles saibam como as pessoas informam as outras e como se informam.

McGarry (1999) afirma que o trabalho do profissional da informação inclui “conhecimento sobre conhecimento”, uma espécie de epistemologia aplicada. O tipo de conhecimento que o profissional da informação possui pode ser comparado com uma espécie de “geografia do conhecimento”.

Vale ressaltar a importância da atuação do profissional da informação na aproximação entre a comunidade científica e a sociedade. Isto porque ele é capaz de disponibilizar e traduzir da melhor forma este conhecimento para uma linguagem popular.

A "comunidade técnico-científica" emerge como um novo e importante agrupamento social, buscando legitimar-se junto à sociedade. Isto ocorre, pois o progresso científico-tecnológico tem se incorporado ao rol de questões que integram o domínio da esfera pública, sendo nela institucionalizada; por outro lado, ciência e tecnologia passam a constituir-se em bens mercantis, ao mesmo tempo disponibilizados e protegidos no mercado global.

Albagli afirma que essa crescente inserção sócio-econômica da ciência supõe, por sua vez:

A aceitação, pela sociedade, do caráter benéfico da atividade científica e de suas aplicações. Do mesmo modo, implica uma rápida assimilação, na vida cotidiana dos indivíduos, dos artefatos técnico-científicos transformados em objetos de consumo, dada a velocidade com que vêm ocorrendo as inovações nesse campo. A própria sociedade amplia seu interesse e preocupação em melhor conhecer – e também controlar - o que se faz em ciência e o que dela resulta (ALBAGLI, 1996, p.396).

Nesse contexto, torna-se crucial o modo pelo qual a sociedade percebe a atividade científica e absorve seus resultados, bem como os tipos e canais de informação científica a que tem acesso.

Em contraposição, Suaiden e Leite (2006) afirmam que grande parte da população sequer percebe a presença da pesquisa, da ciência ou da tecnologia no seu dia-a-dia. Esses dois autores opinam ainda que mais impactante é a constatação de que o compartilhamento do conhecimento, a transferência da tecnologia e a popularização da ciência ainda não são prioridades para quem as produz ou para as instituições que detêm seus direitos e patentes.

A presente pesquisa possui o importante papel de proporcionar a interação e troca de experiências entre os grupos de catadores de materiais recicláveis e pesquisadores da UFG de diversas áreas do conhecimento, tais como: Ciência da Informação, Comunicação, Educação, Administração, Economia, Contabilidade, dentre outras.

2.1.2. Gestão da informação e do conhecimento: aspectos teóricos e conceituais

Definir o conceito de conhecimento apresenta-se como uma tarefa bastante complexa, pois o tema é apresentada diferentes abordagens, sendo o termo associado e mesmo confundido com vocábulos correlatos, tais como “dado, informação e inteligência”.

Valentim definindo conhecimento afirma que:

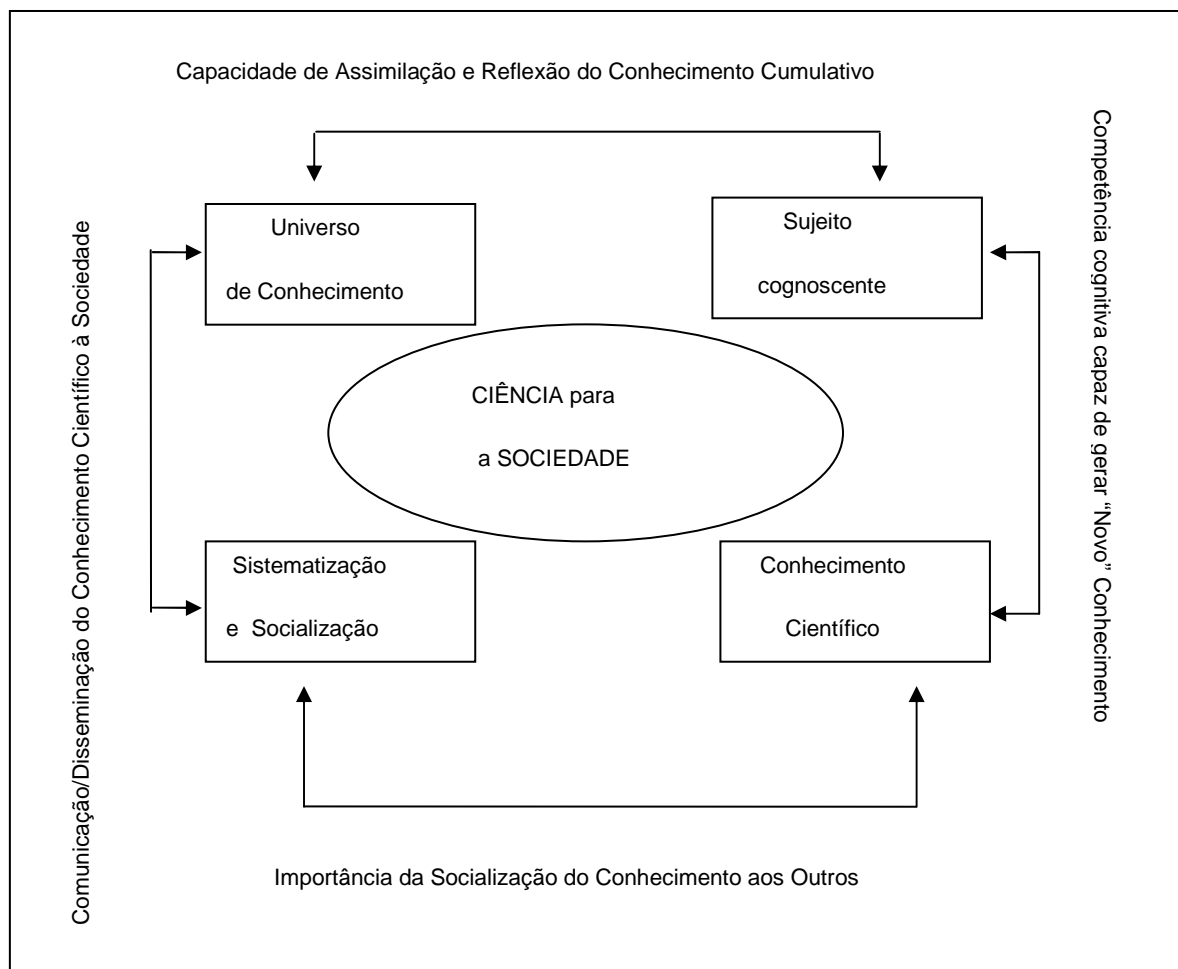
É aquele gerado por um sujeito cognoscente, é único, dependente de estruturas teóricas e práticas que possibilitarão sua construção. O sujeito acessa o conhecimento cumulativo (ciência), construído por outros e, com base na própria capacidade de apreensão, análise e reflexão, gera novo conhecimento. No entanto, acredita-se que o conhecimento somente será de fato construído, com sua socialização aos outros. Esta dinâmica é que permite ao outro e ao próprio sujeito cognoscente conhecer o conhecimento e, portanto, consolidar e disponibilizar o “novo” conhecimento (VALENTIM, 2005, p.10).

O conceito de criação do conhecimento define que na nova sociedade cada indivíduo ou cada organização constrói sua própria capacidade de ação, por meio de um processo de aquisição e desenvolvimento de conhecimento e da consolidação de sua capacidade para gerar novos conhecimentos que lhe permita adaptar-se a uma realidade em rápido processo de mudança e transformação.

Na figura a seguir, Valentim ilustra que o conhecimento científico depende essencialmente do sujeito cognoscente, pois ele estabelecerá a relação entre o conhecimento cumulativo, no âmbito universal, e o seu próprio conhecimento de mundo, possuindo capacidade de assimilação e reflexão próprias, características que permitem recortes e vínculos específicos e únicos.

Levando por elucubrações o sujeito cognoscente será capaz de construir novo conhecimento (VALENTIM, 2005, p.11).

Ilustração 1 - Construção de conhecimento científico



Fonte: VALENTIM, Marta Lígia P. (Org.). Construção de Conhecimento Científico. In: _____. **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005, p.11.

Alguns estudiosos da ciência organizacional acham desnecessário demarcar limites conceituais para dado, informação, conhecimento e inteligência. Entretanto, Davenport e Prusak (1998) defendem que “o sucesso ou fracasso dos empreendimentos pode estar sujeito ao reconhecimento de qual desses elementos é importante, qual está disponível e o que se pode fazer com cada um deles para abordar a situação que se está lidando no momento”.

Diante disso, torna-se necessário estabelecer delimitações para compreender sua importância no escopo do trabalho.

Segundo Coelho e Dou (2000, p.457), dado e informação podem ser entendidos da seguinte forma:

Dado é o nível mais elementar, um conjunto de números que pode aparecer em um resumo estatístico, no balanço de uma grande empresa, os sinais eletrônicos emitidos por um satélite de comunicação. Estes dados normalmente não tem significado para os não especialistas, mas são reveladores para os “experts”. O que é importante, portanto, não é o conjunto de dados em si, mas sim o conteúdo de informações que pode ser extraídos deles. A informação pode ser entendida como dado - em seu sentido mais amplo que foram recebidos, processados e compreendidos.

O conceito de conhecimento possui um sentido mais complexo que o de dado e informação, visto que “conhecer” é um processo de compreensão e internalização de informações recebidas, tratando-se portanto, de um processo cognitivo.

Segundo Davenport e Prusak (1998, p.6):

O conhecimento é uma mistura fluída de experiência condensada, valores, informação contextual e ‘insight’ experimentado, a qual proporciona uma estrutura para avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais.

Bresciani Filho (2005, p. 17), reforça essa idéia ao afirmar que:

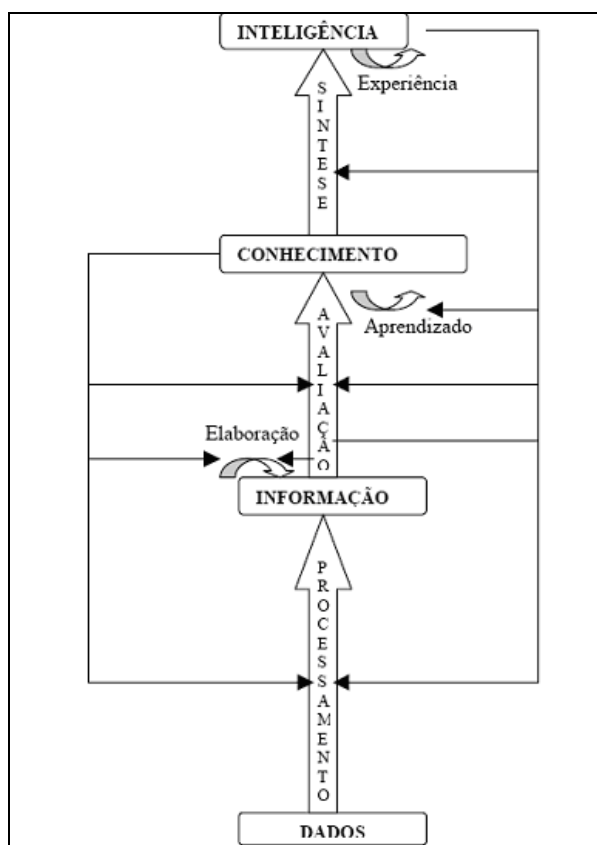
O conceito de conhecimento apresenta diversas interpretações. O conhecimento não é construído apenas com a aplicação da lógica formal. O conhecimento decorre de um processo humano complexo, com características subjetivas e profundamente relacionadas ao sistema de valores do indivíduo e de seu meio ambiente cultural. O conhecimento é criado e organizado por muitos fluxos de informações; parte da informação é proveniente do próprio indivíduo e parte é adicionada pelo meio ambiente cultural, sendo que a segunda parte pode provocar a reestruturação da primeira parte no indivíduo.

Apesar de vários autores apontarem essas diferenças conceituais, não existe consenso na literatura quanto à diferenciação entre esses três conceitos, o que se percebe, porém, é que tanto dado, quanto informação e conhecimento são termos complementares e interdependentes entre si.

Foi observado que, na maioria dos casos, tais conceitos são tratados de forma hierárquica, onde dados se convertem em informação se forem combinados em uma estrutura compreensível; ao passo que a informação se torna conhecimento, se for colocada em um contexto, podendo ser usada para fazer prospecção e inferências acerca de questões específicas. Já a inteligência está em um nível mais elevado da hierarquia, e pode ser entendida, como o conhecimento contextualmente relevante, permitindo atuar com vantagem competitiva em um determinado ambiente.

Moresi (2001, p.118) constrói um esquema que ilustra esse processo de modo a facilitar a compreensão:

Ilustração 2: Os níveis hierárquicos do conhecimento



Fonte: MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Gestão da Informação e do Conhecimento. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília, DF: UNB, p.118

Nonaka *apud* Polanyi (1966), distingue conhecimento tácito e conhecimento explícito, sendo o primeiro, pessoal, específico ao contexto, e assim, difícil de ser formulado e comunicado. O conhecimento explícito refere-

se ao conhecimento transmissível em linguagem formal e sistemática. Para ele, os seres humanos adquirem conhecimentos criando e organizando ativamente suas próprias experiências.

Para Nonaka (1997), o conhecimento tácito e o conhecimento explícito são entidades complementares. Seu modelo de criação do conhecimento humano é expandido através da interação social entre o conhecimento tácito e o explícito. Tal interação chama-se “conversão do conhecimento”. A expansão do conhecimento caminha para um nível de consciência coletiva que exige melhor distribuição dos saberes.

Dessa forma, Saiani (2004, p.62) afirma que o conhecimento é sempre pessoal, e que não existe conhecimento puramente objetivo, uma vez que nada que não possa ser acreditado por alguém como conhecimento pode ser chamado de conhecimento.

O autor afirma complementa dizendo que não podemos confundir “conhecimento pessoal” com “conhecimento subjetivo”. Esse último diz respeito somente à pessoa envolvida, não possuindo intenção de universalidade (SAIANI, 2004, p.63).

Tarapanoff (2006) afirma que o principal objetivo da gestão da informação é identificar e potencializar recursos informacionais de uma organização ou empresa e sua capacidade de informação, ensinando-a a aprender e adaptar-se a mudanças ambientais. No contexto destes ensinamentos define-se alfabetização em informação e competências essenciais, como os processos eficazes de aprendizagens ao longo da vida.

2.1.3 Alfabetização em Informação e competências essenciais

Uma das definições mais conhecidas de Alfabetização em Informação é a do **Presidential Committee on Information Literacy** (ALA, 1989):

A Alfabetização em informação é um processo de aprendizagem pelo qual uma pessoa é capaz de identificar uma necessidade ou um problema de informação, buscar, reunir e se apropriar desta informação; em seguida analisa e interpreta, sintetiza e comunica de maneira eficaz a outras pessoas, avaliando finalmente tudo o que foi feito. Para ser considerada uma pessoa que possui competência informacional, ela deve ser capaz de reconhecer quando necessita de informação, localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficaz.

A Declaração de Alexandria, intitulada de *Faróis para a Sociedade da Informação*, ocorreu a partir do Colóquio de Nível Superior sobre Competência Informacional e aprendizagem ao longo da vida, em Novembro de 2005, organizado pela UNESCO e o *International Forum on Information Literacy*. Segue um trecho da declaração:

A alfabetização em informação e aprendizagem ao longo da vida são os faróis da Sociedade da Informação que iluminam os caminhos rumo ao desenvolvimento, prosperidade e liberdade (...) A alfabetização em informação é o cerne da aprendizagem ao longo da vida. Possibilita capacitar indivíduos de todas as classes sociais para que possam buscar, avaliar, utilizar e criar informações de maneira eficaz atingindo seus objetivos pessoais, sociais, profissionais e educacionais. Constitui um direito humano básico no mundo digital, promovendo a inclusão social de todas as nações (IFLA, 2007).

Pode-se definir alfabetização em informação como sendo o conjunto de aptidões necessárias para se localizar, explorar e utilizar a informação de forma eficaz e para diversas finalidades. Trata-se de uma “habilidade genérica” de grande importância, que permite a tomada de decisões e a solução de problemas eficazmente. (BRUCE, 2003)

Essa mesma autora, apresenta As “Sete Faces da Alfabetização em Informação”, as quais surgiram de variações ocorridas durante a uma pesquisa com usuários de informação.

Os aspectos relevantes em relação às práticas de alfabetização em informação se originaram das associações intensas dos usuários com seu dia-a-dia e suas práticas profissionais. Relacionamentos podem ser estabelecidos entre as setes faces e os processos de trabalho, os quais, efetivamente, relacionam alfabetização em informação com aprendizagem organizacional. As sete faces também sugerem direções para educadores e podem ser úteis em ambientes comunitários. (BRUCE, 2003)

Quando a alfabetização em informação é interpretada como sendo parte do caráter da relação entre usuários e informação, algumas facilidades interessantes do fenômeno se tornam aparentes. Entre elas estão:

- variação na ênfase em tecnologia;

- ênfase na capacidade de se empenhar em grandes responsabilidades profissionais mais abrangentes ao invés de se envolver em atividades específicas;
- colaboração social ou interdependência entre colegas, ao invés de se dar ênfase às capacidades individuais;
- necessidade de parceiros para informações intermediárias;
- ênfase na manipulação intelectual da informação ao invés de práticas técnicas, utilizando-se a tecnologia da informação.

TABELA 1: Vantagens significativas das Sete Faces da Alfabetização em Informação.

FACES	VANTAGENS
Primeira Face: A Experiência em Tecnologia da Informação (TI)	<ul style="list-style-type: none"> • TI utilizada para melhorar a qualidade da informação • TI ajuda os usuários a se comunicarem e estarem bem informados
Segunda Face: A Experiência em Fontes de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Bibliográficas • Humanas • Organizacionais • Assistência a fontes intermediárias.
Terceira Face: A Experiência no Processo Informacional	<ul style="list-style-type: none"> • Associa-se à resolução de problemas e à tomada de decisão • Requer heurística pessoal • Uma “arte criativa”
Quarta Face: A Experiência de Controle da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento de informações relevantes • Gerenciamento da informação fazendo-se conexões entre informação projetos, pessoas etc • Interconexão entre a informação e partes de projetos
Quinta Face: A Experiência de Construção do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase no aprendizado • Desenvolvem-se perspectivas pessoais com ganho de conhecimento • Dependente de pensamento crítico

Sexta Face: A Experiência da Extensão do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento pessoal + experiência + discernimento criativo / intuição • Experiência imprevisível • Desenvolvem-se novos conhecimentos / aproximação das tarefas / soluções novas
Sétima Face: A Experiência da Sabedoria	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade pessoal • Valores e ética combinados com conhecimento • Informação utilizada em benefício dos outros

Fonte: BRUCE, Christine S. Information Literacy: an international review of programs and research. AUCKLAND 1999, Lianza Conference. November, 9-12, 1999. Disponível em: <<http://www2.auckland.ac.nz/lbr/conf99/bruce.htm>>. Acesso em: 20 de Setembro, 2005.

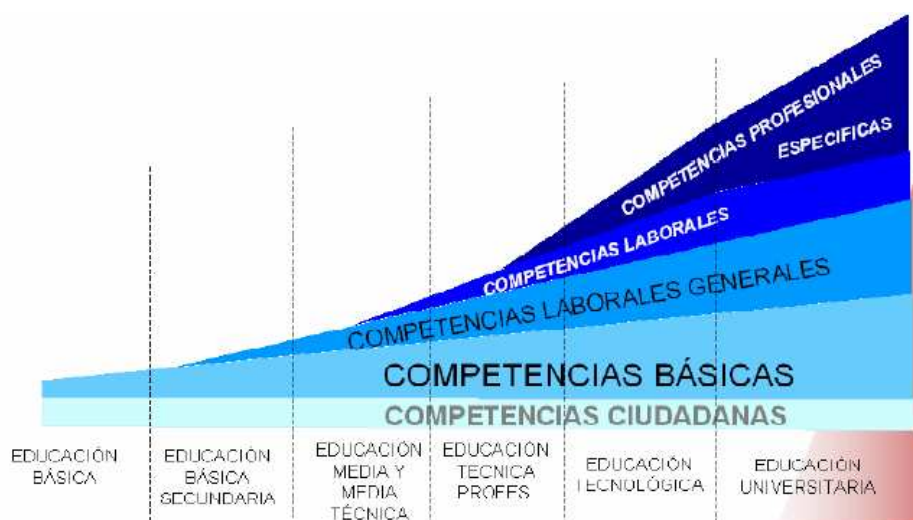
Nos últimos anos, observa-se um aumento significativo na produção científica que tem como assunto: As Competências. De acordo com os diferentes conceitos de competências, pode-se classificá-las em três grupos:

a) Competências básicas; determinam o perfil necessário para ter acesso à educação superior ou profissional; são consideradas as competências mais completas que se desenvolvem ao longo da formação do indivíduo.

b) Competências transversais; são requeridas em vários campos de estudos, em diferentes momentos ao longo da vida; englobam as ferramentas utilizadas na análise de problemas, avaliação de estratégias que devem ser utilizadas, obter soluções pertinentes em situações inesperadas.

c) Competências específicas; requeridas para que se desenvolva de fato alguma ocupação profissional (CUEVAS, 2008).

ILUSTRAÇÃO 3: Formação por competências (Políticas públicas sobre educación superior por ciclos y por competencias, 2008)



Fonte: CUEVAS, Aurora. Competencia lectora e alfabetización em información: um modelo para la biblioteca escolar em la sociedade del conocimiento. **Revista Ibero Americana de Ciência da Informação**, v.1, n.1, 2008.

A perspectiva da competência essencial não ocorre como prática natural na maioria das organizações. Normalmente, a noção mais básica de identidade corporativa é desenvolvida em torno de entidades concentradas no mercado, chamadas frequentemente de “unidades estratégicas de negócios”, e não em torno de competências essenciais. Embora seja totalmente apropriado concentrar fortemente uma organização no produto final, esse foco precisa ser suplementado por um foco igualmente claro nas competências essenciais (PRAHALAD, C. K.; HAMEL, GARY, 2005).

No contexto organizacional, observa-se, há algum tempo, mudanças drásticas na base de recursos utilizados. Tal tendência pode ser considerada uma fonte de inovação no conceito de negócio. Os recursos estratégicos incluem:

Competências essenciais: conhecimentos da organização. Abrange habilidades e capacidades exclusivas.

Ativos estratégicos: propriedades da organização. Marcas, patentes, infra-estrutura, padrões exclusivos, dados sobre clientes e qualquer outro recurso ao mesmo tempo raro e valioso, e

Processos essenciais: são o que a organização de fato faz, ou seja, os métodos e rotinas utilizados na transformação de insumos em produtos (HAMEL, 2000, p.75).

Miranda (2004, p.121) discorre sobre o desenvolvimento das competências informacionais:

Ao identificarmos as competências de uma população específica que exerce uma atividade qualquer em uma organização qualquer e compará-las às atividades e competências específicas dos chamados profissionais de informação, provavelmente verificaremos que há algumas “coincidências”, especialmente se a atividade estudada utilizar intensivamente a informação. A essas “coincidências” denominamos competências informacionais. O desenvolvimento de competências informacionais pode tornar mais efetivo o trabalho de qualquer profissional no tocante às tarefas ligadas à informação, principalmente em atividades intensivas em informação. As competências informacionais, normalmente atribuídas a um tipo específico de profissional, não precisam estar ligadas somente a ele ou a um só tipo de trabalho. Elas podem e devem estar presentes em todos os profissionais nas mais diversas áreas na era da informação e do conhecimento.

2.2 INCLUSÃO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO

A aplicação de conhecimentos científicos de vetor social-transformador na construção de políticas públicas democráticas, participativas e voltadas para a inclusão social é preocupação internacional. A erradicação da pobreza extrema é uma das metas da Organização das Nações Unidas (ONU) para o novo milênio. Desde 1994, um programa voltado para a Gestão das Transformações Sociais (**Managemet of Social Tranformation – Most**) foi criado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) – organismo da ONU voltado para a educação, a ciência e a cultura. A meta é promover investigações internacionais comparadas e relacioná-las à formulação de políticas sobre as transformações sociais contemporâneas e sobre temas de importância mundial (UNESCO, 2008).

Durante os anos 90, muitas experiências inovadoras de combate à pobreza foram implementadas com sucesso, ao mesmo tempo em que o Terceiro Setor se firmava e se expandia tendo uma participação importante nesse contexto. Por outro lado, ainda hoje, devido à fragmentação de experiências e à pouca legitimidade acadêmica, a difusão das idéias inovadoras ainda é precária.

Cardoso (2004) argumenta que, a impaciência com a persistência da pobreza, apesar das políticas sociais cujo objetivo seria combatê-la, legitimou

alguns temas dominantes no debate da mídia, durante os últimos anos: a necessidade de focalização dos programas para atingir seu público-alvo – os mais pobres – e a crítica ao assistencialismo.

Entretanto, ainda hoje, com frequência nos deparamos com programas sociais, governamentais ou filantrópicos que apresentam uma retórica antiassistencialista, mas cuja prática repete os velhos métodos. O que já se sabe com certeza é que essas práticas não eliminam a pobreza e não criam envolvimento dos pobres para combatê-la, mas faltam avaliações objetivas que ajudem a definir os aspectos negativos e, se houver, os positivos das ações tradicionais.

Assistencialismo é um estilo, é um modo de fazer, que tem como consequência criar uma relação de submissão e não oferecer os instrumentos para superação das carências que estão sendo minoradas (CARDOSO, 2004).

Cardoso, (2004) caracteriza os pobres e comenta sobre a prática da velha concepção de filantropia:

Pobres são aqueles que têm renda insuficiente e pouco acesso à educação, à saúde e ao emprego. As camadas mais pobres, por serem caracterizadas só a partir de suas necessidades, têm sido designadas como carentes ou excluídas – expressões que traduzem distância entre os que fazem parte da sociedade (e falam) e aqueles que estão fora e para quem só existem obstáculos a serem reconhecidos e removidos. Este modo de olhar propõe sempre doações que atendam às necessidades que o observador de fora diagnostica. Ao terem supridas suas carências, espera-se que os beneficiários ganhem força para enfrentar, sozinhos, a falta de oportunidades com que convivem no dia-a-dia. Esta é a velha concepção de filantropia que ainda hoje está bem implantada e que justifica a volta de práticas assistencialistas e clientelísticas, mesmo quando não se usam essas expressões.

Para ser incluído no mercado, quer como consumidor quer como trabalhador, é preciso ir além da superação da fome, da doença, etc. É necessário desenvolver auto-estima, capacidade de comunicação e, ainda, confiança em seus saberes e em sua capacidade de aprender. Essas qualidades existentes em comunidades de pouca renda são mais fáceis de ser generalizadas quando há envolvimento coletivo e quando o grupo que está recebendo atenção se transforma em protagonista de sua mudança. Quando isso acontece, são capazes de definir as ações afirmativas que podem ser eficientes em cada contexto.

Sem dúvida, uma clara definição do público-alvo (focalização) é essencial para o êxito do combate à pobreza, mas precisa-se, também, de uma metodologia nova que desenvolva as capacidades latentes existentes nesses grupos selecionados, abandonando o olhar que vê carências e buscando localizar as potencialidades. Existe uma rica literatura, nacional e internacional, que discute essa nova noção de desenvolvimento social, que parte da promoção do capital social. Também já há consenso sobre a eficácia dessa abordagem (CARDOSO, 2004).

2.2.1 Tecnologia Social (TS)

O impacto crescente da globalização e as características lucrativas das dinâmicas da tecnociência se traduzem em uma pressão cada vez maior para que as universidades produzam conhecimentos apropriáveis pelo setor produtivo, de forma a aumentar a competitividade das empresas – as chamadas tecnologias convencionais (TC).

As tecnologias convencionais têm, de forma geral, em sua raiz, necessidades e demandas empresariais, e estão, em muitos casos, relacionadas com as necessidades de aumento de lucratividade. São ambientalmente insustentáveis, intensivas em insumos sintéticos, monopolizadas pelas grandes empresas dos países ricos e possuem padrões orientados ao mercado de alta renda.

Contribuindo para o aprofundamento das relações entre coletividade científica e sociedade, tem-se o conceito de tecnologia social, que contém a proposta de intervenção da ciência e da tecnologia, no sentido de resolver problemas sociais, a partir da expressão de necessidades e carências sociais. A idéia é que a técnica seja tomada como instrumento de emancipação social e não como meio de dominação, forma de controle ou causa de exclusão social. Essa perspectiva é o ponto de partida para a busca de mediações entre a universidade e a sociedade que viabilizem a geração de conhecimentos que possam ser apropriados e utilizados na busca da sustentabilidade social e econômica.

Segundo definição do Instituto de Tecnologia Social (ITS), Tecnologia Social é o conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida (ITS, 2008).

Quando se fala que uma tecnologia é social, a idéia é destacar que ela carrega algo diferente das “outras” tecnologias, as chamadas tecnologias convencionais, criadas dentro de universidades e centros de pesquisa. Ela tem relação com as soluções criadas na interação com a população, como resposta aos problemas que ela enfrenta, levando em conta suas tradições, seus arranjos organizacionais, os saberes locais, o potencial natural da região, enfim, sua realidade histórica, econômica, social e cultural (CBRTS, 2008).

A tecnologia social não se define somente pelos resultados e impactos que produz. Ela é principalmente um modo de fazer, um modo de produzir conhecimento, que presta atenção em valores como a participação e o aprendizado, a disseminação de informações e do conhecimento entre todas as partes envolvidas, a transformação das pessoas e da realidade social, entre outros aspectos, procurando caminhar para o desenvolvimento socioeconômico sustentável (CBRTS, 2008).

Tecnologia Social se vincula, assim, à ampliação da cidadania e à inclusão social, porque possibilita a aprendizagem e conseqüentemente a transformação da sociedade. Não se pode deixar de comentar que processos que visem a gestão da informação e do conhecimento devem ser considerados como macro tecnologias sociais.

Lassance Junior e Pedreira (2004) discorrendo sobre a origem de uma TS, ressaltam que quando proveniente da sabedoria popular, ocorre que as soluções reunidas em torno das tecnologias têm larga experiência empírica. Têm efeitos comprovados e seus procedimentos são repassados por mecanismos complexos, mas muito bem organizados na vida comunitária. Todavia, boa parte deste conhecimento é tácito e não explícito.

Os autores complementam que dotar as TSs de racionalidade técnica é essencial para que aumentem suas chances de serem legitimadas e, assim, poderem ganhar força no circuito político-administrativo. Para isso, um passo importante e muito comum é aliar a pesquisa e a extensão universitária com as

práticas populares. Várias tecnologias, ao serem analisadas, nesse âmbito, passam a ter status de solução recomendada pela academia (LASSANCE JUNIOR, R; PEDREIRA, 2004).

As TSs estão relativamente disseminadas, em várias áreas, pois há tecnologias para a saúde, a educação, o meio ambiente, a agricultura, etc., e chegam a pessoas de norte a sul do país. Todavia, espalhadas como estão, vivem isoladas umas das outras e representam soluções parciais. Não se integram a ponto de representar uma solução conjunta para políticas sustentáveis (LASSANCE JUNIOR; PEDREIRA, 2004).

A montagem de cooperativas de catadores de material reciclável e a estruturação de projetos que se relacionam com a limpeza urbana, a implantação dos sistemas de coleta seletiva e a reciclagem de materiais também têm sido objeto de políticas nas várias esferas do governo.

Segundo Lassance Junior e Pedreira (2004), esses exemplos deixam claro que as TSs, seus procedimentos e métodos são o pressuposto, a base em torno da qual é possível articular uma ampla rede de atores sociais. São uma condição necessária, mas não suficiente. Além disso, precisam ser estruturadas em modelos flexíveis. Nem tudo que é viável em um lugar pode sê-lo, da mesma forma, em outro. Adaptações inteligentes e espírito inovador explicam porque se fala em reaplicação, e não em replicação, de tecnologias sociais. Por outro lado, é também impossível disseminar uma determinada TS se não há um padrão tecnológico cujos elementos essenciais permitam escala. Considere-se que, no padrão tecnológico, o mais importante para a reaplicação pode ser, por exemplo, um programa de formação e capacitação, e não, necessariamente, um componente mecânico ou eletrônico.

Cumprem pelo menos quatro fases essenciais que fazem parte do segredo de sua viabilidade em escala:

a) a primeira é a fase de criação. As TSs nascem ou da sabedoria popular, ou do conhecimento científico, ou da combinação de ambos;

b) a fase de viabilidade técnica, na qual há a consolidação de um padrão tecnológico (a multimistura tem uma fórmula e um método de produção);

c) a fase de viabilidade política. A tecnologia, por várias razões e meios, ganha autoridade e visibilidade. Especialistas influentes comentam e a

recomendam. Entidades civis e outras organizações passam a reivindicar seu uso. Movimentos sociais passam a apontá-la como solução;

d) a fase de viabilidade social. A tecnologia tem de se mostrar capaz de ganhar escala. É chave, que se forme em torno dela, uma ampla rede de atores que consigam dar capilaridade à sua demanda e capacidade de implementação. Isso inclui a montagem de uma complexa logística de *delivery* e assistência. Ou seja, a tecnologia precisa ter bases de apoio para que seja demonstrada, reaplicada e cercada de orientações a quem a aplica.

As fases, para serem plenamente cumpridas, precisam tornar possível a articulação entre governo, administração, especialistas e organizações sociais (LASSANCE JUNIOR; PEDREIRA, 2004).

A Rede de Tecnologia Social (RTS) define que tecnologia social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social (2008).

O objetivo principal da Rede de Tecnologia Social é reunir, organizar, articular e integrar um conjunto de instituições, com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais no Brasil. Além disto, a rede tem o propósito de estimular:

- a) a adoção de tecnologias sociais como políticas públicas;
- b) a apropriação das tecnologias sociais por parte das comunidades;
- c) o desenvolvimento de novas tecnologias sociais, nos casos em que não existam para reaplicação.

Esta rede de tecnologias sociais promove a reaplicação de tecnologias sociais. Em relação ao foco das ações, nos últimos anos prioriza-se o apoio a iniciativas capazes de gerar trabalho e renda. Dentre as tecnologias priorizadas, está a de empreendimentos solidários, atuando na periferia de grandes centros urbanos e dos municípios de regiões metropolitanas brasileiras. Essa Tecnologia Social permite a integração qualificada ao sistema econômico, social e político de setores da população que, em geral, somente são alcançados por políticas públicas de assistência social: cidadãos e cidadãs excluídos/as que vivem em precárias condições socioeconômicas. Trata-se do apoio à formação de empreendimentos econômicos solidários viáveis, ou de

cooperativas populares solidárias ou de outras formas associativas que sejam iniciativas concretas e duradouras.

A incubação e o apoio a empreendimentos solidários é uma metodologia de ensino, aprendizagem e transferência de tecnologia que valoriza a autogestão e a inclusão social. Os beneficiários se tornam sujeitos do seu próprio desenvolvimento. A incubação possibilita a transformação de empreendimentos em potencial em oportunidades de negócios, gerando trabalho e renda. Um gargalo a ser superado é a dificuldade de acesso a recursos e a crédito, incluindo a necessidade de investimento inicial dos empreendimentos.

Este é um dos desafios em que a complementaridade das instituições que compõem a Rede de Tecnologia Social (RTS) pode se apresentar como solução. Enquanto algumas entidades apóiam a reaplicação da metodologia de incubação, outras podem apoiar os próprios empreendimentos, aumentando as chances de sucesso do processo de incubação.

As cooperativas incubadas atuam na produção ou na realização de serviços, a partir da iniciativa dos próprios trabalhadores e trabalhadoras nos mais diversos setores econômicos: coleta e reciclagem de resíduos, produção de material de construção, vestuário e produção de alimentos, entre outros.

A tecnologia social tem um componente fundamental de inovação sociotécnica, pelo qual é impossível dissociar o vivido pelas pessoas e grupos sociais (por exemplo, favelados) diante dos resultados alcançados (implantar a sustentabilidade em sentido forte com base em projetos de estação compacta nas favelas). No caso de um banco de tecnologia social a reaplicação depende do resultado. É uma tecnologia-sem-sujeito (que equivale a uma tecnologia-em-busca do sujeito). No caso de inovação sociotécnica, a reaplicação é decorrência do engajamento social de movimentos sociais e entidades para assegurar o resultado. Trata-se de um conjunto de sujeitos sociais em busca de tecnologia (NEDER, 2008).

2.2.2 A Economia Solidária (ES) e as organizações de autogestão

A autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão.

Autogestão também significa autonomia. Assim, as decisões e o controle pertencem aos próprios profissionais que integram diretamente a empresa. Isso quer dizer que a prática de se contratar profissionais para administrar o negócio, ou a mão-de-obra para atender às necessidades do aumento temporário de produção deve ser considerada uma exceção que requer critérios previstos nos estatutos e/ou nos contratos sociais internos.

Os trabalhadores devem ter a capacidade e o poder de decisão sobre tudo o que acontece no empreendimento: metas de produção, política de investimentos, modernização, política de pessoal, etc. Isso quer dizer que as atividades educativas e o incentivo à inteligência coletiva constituem a vida das empresas autogestionárias. Valorizar e incentivar a criatividade do conjunto dos trabalhadores implica em:

- a) recuperar e manter trabalho e renda através da participação e controle coletivo dos trabalhadores sobre as atividades produtivas;
- b) democratizar as tarefas que envolvem conhecimento, dando oportunidade para que o "saber fazer" chegue ao conjunto dos trabalhadores;
- c) superar os entraves ao acesso às informações e ao conhecimento;
- d) envolver o conjunto dos trabalhadores nas áreas de pesquisa e desenvolvimento;
- e) promover, regularmente, atividades de desenvolvimento do trabalho em equipe, e de relacionamento, além de inteligência coletiva entre os trabalhadores(as).

Os empreendimentos autogestionários têm como dono o próprio trabalhador(a). Isso faz a diferença, pois, é o trabalhador quem decide sobre sua própria vida. Esse é o grande diferencial em relação à empresa convencional, pois, na autogestão:

- a) ao sentir-se como proprietário(a) coletivo da empresa, o trabalhador(a) passa a assumir maiores responsabilidades, além dos riscos do

negócio. Sentindo-se mais importante e, com maior auto-estima, aumenta a motivação;

b) as necessidades e expectativas pessoais de cada trabalhador(a), como sentimentos, sonhos e segurança futura, são tratadas coletivamente e, com condições de serem atendidas;

c) o trabalhador(a) tem maior autonomia para realizar seu trabalho, fazendo-o com maior satisfação pessoal e coletiva;

d) cada dono(a) deve conhecer a empresa na qual trabalha e ter pleno conhecimento das possibilidades e limites de seu poder de decisão.

Portanto, a Autogestão não se define, apenas, através de conceitos e princípios, caracteriza-se como um movimento de construção por meio do qual o trabalho e as relações entre as pessoas buscam resgatar o dimensionamento humano dos envolvidos, enquanto sujeitos que produzem e convivem.

Educar para a Autogestão significa promover a inteligência coletiva dos trabalhadores(as). Isso quer dizer que, embora necessária, não basta ministrar informações ou capacitar para a melhoria da qualidade produtiva. É necessário trabalhar com novos valores e conceitos baseados na solidariedade, enfatizando o coletivo no lugar da competição e do individualismo.

Na Autogestão, o método de atuação e a forma de relacionamento determinam, profundamente, o fruto do trabalho a ser feito. A construção da Autogestão e da Economia Solidária pressupõe, no mínimo, coerência entre os princípios e as práticas solidárias. Essa é a diferença. A cooperação e a confiança devem prevalecer sobre a competição, porque concorrência, individualismo e dependência não apenas inibem mas, simplesmente, destroem a possibilidade e a perspectiva da criação de uma sociedade livre e fraterna, onde o ser humano seja o centro das preocupações (ANTEAG, 2008).

Nos últimos anos, houve significativo aumento do número de iniciativas socioeconômicas coletivas que visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. Essas iniciativas de economia solidária são fomentadas, em sua maioria, como alternativas ao desemprego, oportunidades de inclusão social e estratégias de dinamização de cadeias

produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável (SILVA, 2008).

Até agosto de 2007, o mapeamento da economia solidária no Brasil identificou a existência de quase 22 mil Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), com cerca de um milhão e setecentos mil homens e mulheres que realizam uma extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços.

Deste total, 7539 empreendimentos (35% dos EES no SIES) são eminentemente urbanos, tendo sido criados, em sua quase totalidade (91,8%), a partir de 1990, como alternativa ao desemprego. As atividades econômicas desenvolvidas por esses EES estão concentradas nos setores de produção de artefatos artesanais (36%), de confecções (22%), produção e serviços de alimentos (12%) e prestação de serviços (10%), entre outros.

Apesar da importância que vem adquirindo, esses empreendimentos apresentam grandes fragilidades, tais como: dificuldades na comercialização, acesso ao crédito, fomento, conhecimentos e assistência tecnológica. Segundo os dados do SIES, mais de 60% dos EES que desenvolvem suas atividades econômicas em áreas urbanas são informais (SILVA, 2008).

Singer (2004, p.92) definindo Economia Solidária afirma que:

É o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, finanças e consumo – organizadas de forma autogestionária, ou seja, no âmbito das quais não há distinção de classe: todos os que nelas atuam são seus proprietários e todos os que são proprietários nelas trabalham. A democracia na gestão dos empreendimentos (uma cabeça, um voto) é o que distingue a Economia Solidária da economia capitalista. Essa forma exige que novos conhecimentos sejam produzidos. As universidades, envolvidas com o processo de incubação de grupos de trabalhadores assim organizados, vêm se dedicando a essa tarefa, da mesma forma que o movimento social da ES. O processo de incubação é necessariamente interdisciplinar. Conteúdos do direito, da administração, da educação, da psicologia, das engenharias, da arquitetura, das ciências humanas, enfim, são chamados para responder à complexidade que a transformação do mundo do trabalho exige.

Considera-se que o trabalho cooperativo e associativo constitui uma importante ponte entre o campo do econômico e a demanda social. As transformações no universo da produção e do trabalho, amplamente tratadas na literatura dos últimos anos conduziram à situações de precarização social

de um imenso contingente de trabalhadores, incapazes de conseguirem um lugar ao sol nas empresas “enxutas” do período pós-reestruturação produtiva (VERONESE, 2008, p. 39-40).

Para viabilizar as iniciativas de Economia Solidária, é necessário aprofundar a interface entre as ações de formação em economia solidária e as Tecnologias Sociais. É preciso desenvolver uma metodologia para que o processo de formação de EES e de redes de cooperação respeite o tempo necessário para que cada participante compreenda o processo em sua complexidade e possa aderir de forma consciente e eficaz. Nisso, os processos de formação sistemática e de incubação de empreendimentos econômicos solidários são fundamentais (SILVA, 2008).

Finalmente, considera-se que o desenvolvimento e disseminação das Tecnologias Sociais devem adquirir caráter estratégico em alguns segmentos em que a Economia Solidária está sendo fomentada e apoiada nas áreas urbanas, sobretudo nas regiões metropolitanas. Entre esses setores, destacam-se: a coleta e reciclagem de materiais, finanças solidárias em comunidades urbanas, alternativas de produção de combustíveis limpos e energia renovável, habitação popular sustentável, turismo solidário e sustentável, desenvolvimento de softwares livres no âmbito da inclusão digital, entre outras. Essas iniciativas devem ser articuladas com as ações de acesso ao crédito e às finanças solidárias, de organização da comercialização, de formação e qualificação social e profissional e de assistência técnica e organizativa (SILVA, 2008).

2.2.2.1 A identidade cultural e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

Identidade cultural é o sentimento de identidade de um grupo, cultura, ou de um indivíduo, na medida em que ele é influenciado por fazer parte de algum grupo ou cultura. Identidade é a igualdade completa. Cultural é um adjetivo de saber. Logo, a junção das duas palavras produz o sentido de saber se reconhecer.

Miranda (2000) fala das transformações sofridas pelas concepções de identidade cultural:

As concepções de identidade cultural vêm transformando-se ao longo do processo civilizatório. Desde aquele sujeito do Iluminismo entendido como totalmente unificado desde seu nascimento, dotado das capacidades de razão, consciência e ação, passando pela idéia mais recente do "sujeito sociológico" que se forma nas relações com outras pessoas que mediam seus valores, sentidos e símbolos expressos em uma cultura. Em tal acepção, projetamos a nós próprios nessas identidades culturais, à medida que internalizamos tais significados e valores, alinhando nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural em que vivemos. Ou seja, o mundo exterior é que estaria mudando, fragmentando o indivíduo, obrigando-o a assumir várias identidades. Com o agravante de que o ambiente em que vivemos agora é considerado provisório e variável.

Oliveira (2008), define Identidade Cultural como sendo:

Um sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve o compartilhamento de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, o trabalho, os esportes, as festas, entre outros. É um processo dinâmico, de construção continuada, que se alimenta de várias fontes no tempo e no espaço.

Como consequência do processo de globalização, as identidades culturais não apresentam, hoje, contornos nítidos e estão inseridas em uma dinâmica cultural fluida e móvel.

A globalização é uma nova e intensa configuração do globo, a resultante do novo ciclo de expansão do capitalismo não apenas como modo de produção, mas como processo civilizatório de alcance mundial, abrangendo a totalidade do planeta de forma complexa e contraditória. O Estado Nação, símbolo da modernidade, entra em declínio. Como consequência, os mapas culturais já não coincidem com as fronteiras nacionais, fato acelerado pela intensificação das redes de comunicação que atingem os sujeitos de forma direta ou indireta. Grandes conceitos que informavam a construção das identidades culturais, como nação, território, povo, comunidade, entre outros, e que lhe davam substância, perderam vigor em favor de conceitos mais flexíveis, relacionais (OLIVEIRA, 2008).

A forma de funcionamento do capitalismo sofreu drásticas mudanças ao longo do tempo, principalmente com o surgimento de uma base tecnológica que permite fluxo de informação e de conhecimento possibilitando que os capitais possam transferir-se de um lugar para outro. Ocorre dessa forma, a flexibilização nos padrões de produção.

De Paula (2006, p.29) afirma que essa nova forma de funcionamento do capitalismo alterou hábitos de consumo e promoveu mudanças culturais, porque, pela primeira vez, de fato, podemos falar de produtos globais com as mesmas características em qualquer lugar.

O autor afirma ainda que:

Com a padronização do consumo, o mundo vai ficando todo muito parecido, mas ao mesmo tempo as pessoas querem afirmar a sua identidade. A necessidade do desenvolvimento local surge para dar uma função aos territórios, afirmar a singularidade de cada local. É uma busca pelas potencialidades e vantagens comparativas de cada território, onde os empreendimentos se materializam.

(...) Todo território é singular, não existem dois iguais. Isso precisa ser levado em conta até mesmo na formulação de políticas públicas, que muitas vezes trabalham com programas amplos e uniformes que não atendem às peculiaridades de cada um. O desenvolvimento é sempre local com modelos diferentes, ainda que alguns territórios precisem de mais atenção do que outros (DE PAULA, 2006, p.29-30).

O Ministério do Trabalho e Emprego (2008) define Empreendimentos Econômicos Solidários como sendo organizações:

a) Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.

b) Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, deve-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e tiver definido sua atividade econômica.

c) Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

d) Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

e) São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Paul Singer (2006, p.19) quando fala sobre economia solidária e experiências sociais, afirma que há um avanço qualitativo na construção de outro conceito de desenvolvimento. O combate à pobreza de qualquer forma, sobretudo por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), não pode ser individualizado. É preciso ter um enfoque comunitário, tendo soluções mais amplas, criando um processo contínuo de desenvolvimento local, solidário, comunitário, democrático. Deve ser um processo totalmente inclusivo, se opondo ao desenvolvimento capitalista, que é bom, gera-bem estar, melhorias, mas sempre exclui em grandes proporções.

Este mesmo autor, também argumenta que a economia solidária tem que se autofinanciar com cooperativas de crédito. É a solução a longo prazo. Haveria uma identidade cultural e não se exigiria o mesmo tipo de garantias que os bancos. A economia solidária gera valor do qual uma parte é poupada nas empresas e pelas famílias dos associados. [...] É muito melhor que uma cooperativa de crédito faça o repasse aos pequenos empreendedores solidários, porque a estrutura, a filosofia e a cultura são mais adequadas do que as de um banco (SINGER, 2006, p.22).

2.2.2.2 Cooperativismo: Princípios e Valores

Histórico

As principais idéias cooperativistas surgiram na Inglaterra, como um movimento de reação à acumulação do capital, associado à Primeira Revolução Industrial, no final do século XVIII. Com isso, muitos artesãos ficaram sem trabalho a partir da construção das fábricas e da implantação

gradual das máquinas no lugar de homens. Com esse cenário configurado, surgiram as idéias de Robert Owen, um dos pais do socialismo, pregando que a indústria em si é benéfica, mas deveria estar sob o controle dos trabalhadores, e os resultados deveriam ser repartidos igualmente entre eles. Owen propôs a criação de aldeias cooperativas ao redor das fábricas onde os meios de produção seriam possuídos e geridos coletivamente. Diversas cooperativas foram criadas, mas houve reações capitalistas contra essa organização dos trabalhadores e muitas encerraram forçosamente suas atividades (RECH, 1995).

Em 1844, um pequeno número de trabalhadores fundou em Rochdale, na Inglaterra, uma cooperativa de consumo partidário dos princípios de Owen. A cooperativa cresceu muito alcançando dezenas de milhares de sócios e representou um importante mercado consumidor. Os seus fundadores ficaram conhecidos como os “Pioneiros de Rochdale” e criaram diversas outras cooperativas de produção, como a de fiação, tecelagem, habitação etc. O exemplo de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas, difundiu-se pela Inglaterra e por outros países. Em 1895, foi fundada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que, desde então, congrega as entidades cooperativas de todo o mundo.

A organização cooperativa se desenvolveu sob diversos tipos, tais como: de consumo, de comercialização, de produção agropecuária, industrial e de serviços. Embora haja diferenças nesses tipos, todas se regem pelos mesmos princípios, herdados de Rochdale, adaptados e enriquecidos pela ACI. Os associados da cooperativa são proprietários e trabalhadores ao mesmo tempo. Não têm os direitos que a legislação do trabalho assegura aos empregados.

Enquanto na Europa o cooperativismo surge como uma reação proletária aos problemas sócio-econômicos criados pelo capitalismo, no Brasil o cooperativismo surge como uma promoção das elites (econômicas e políticas) em uma economia predominantemente agro-exportadora. Não ocorreu a criação de uma fórmula associativa, mas apenas sua importação e adequação aos interesses das elites políticas e agrárias (RIOS, 1989, p. 24).

Rios acrescenta ainda que, enquanto movimento social operário, o cooperativismo europeu é um movimento de expressão predominantemente

urbana (cooperativas de consumo na Inglaterra e de produção industrial na França). No Brasil, o cooperativismo, como movimento de elites, conservador, vai se localizar, sobretudo, no meio rural.

Um traço característico do cooperativismo na América Latina é que o seu desenvolvimento tem um caráter cíclico. A história do cooperativismo na América Latina se confunde, então, com suas crises econômicas e políticas. Assim, de maneira geral, as principais campanhas de fomento ao cooperativismo se dão entre 1927 e 1936 (crise econômica mundial), na época problemática do pós-guerra e de seus ajustes econômicos (décênio de 1940), ou ainda para fazer frente à chamada “ameaça do comunismo” e ao impacto da revolução cubana na década de 1960 (RIOS, 1989, p.25).

Em 1995, comemorou-se um século de existência da Aliança Cooperativa Internacional - ACI. No congresso comemorativo dessa data histórica, foram debatidas importantes questões para o fortalecimento da prática cooperativista, refletindo sobre os objetivos de suas organizações.

Durante o evento aprovaram conceitos e princípios, não muito diferentes daqueles apresentados pelos pioneiros de Rochdale, mas que devem estar sempre em pauta para que, atualizados e aperfeiçoados, sejam a base das estratégias de desenvolvimento do sistema de cooperativas existente nos diversos países.

Atuais princípios do cooperativismo:

a) Adesão voluntária e livre;

As cooperativas são organizações abertas à participação de todos, independentemente de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa. Para participar, a pessoa deve conhecer e decidir se tem condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria.

b) Gestão democrática;

Os cooperantes, reunidos em assembléia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade. Cada associado representa um voto, não importando se alguns detém mais cotas do que outros.

c) Participação econômica dos membros;

Todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado, democraticamente. Se a cooperativa é bem administrada e obtém uma receita maior do as despesas, esses rendimentos serão divididos entre os sócios até o limite do valor da contribuição de cada um. O restante poderá ser destinado para investimentos na própria cooperativa ou para outras aplicações, sempre de acordo com a decisão tomada na assembléia.

d) Autonomia e independência

O funcionamento da empresa é controlado pelos seus sócios, que são os donos do negócio. Qualquer acordo firmado com outras organizações e empresas deve garantir e manter essa condição.

e) Educação, formação e informação;

É objetivo permanente da cooperativa destinar ações e recursos para formar seus associados, capacitando-os para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo e comercial. Ao mesmo tempo, buscam informar o público sobre as vantagens da cooperação organizada, estimulando o ensino de cooperativismo nas escolas de 1º e 2º graus.

f) Intercooperação;

Para o fortalecimento do cooperativismo é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços, viabilizando o setor como atividade sócio-econômica. Por outro lado, organizadas em entidades representativas, formadas para contribuir no seu desenvolvimento, determinam avanços e conquistas para o movimento cooperativista nos níveis local e internacional.

g) Interesse pela comunidade;

As cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades, através da execução de programas sócio-culturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis.

Os maiores desafios para as cooperativas é que elas estão inseridas em uma sociedade de cultura contraditória, herdeira de deficiências educacionais, tendo de lidar com comportamentos individuais formados em contextos autoritários, preconceituosos e burocráticos e uma cultura individualista, precisando enfrentá-los de forma pragmática e amadurecendo seus conhecimentos. Para isso, é necessário adequar-se a cultura de grupo, ter

envolvimento total dos integrantes, superar as formas autoritárias e burocráticas de poder, obter bom senso nas técnicas de gestão e reciclarem-se sobre conhecimentos técnicos e novas formas organizacionais estratégicas. Com isso, pode-se configurar um futuro melhor para quem esteja organizado sob a forma de cooperativista popular.

Rios (1989, p.10) faz uma análise crítica sobre a diferenciação das classes sociais questionando inicialmente como situar a “niveladora” proposta cooperativista. Ele afirma que a diferenciação classista se reproduz no cooperativismo, contradizendo a ideologia niveladora. Acrescenta, ainda, que para cada classe de cooperativas existe um cooperativismo dos ricos e um cooperativismo dos pobres. Isso significa que, ao invés de as diferenças entre as classes diminuírem, ao contrário, se acentuam. Isso ocorre pela concentração da riqueza, do prestígio social e do poder político aumentada pelas cooperativas das classes dominantes.

2.2.3 Capital social: aprendizado e inovação

O tema capital social está ligado à questão da governança local e da participação da sociedade civil. Esses assuntos colocam em evidência a diversidade e a particularidade dos contextos locais, reconhecendo que cada ambiente tem a sua necessidade de respostas particulares em termos de políticas públicas e projetos de desenvolvimento local.

Na literatura acadêmica contemporânea, percebe-se que não há, ainda, uma definição factual sobre a gênese do conceito de capital social, e a maioria dos autores recorre a conceitos relacionados com suas funções, ressaltando em determinados momentos os aspectos da estrutura social ou o uso desse recurso por indivíduos.

Para o presente estudo, segue uma das definições de capital social, defendida pelo sociólogo Ronald Burt (2000):

Refere-se aos recursos (informações, idéias, apoios) que os indivíduos são capazes de procurar em virtude de suas relações com outras pessoas. Esses recursos (“capital”) são “sociais” na medida em que são acessíveis somente dentro e por meio dessas relações, contrariamente ao capital físico (ferramentas, tecnologia) e humano (educação, habilidades), por exemplo, que são, essencialmente, propriedades dos indivíduos. A estrutura de uma determinada rede – quem se relaciona com quem, com que frequência, e em que termos – tem, assim, um papel fundamental no fluxo de recursos daquela rede. Aqueles que ocupam posições estratégicas no interior da rede, especialmente aqueles cujas ligações percorrem vários grupos, potencialmente têm mais recursos do que seus pares, precisamente porque sua posição no interior da rede lhes proporciona maior acesso a mais e melhores recursos.

Outra abordagem acerca do capital social utilizada com frequência refere-se à natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo em várias redes informais e organizações cívicas formais. Desde a conversa com os vizinhos ou o engajamento em atividades recreativas, até a filiação a organizações ambientais e partidos políticos, o capital social é usado, nesse sentido, como um termo conceitual para caracterizar as muitas e variadas maneiras pelas quais os membros de uma comunidade interagem. Assim entendido, é possível traçar um mapa da vida associativa da comunidade e, com isso, perceber seu estado de saúde cívico. Um conjunto de problemas sociais – criminalidade, saúde, pobreza, desemprego – tem sido empiricamente associado à existência (ou falta de) capital social em uma comunidade, e com eles um sentido de preocupação por parte de cidadãos e formuladores de políticas públicas de que novas formas de capital social precisam ser imaginadas e construídas, conforme outras formas mais antigas entram em declínio (como resultado, por exemplo, de mudanças tecnológicas ou demográficas). Essas questões são relevantes tanto para países onde a renda per capita é alta, quanto para aqueles onde a renda é baixa (GROOTAERT, 2003).

O capital social diz respeito às normas, aos valores e às redes que permitem às pessoas atuarem de maneira coletiva. A forma como os indivíduos interagem nessa rede se dá de duas formas: *Bonding* - Laços Fortes / verticais / de união: que se dão dentro da própria comunidade, e é composto pelas relações internas, e *Bridging* - Laços Fracos - horizontais/ que fazem pontes: são aqueles entre as comunidades, colegas, parceiros distantes.

O desenvolvimento local pode se tornar uma ferramenta de análise quando associado à hipótese de que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas exclusivamente pelo alto (SILVEIRA, 2001, p.31). Pensar o desenvolvimento local implica extravasar o local limitado por espaços geográficos.

As redes de inovação se caracterizam por atores heterogêneos, em sua estrutura e objetivos, que partilham o objetivo comum de inovar. Embora o *locus* da inovação seja a empresa, considerando que inovar, diferentemente de inventar, está relacionado com resultados econômicos na forma de novos produtos e serviços, percebe-se a crescente importância da interação entre as empresas no amplo espectro da cooperação interempresarial, bem como da interação entre as empresas e demais atores da infra-estrutura tecnológica de um país ou de uma região. A inovação, neste sentido, tem sido cada vez mais resultado de uma ação coletiva, em que pese a capacidade interna de uma organização, seja ela empresarial ou não, expressa em seus recursos e em sua base de conhecimento, ser o fator preponderante (BALESTRO, 2006, p.12).

Nesse sentido, Balestro (2006) defende ainda que o capital social é um construto teórico potente para ajudar a entender a dinâmica do tecido social imbricado nos processos econômicos nas relações entre os diferentes atores do processo de inovação. Com forte disseminação nos documentos sobre políticas de inovação, o capital social é visto como um elemento facilitador da interação entre atores do processo de inovação, empresas, centros de pesquisa, universidades, associações empresariais, organizações civis em geral, instituições financeiras entre outros. Ele afirma ainda que o capital social pode contribuir para o aumento do aprendizado das organizações, especialmente no caso em que existem, mesmo que de forma embrionária, redes de inovação (BALESTRO, 2006, p.13).

Nos vários estudos dedicados ao processo de inovação, Balestro (2006, p.13) mostra que a importância e os tipos de cooperação para inovar foram bastante investigados. Não obstante, poucos trabalhos se detiveram nos fatores que afetam a capacidade de cooperação. A economia institucional em muito tem se dedicado às formas e tipos de cooperação, bem como o que

motiva as organizações a cooperarem entre si, mas ainda são poucos os trabalhos que analisam como se estruturam e se institucionalizam as relações de cooperação.

2.3 UNIVERISADE: AMBIENTE DE DESCOBERTAS E INTEGRAÇÃO DO CONHECIMENTO

A era da informação e a globalização são apenas algumas das transformações que afetam a vida cotidiana de todos. No âmbito das universidades, observa-se no mundo todo e, especialmente no Brasil, um crescimento da oferta de cursos e de instituições de ensino superior, com um conseqüente acirramento da competitividade neste setor. Ao mesmo tempo, a Universidade é cada vez mais questionada acerca de sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Conforme o Censo da Educação Superior de 2005, o Brasil contava com 176 universidades, das quais 90 eram públicas, sendo 52 do sistema federal, 33 estaduais e 5 municipais. Nesse ano, o sistema público acolhia um total de 1.192.189 matrículas de graduação. O setor privado compreendia 1.934 instituições, dentre elas 86 universidades, com 3.260.967 matrículas de graduação. A cada ano têm ingressado 1.700.000 novos estudantes de graduação, na modalidade presencial, no sistema nacional de educação superior (INEP, 2005 *apud* MEC, 2008).

Por sua vez, no ano de 2005, os programas de pós-graduação do Brasil matricularam cerca de 124.000 estudantes de mestrado e doutorado e formaram aproximadamente 9.000 doutores. Nos últimos anos, a comunidade científica do país produziu 1,92 % dos trabalhos científicos publicados no mundo inteiro, ao mesmo tempo em que 93% dos programas de pós-graduação estão concentrados em universidades públicas, responsáveis por 97% da produção científica do país. Enfim, os dados indicam que a pesquisa desenvolvida no país encontra-se fortemente concentrada nas instituições

públicas, o que é consistentemente reconhecido pelas diversas dimensões do sistema nacional de avaliação (MEC, 2008).

Embora a maior oferta de vagas na graduação ocorra hoje no setor privado de ensino superior, a expansão desse setor apresenta sinais de esgotamento, principalmente pela saturação de mercado em várias profissões e pela inadimplência de segmentos sociais incapazes de arcar com o alto custo da educação superior. Dessa forma, a ampliação das vagas na educação superior pública se torna imperativa para o atendimento da grande demanda de acesso à educação superior (MEC, 2008).

A tabela a seguir apresenta alguns dos principais desafios vividos pelas universidades, os quais sugerem questionamentos sobre o papel das mesmas na dinâmica da sociedade atual, bem como a maneira como elas se estruturam para cumprir esse papel, em termos das atividades de pesquisa, ensino, aplicação e integração de conhecimentos.

TABELA 2: Alguns dos principais desafios vividos pelas universidades

Pesquisa	Necessidade de combinar mobilidade e permanência, criando possibilidades para que os pesquisadores mantenham contato com outras realidades e tragam inspiração externa. Crescente cobrança por resultados, oriundas tanto da sociedade quanto dos organismos reguladores e de fomento.
Ensino	Mudanças nas demandas da sociedade e no perfil dos alunos; Tendência à redundância dos cursos entre departamentos, principalmente nas temáticas que envolvem interdisciplinaridade; Crescimento da demanda por educação continuada.
Aplicação e integração de conhecimentos com a sociedade	O mercado “dita regras”, acarretando o enfraquecimento de algumas áreas e pondo em risco a pesquisa “não aplicável”; Crescimento das demandas por consultorias; Crescimento das Universidades Corporativas.

Fonte: SILVA, José Roberto G. da. **Ensino superior no século XXI: mudanças, desafios e competências.** Bento Gonçalves: PUCRS, 2006. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/reflexoes/encontros/pdf/2006-1-03-Ensino-Superior-no-Seculo-XXIMudancas-Desafios-e-Competencias-Jose-Roberto.pdf>> Acesso em: nov. 2006.

É necessário refletir sobre a reorganização do conhecimento de acordo com as necessidades da sociedade. Existem duas tendências que pressionam em direções opostas: a progressiva diversificação e especialização do conhecimento, e a emergência de especialidades de pesquisa e docência cada vez mais específicas e atualizadas; em contrapartida, o mundo acadêmico

mostra a necessidade urgente de se adaptar ao caráter interdisciplinar dos problemas sociais mais importantes, como o desenvolvimento sustentável, a diminuição da pobreza, os novos problemas de saúde pública, a gestão do risco etc (COMISSÃO, 2003 apud FINQUELIEVEICH, 2007).

Uma consequência marcante dos desafios vividos pelas universidades brasileiras é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos: dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Apresenta-se, portanto, como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (MEC, 2008).

2.3.1 A Extensão Universitária como processo de interação social

O artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil (2008) dispõe que "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Ensino, pesquisa e extensão constituem as três funções básicas da Universidade, as quais devem ser equivalentes e merecer igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, pois, ao contrário, estarão violando esse preceito constitucional.

A palavra extensão, no contexto acadêmico, implica em estender-se, em levar algo a algum lugar, ou até alguém. A extensão universitária pode ser entendida como uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. É uma espécie de ponte permanente entre

a Universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de mão dupla, em que a Instituição de Ensino Superior (IES) leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade, e recebe dela como resposta informações sobre as reais necessidades e aspirações. Nos projetos de extensão universitária, a IES também aprende muito com os saberes dessas comunidades. Ocorre, na realidade, uma troca de conhecimentos, em que a Universidade também aprende com a própria comunidade sobre seus valores e sua cultura. Assim, a universidade pode planejar e executar as atividades de extensão respeitando e não violando esses valores e cultura. A Universidade, por meio da extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a universidade e o meio.

Por meio da extensão, a Universidade tem a oportunidade de levar até a comunidade, os conhecimentos de que é detentora, os novos conhecimentos que produz com a pesquisa, e que normalmente divulga com o ensino. É uma forma da universidade socializar e democratizar o conhecimento.

No meio universitário, por vezes se confunde o termo "extensão" com "cursos de extensão universitária". Os cursos de extensão universitária, geralmente acadêmicos e com pequena carga-horária, destinam-se a complementar conhecimentos em áreas específicas, ocorrendo também a interação social. Já as atividades de extensão, dever constitucional das universidades, são bastante amplas, complexas e não se confundem com "cursos de extensão". Um curso de extensão, ou vários cursos de extensão, podem estar inseridos dentro das atividades de extensão universitária da IES, mas não ensejam que extensão seja apenas "cursos de extensão universitária".

É na extensão que os estudantes das áreas da saúde, engenharia, administração, psicologia, direito, social e tantas outras, vão entender e fundamentar os conceitos e teorias aprendidos nas atividades de ensino, consolidando e complementando o aprendizado com a aplicação. Daí um dos grandes méritos da extensão - permitir a efetivação do aprendizado pela aplicação. Essa aplicação, evidentemente, deve ser planejada e acompanhada por professores e profissionais das respectivas áreas do conhecimento, da própria Universidade.

Assim, forma-se um ciclo onde a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos pelo ensino e pela extensão, de maneira que as três atividades tornam-se complementares e dependentes, atuando de forma sistêmica.

2.3.2 As Incubadoras Sociais de Empreendimentos Populares

O contexto econômico, social e político do Brasil no início deste século possui um cenário preocupante, pois ainda acentua o aumento da diferença na distribuição da renda e, conseqüentemente, desigualdade e exclusão social sem solução a curto prazo.

A geração de renda e de trabalho no país pode ter como alternativa a formação de cooperativas populares que atendam as necessidades da população mais carente e formem um conjunto de empreendimentos variados que, juntos poderão formar um setor econômico viável e eficiente, na perspectiva de construção da Economia Solidária. É nesse sentido que se coloca o papel social de uma Incubadora de Cooperativas Populares, na motivação, na formação e no desenvolvimento das cooperativas populares de trabalho. Geralmente, as incubadora que fazem parte de IES estão ligadas à extensão universitária, uma vez que se entende que ocorre um intenso processo de interação social entre Academia e Sociedade, por meio dos grupos incubados.

A Incubadora se apresenta como uma ação sincrônica de emancipação, sobretudo se vista como uma resposta superadora no debate acerca das condições de empregabilidade da população economicamente ativa. Atualmente, vigora uma “flexibilização das relações de trabalho” que mal acoberta a apartação social pura e simples. Emerge, assim, a Incubadora, como resposta que agrega aqueles que se encontram excluídos da vida social – exclusão manifestada tanto no que diz respeito à produção material, quanto na ótica do consumo –, e emerge como possibilidade de constituição de um conhecimento interdisciplinar, tendo em vista a transdisciplinaridade. Ou seja, a

Incubadora surge, nos dias de hoje, como um fator extra-econômico, mas que tende a influenciar diretamente o processo de desenvolvimento do país.

Algumas condições as tornam uma iniciativa realmente importante, tais como permitir a transformação da própria sociedade brasileira no sentido de torná-la algo socialmente viável.

2.3.2.1 Incubadoras sociais ligadas a Universidades Brasileiras

a) A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (USP)

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade de São Paulo, iniciou sua atividade em 1998, com moradores da região do Rio Pequeno, nas proximidades dessa Universidade, a qual resultou na formação da Cooperbrilha, referência para a Economia Solidária. Dessa experiência, foram criados os princípios metodológicos que orientam o trabalho da ITCP-USP, e baseando-se neles foram acompanhados 17 grupos de diversos setores nos dois anos seguintes, com financiamento da FINEP, dentro do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC).

Em 1999, a ITCP-USP estabeleceu uma parceria com a Confederação Nacional de Metalúrgicos (CNM/CUT), na qual foram dados cursos de formadores aos sindicalistas, e de formação cooperativa aos grupos do projeto 'Integrar', no Estado de São Paulo. Em seguida, em parceria com a Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado (SERT) a ITCP-USP desenvolveu 20 cursos de introdução ao cooperativismo e, posteriormente, acompanhou os grupos formados. Nessas parcerias, foram envolvidos mais de 600 trabalhadores e as atividades expandiram-se para o Vale do Paraíba, o Vale do Ribeira e a Praia Grande, onde catadores com o apoio da ITCP-USP em parceria com o poder público municipal criaram uma cooperativa de reciclagem.

Metodologia

O trabalho da ITCP-USP, em busca do desenvolvimento da autonomia, pauta-se em alguns princípios metodológicos centrais, inspirados

principalmente na proposta de educação popular de Paulo Freire. São eles: autogestão, interdisciplinaridade, aprendizado mútuo e indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A vivência da autogestão na própria organização da ITCP-USP é, ao mesmo tempo, formadora, coerente e necessária para a incubação de grupos autogestionários. Para isso, foi criado o Conselho Orientador, espaço de deliberação coletiva acerca dos trabalhos desenvolvidos, no qual todos os integrantes da ITCP-USP participam com direito a voz e voto.

A interdisciplinaridade tende a propiciar respostas mais pertinentes aos problemas reais da população com a qual a incubadora trabalha, os quais não se limitam a uma área do conhecimento. A formação de empreendimentos populares é um processo pedagógico intenso para todos os envolvidos. Trabalhadores, estudantes, profissionais e professores se encontram em constante formação, fazendo parte de um processo de aprendizado mútuo. Nessa relação, os formadores aprendem e ensinam sobre autogestão, aplicam, refletem e (re)elaboram conceitos científicos de um modo dialético, indo da prática à teoria e aliando, assim, pesquisa à extensão, o que modifica a forma como o ensino é realizado na Universidade. A incubação de empreendimentos é o processo de fomento e acompanhamento de empreendimentos econômicos, coletivos e autogestionários, por meio da formação dos trabalhadores e do apoio à estruturação do empreendimento, até que este tenha condições para se sustentar de forma autônoma.

São alguns dos principais desafios da incubação de empreendimentos de Economia Solidária:

1º Desafio: o desenvolvimento da autogestão. Para tomar decisões sobre o empreendimento é necessário o conhecimento sobre seu funcionamento como um todo: organização do trabalho, custos, tributos, registros, comercialização, obrigações legais etc. Faz parte do processo de incubação trabalhar para que as decisões tomadas façam parte de um processo de aprendizagem por parte dos cooperados. O papel da ITCP-USP é acompanhá-los nessas decisões, levando e trocando conhecimentos e instrumentos desenvolvidos na universidade e na experiência da própria ITCP-USP, e buscando garantir o envolvimento de todos na compreensão dos desafios que devem ser superados pelo grupo.

2º Desafio: o desenvolvimento de empreendimentos em áreas periféricas. A partir do trabalho na Zona Sul de São Paulo (Capão Redondo, Jardim Ângela e Campo Limpo) incubando grupos com extrema dificuldade para se viabilizar devido a falta de estrutura para iniciar o empreendimento (sede, acesso a crédito, capital de giro etc) e da escassez do mercado local, passou-se a desenvolver uma estratégia de incubação de Rede e arranjos políticos, econômicos, sociais e culturais, buscando: fomentar a intercooperação e a troca de experiências, articular as potencialidades locais, de infra-estrutura, capacitação, demanda e consumo local, fortalecer a inserção dos empreendimentos nas cadeias produtivas, por meio da intercooperação, compra e comercialização conjunta, fortalecer politicamente os atores locais, para reivindicação e construção de políticas públicas de apoio a Economia Solidária, e integrar ações para o desenvolvimento local. Com esse objetivo, foi constituída a Rede Solidária da Zona Sul, um grupo de agentes locais que executa ações planejadas em conjunto para o desenvolvimento local e reivindica investimento público adequado às reais necessidades da população da região.

3º Desafio: a escolha da atividade econômica. Em geral, quando perguntadas sobre sua vocação, as pessoas interessadas em formar uma cooperativa tendem a escolher atividades de baixa qualificação e remuneração, as quais já desenvolvem de alguma forma no âmbito doméstico. É preciso balizar as capacidades do grupo com a necessidade do mercado para que haja viabilidade para o empreendimento. Muitas vezes é necessário que o grupo passe por um período de capacitação técnica (na atividade) para desenvolver seu trabalho com maior qualidade e em atividades econômicas com maior valor agregado. Ainda assim, são necessários: os estudos de mercado, a busca de nichos, além da procura pela inserção em um lugar mais favorável na cadeia produtiva, para que a formação da cooperativa seja sustentável.

4º Desafio: o acesso ao mercado. Empreendimentos populares têm dificuldades em oferecer qualidade e prazo compatíveis com as exigências do mercado formal, principalmente no início de seu funcionamento. A ITCP-USP busca criar estratégias para que, no começo, alguns grupos possam escoar seus produtos em um mercado protegido, proporcionando condições para que os grupos possam produzir, comercializar e melhorar a qualidade dos produtos,

para, então, serem inseridos no mercado formal. Essa é a proposta do Projeto Mercado-Escola, desenvolvido em parceria com a entidade de assistência e promoção social Cáritas Diocesana de Campo Limpo (SP).

b) A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é um programa de extensão universitária do Instituto Alberto Luiz Coimbra, de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Há 12 anos, a ITCP foi concebida como um centro de tecnologia que tornaria disponíveis os conhecimentos e os recursos acumulados na universidade pública para gerar, por meio do suporte à formação e desenvolvimento (incubação) de empreendimentos solidários autogestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Metodologia

Ao desenvolver a primeira metodologia de incubação voltada para empreendimentos formados por trabalhadores oriundos de setores considerados socialmente vulneráveis e desfavorecidos dentro da estrutura social dominante, a ITCP tinha como desafio planejar e implementar ações que promovessem, ao mesmo tempo, o crescimento de uma cooperativa como empreendimento econômico, e a emancipação política e social dos seus associados. As especificidades do trabalho realizado se devem, em grande parte, ao seu público alvo - empreendedores pouco qualificados, com baixa ou nenhuma capacidade técnica, e descapitalizados - e ao duplo caráter do empreendimento cooperativo: uma empresa e uma associação de trabalhadores que articula os aspectos econômicos do negócio com as oportunidades de inserção cidadã, possuindo um modelo de gestão democrático e participativo, mais voltado para o bem comum do que para o lucro.

Desse modo, a metodologia desenvolvida pela ITCP foi pensada por meio de dois tipos de racionalidade que precisam estar articulados nas atividades realizadas junto a cooperativas populares, e que definem as duas

principais vertentes do trabalho de incubação: uma que se ocupa da viabilidade econômica do empreendimento, e outra, voltada para a sua viabilidade como cooperativa. O saber e a participação do grupo incubado são essenciais para todo o processo. As atividades desenvolvidas devem procurar não só respeitar, mas também, estimular e incorporar o conhecimento dos grupos através de uma linguagem clara, e de práticas didáticas e de planejamento orientadas para esse fim (ITCP-COOPE-UFRJ, 2008).

c) A Incubadora Social e Solidária da Universidade de Brasília (UnB)

A Incubadora Social e Solidária da Universidade de Brasília (UnB) busca proporcionar, aos empreendimentos apoiados, a sustentabilidade, a geração de renda, a participação política e a organização do trabalho baseada na superação das desigualdades, na autogestão e na valorização do ser humano.

Objetivos:

- a) Capacitar os membros do grupo, associados e cooperados, na gestão democrática do empreendimento;
- b) Promover a integração entre o grupo e outros atores da Economia Solidária, como os fóruns, clube de troca, ONGs e redes de comércio justo;
- c) Desenvolver tecnologias inovadoras que aprimorem o processo de produção e distribuição;
- d) Apoiar a comercialização e a entrada no mercado do empreendimento;
- e) Promover a interação entre a Universidade e o empreendimento, criando oportunidades de pesquisa junto às experiências em Economia Solidária para professores e estudantes da UnB.

Metodologia

A metodologia de trabalho é própria das atividades hoje conhecidas como incubação, que se propõe a melhorar os processos internos das cooperativas por meio de assessorias e capacitações em diversas áreas estruturantes de empreendimentos de economia solidária.

O processo de incubação busca apoiar os empreendimentos nas áreas de gestão, produção e comercialização. Dentro desses campos, podem ser visualizados alguns pontos de intercessão e interdependência, que devem ser trabalhados conjuntamente para uma maior efetividade das ações. Considerando as especificidades das cooperativas e a trajetória do trabalho, constrói-se a metodologia de incubação necessária para o fortalecimento das cooperativas, articulando as áreas de atuação com o tempo para sua realização.

O atendimento da Incubadora Social se realiza de três modos:

a) Assessorias

Ações continuadas realizadas por técnicos e estudantes para a efetivação e acompanhamento dos processos de mudanças decorrentes da incubação.

b) Cursos

Atividades realizadas para a efetiva capacitação dos membros dos empreendimentos, tendo como proposta metodológica a utilização de práticas vivenciais de aprendizagem.

c) Consultorias

Ações pontuais realizadas por profissionais externos à Incubadora, com o objetivo de desenvolver qualidades nos empreendimentos, para as quais a equipe interna não é capacitada para realizar.

d) A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de Campinas (Unicamp)

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade de Campinas (Unicamp) é um Programa de Extensão Universitária - criada pela resolução do Gabinete do Reitor (GR) 086 em 28 de agosto de 2001 - e está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC).

A ITCP Unicamp foi formada a partir da necessidade de acompanhamento técnico e educacional de grupos de trabalhadores que fariam parte de um Programa de Geração de Trabalho e Renda da Prefeitura Municipal de Campinas, somada à iniciativa de um grupo de alunos e professores que tinham como objetivo fortalecer o elo entre pesquisa e ensino, por meio de um

projeto de extensão. Assim, em janeiro de 2002, foi firmada uma parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, cujo objetivo era oferecer cursos de capacitação a 8 grupos, visando criar cooperativas. Esses cursos tiveram duração de 6 meses e, ao final de 2002, foi assinado um convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas que desencadeou em um processo de incubação envolvendo 11 grupos para a formação de cooperativas populares, em um prazo de 24 meses (2003 a 2004).

Os grupos demonstraram interesse em trabalhar nos seguintes setores: separação de resíduos sólidos, separação e reciclagem de resíduos da construção civil, produção de alimentos, costura e artesanato. Seis destes grupos acompanhados se tornaram cooperativas.

Em setembro de 2004, iniciou-se um projeto em parceria com uma empresa privada (PRATEC), cujo objetivo era confeccionar mantas térmicas de subcoberturas fabricadas a partir da reutilização de resíduos sólidos recicláveis, como as embalagens do tipo longa vida, tecnologia social que garante agregação de valor aos resíduos triados pelas cooperativas. Essa tecnologia foi desenvolvida pelo Prof. Luis Otto Faber Schmutzler, da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp e, disponibilizada para o uso das cooperativas populares incubadas pela ITCP. A Cooperativa Bonsucesso é a principal beneficiária desde projeto por meio da capacitação dos cooperados e divulgação do produto.

No final de setembro de 2004, a ITCP/Unicamp assinou um convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundação Banco do Brasil, através do Programa Nacional de Incubação (Proninc), cuja meta seria formar 8 grupos de cooperativas populares nas seguintes áreas de trabalho: juventude em situação de risco, agricultura familiar e rede de cooperativas de separação resíduos sólidos. Este projeto foi finalizado em dezembro de 2006.

Em 2005 a ITCP/Unicamp iniciou mais um projeto por meio do convênio com a FINEP. O projeto, dentro da Rede de Tecnologia Social, tem duração de 18 meses, com início em fevereiro de 2006, e tem duas metas previstas. A primeira é a incubação de dois grupos autogestionários no município de Campinas, em parceria com o Programa Municipal de DST/AIDS de Campinas, para a formação de uma cooperativa de customização e revitalização de

roupas e uma associação de profissionais do sexo. A segunda meta é a formação e incubação de uma Incubadora junto ao Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC).

O mais recente projeto é um convênio com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este projeto tem como objetivo propiciar a melhoria das condições de trabalho em cooperativas populares de separação de resíduos sólidos (recicláveis) por meio da aquisição de maquinário adequado e equipamentos de proteção individual para duas cooperativas.

Objetivos:

a) Fomentar o movimento de ecosol (economia solidária), trabalhando os seguintes aspectos: autogestão, autonomia de organização dos trabalhadores e trabalhadoras, cultura do associativismo;

b) Articular o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular produzido fora dos muros da Universidade, na busca por um saber válido e a serviço da transformação social;

c) Construir uma nova maneira de fazer ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável e com participação dos setores historicamente excluídos da sociedade, o que implica em um embate com a prática hegemônica de extensão da Universidade;

d) Lutar junto aos grupos, cobrando o apoio efetivo da Prefeitura à Economia Solidária em Campinas;

e) Articular junto ao movimento de Ecosol a participação em reivindicações para a constituição de uma política federal, estadual e municipal para a Ecosol.

2.3.2.2 A Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Conforme levantamento cadastral dos catadores de material reciclável na cidade de Goiânia, realizado pela Prefeitura, em 2004, existe na região metropolitana cerca de 3.500 pessoas trabalhando na atividade de catação de material reciclável. Na cidade de Goiânia são aproximadamente 506 pessoas, sendo 90,1% homens e 9,9% mulheres. Desse total, 94,8% não concluíram o

ensino fundamental e, 26% são analfabetos. A faixa etária predominante é dos 21 aos 40 anos, correspondendo a 52% do número de catadores existentes. A pesquisa revelou que 13% do total dos catadores constitui-se de jovens com menos de 21 anos e crianças. Em relação ao estado civil, 60% dos catadores são solteiros e 45% possuem famílias com quatro (04) ou mais pessoas, superior à média nacional e, à média da região Centro-Oeste. Desse total, 61% possuem crianças na família, sendo que dessas, 30% não freqüentam escolas. Apenas 8,8% dos catadores confirmaram que as crianças ajudam na catação e são expostas aos riscos de saúde inerentes à essa atividade.

O levantamento apontou, ainda, que a maioria desses catadores é composta por moradores de rua ou áreas de invasão, muitas localizadas em áreas de risco, dispersas pela cidade. Constatou-se, também, que cada catador percorre uma distância média de 40km diários em busca do material. A renda média para 45% deles é de um (01) salário mínimo, 25% têm renda abaixo de um salário mínimo, 22% alcançam até dois salários mínimos e, 8% acima de dois salários. Outra informação importante deste levantamento é que um grande número desses trabalhadores é proveniente de uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social ou baixa escolaridade, não encontram mais lugar no mercado de trabalho formal. Muitos sequer possuem documentos pessoais como carteira de identidade e CPF.

Mediante esse quadro, as instituições locais buscam alternativas para promover a geração de trabalho e renda por meio de um programa de coleta seletiva do lixo no município, que possibilite a organização desse contingente em empreendimentos associativos e solidários para lograr o resgate da dignidade pelo trabalho, pelo fortalecimento da auto-estima, e pela melhoria nas condições de vida.

Considerando a complementaridade das ações institucionais no município do Goiânia, a Incubadora Social da UFG vem preencher a lacuna existente nos projetos quando se refere ao desenvolvimento de organizações de participação comunitária para produção, trabalho e geração de renda. A Incubadora atua na preparação das pessoas constituintes dos grupos para a criação e o desenvolvimento de cooperativas como organismos sócio-econômicos, cuja dinâmica é própria desse tipo de empreendimento, e difere

dos fundamentos tradicionais, fartamente, aplicados nas relações empresariais tradicionais.

Assim, pelas especificidades da organização cooperativa, torna-se necessário o desenvolvimento de trabalhos especializados junto aos grupos, uma vez que o processo para criação e organização desse tipo de empreendimento inclui aspectos relacionais a serem construídos e gerenciados por seus membros. Todas as demais atividades operacionais dependem do grau de confiança entre as pessoas do grupo a legitimar suas ações como participantes, associados ou dirigentes, do empreendimento a ser constituído.

A criação de uma Incubadora Social na UFG destinada a trabalhar de forma integrada com as demais instituições públicas no município de Goiânia, reitera a preocupação e o compromisso dessas instituições com a busca de soluções para as questões econômicas que afligem milhares de pessoas, tornado-as socialmente excluídas, como no caso dos catadores de material reciclável na região Metropolitana de Goiânia.

A Incubadora Social da UFG é um programa, sem fins lucrativos, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC). A UFG, desde a criação da PROEC, em dezembro de 1997, tem ampliado de forma significativa suas atividades de extensão. Além do aumento do número de programas e projetos, procura-se priorizar as ações relacionadas à geração de ocupação e renda e à promoção do desenvolvimento sustentável.

2.3.2.3 Inovação no processo de incubação de empreendimentos populares

Brunet (2006) em seu documento que fala sobre o modelo francês de inovação tecnológica, afirma que uma inovação é uma invenção de produto/serviço útil ao Homem, acessível a ele, e que, portanto, está no mercado, ou seja, conduzido por uma organização. Não podemos, então, falar de inovações sem falar das organizações. Não se trata necessariamente de uma descoberta tecnológica, um avanço científico. Pode ser simplesmente uma boa idéia de justaposição de tecnologias, ainda não realizada e que implica em um real progresso à Humanidade.

As organizações inovadoras, geralmente, recorrem a uma combinação de diferentes fontes de tecnologia, informação e conhecimento, tanto de origem

interna quanto externa. As fontes internas de inovação envolvem tanto as atividades explicitamente voltadas para o desenvolvimento de produtos e processos, quanto a obtenção de melhorias incrementais por meio de programas de qualidade, capacitações e aprendizado organizacional.

A metodologia de incubação de empreendimentos populares da UFG está sendo construída durante o processo de incubação de grupos de catadores de materiais recicláveis. Desta forma, estão sendo estudadas várias metodologias existentes de outras incubadoras para que se possa absorver as técnicas de sucesso e adaptá-las a realidade local.

Como diferencial na metodologia de incubação da UFG, apresenta-se a atuação da equipe responsável pela gestão da informação e do conhecimento, a qual representa o curso de graduação em Biblioteconomia desta mesma Universidade. Trata-se de uma inovação no contexto das incubadoras já existentes e atuantes há algum tempo. Primeiramente, toda a memória da incubadora vem sendo preservada com o processo de gestão documental que está sendo desenvolvido; além disto, a gestão da informação e do conhecimento se processa em atividades que ocorrem durante toda a atuação da incubadora. A gestão informacional também está sendo inserida nos grupos incubados, visando: facilitar o entendimento sobre suas realidades, melhorar o direcionamento dos auxílios provenientes de diversas áreas do conhecimento existentes na Universidade, além de aprofundar o acompanhamento a ser feito durante o processo de incubação, proporcionando, assim análises e avaliações mais completas sobre os grupos.

2.4 LIXO – O PROCESSO DE RECICLAGEM E SUA HISTÓRIA

Quando se verificam fatos da história, pode-se constatar que se vive hoje uma situação sem precedentes com relação ao lixo: os espaços de reserva estão diminuindo e a Terra parece estar tornando-se pequena demais para a crescente população mundial. Grippi (2006, p.21) faz um alerta dizendo que a pressão do homem sobre a Terra é cada vez maior, causando desequilíbrio em seus ecossistemas, afetando, inclusive, a biodiversidade de espécies. Ele acrescenta ainda que a falta de avaliação de impactos ambientais para a instalação de aterros contribui e omite este grave problema.

A produção de lixo é inevitável e inexorável. Gonçalves (2003, p.19) comenta que todos os processos geram resíduos, desde o mais elementar processo metabólico de uma célula até o mais complexo processo de produção industrial. Por outro lado, a lata de lixo não é um desintegrador mágico da matéria. A humanidade vive em ciclos de desenvolvimento e, neste momento, vive-se o ápice de desperdício e de irresponsabilidade na extração dos recursos naturais esgotáveis. Deve-se despertar a responsabilidade individual sobre o lixo na sociedade.

Existe uma migração crescente da zona rural para as grandes cidades, causando desequilíbrio no gerenciamento do lixo e pressionando prefeituras a agilizarem a organização de lugares para a colocação correta do lixo urbano.

O resultado entre a desproporção e a disposição correta do lixo faz com que grande parte dele não seja coletado, permanecendo junto aos logradouros ou sendo descartado em lugares públicos, terrenos baldios, encostas ou cursos de água. O lixo destinado de forma incorreta é danoso tanto para o meio ambiente quanto para a saúde pública (GRIPPI, 2006, p.23). (eu enfatizaria)

Cabe ressaltar o tempo de degradação dos principais materiais encontrados no lixo urbano:

Tabela 3: Degradação de materiais

Resíduo	Tempo
Jornal	2 a 6 semanas
Embalagens de papel	1 a 4 meses
Palito de fósforo	2 anos
Casca de frutas	3 meses
Náilon	30 a 40 anos
Copinho de plástico	200 a 450 anos
Lata de alumínio	100 a 500 anos
Tampinhas de garrafa	100 a 500 anos
Pilhas de baterias	100 a 500 anos
Garrafas de vidro ou plástico	Mais de 500 anos

Fonte: GRIPPI, Sidney. **Lixo, reciclagem e sua história**: guia para as prefeituras brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006, p.23

Tabela 4: Responsáveis pelo gerenciamento do lixo

Tipo de lixo	Responsável pelo Gerenciamento até a Destinação Final
--------------	---

<ul style="list-style-type: none"> ● Domiciliar ● Comercial ● Público 	Prefeitura Municipal
<ul style="list-style-type: none"> ● Hospitalar ● Especial ● Industrial ● Agrícola 	Gerador

Fonte: GRIPPI, Sidney. **Lixo, reciclagem e sua história**: guia para as prefeituras brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006, p.29

O gerenciamento integrado do lixo municipal deve começar pelo conhecimento de todas as características desse lixo, pois vários fatores influenciam neste aspecto, tais como:

- a) número de habitantes do município;
- b) poder aquisitivo da população;
- c) condições climáticas predominantes;
- d) hábitos e costumes da população;
- e) nível educacional (GRIPPI, 2006, p.29).

Grippi (2006, p.35) define “reciclagem” como sendo o resultado de uma série de atividades através das quais materiais que se tornariam lixo ou estão no lixo, são desviados, sendo coletados, separados e processados para serem usados como matéria-prima na manufatura de outros bens, feitos anteriormente apenas com matéria-prima virgem.

Os benefícios da reciclagem são:

- a) diminuição da quantidade de lixo a ser desnecessariamente aterrado;
- b) preservação dos recursos naturais;
- c) economia proporcional de energia;
- d) diminuição da poluição ambiental;
- e) geração de empregos, diretos e indiretos.

A reciclagem, no entanto, não pode ser vista como a principal solução para o lixo. É uma atividade econômica que deve ser encarada como um elemento dentro de um conjunto de soluções ambientais. Grippi (2006, p.36) adverte que por outro lado, separar o lixo sem um mercado é enterrar em separado. A separação de materiais do lixo aumenta a oferta de materiais

recicláveis. Entretanto, se não houver demanda por parte da sociedade, o processo é interrompido e os materiais podem abarrotar em depósitos ou serem enterrados em outro lugar.

Freqüentemente, o lixo é associado a tudo aquilo que não presta porém, considerando que o lixo é constituído por uma parcela de 40% de materiais recicláveis, pode-se considerar que o lixo não é apenas tudo aquilo que não presta. No lixo há valores a serem resgatados através do não desperdício, da separação na fonte e do fomento à cadeia produtiva da reciclagem. Gonçalves (2003, p.20) afirma que há valores não materiais no lixo, como o flagrante da nossa relação com o desperdício e a crença de que os recursos naturais são inesgotáveis.

Gonçalves (2003, p.21) propõe um trabalho de reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos no seu desenvolvimento. Para isto, ela afirma que sob o ponto de vista desta integração, o único tratamento de lixo realmente sustentável é a separação na fonte, uma vez que é onde tudo começa.

Recicláveis são todos aqueles resíduos que têm destinação alternativa ao lixão ou aterro sanitário, ao sistema não seletivo de coleta de lixo municipal.

Nos grandes centros, tem-se como alternativa as cooperativas de catadores ou de coleta seletiva que podem potencializar toda a idéia de integração dos aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Considerando a importância de se compreender o processo como um todo para que se possa interferir, este estudo apresentará como referencial teórico e prático a definição conceitual da cadeia produtiva da reciclagem em dois modos: o círculo perverso e o círculo virtuoso da reciclagem, conforme descreve Gonçalves (2003, p.35).

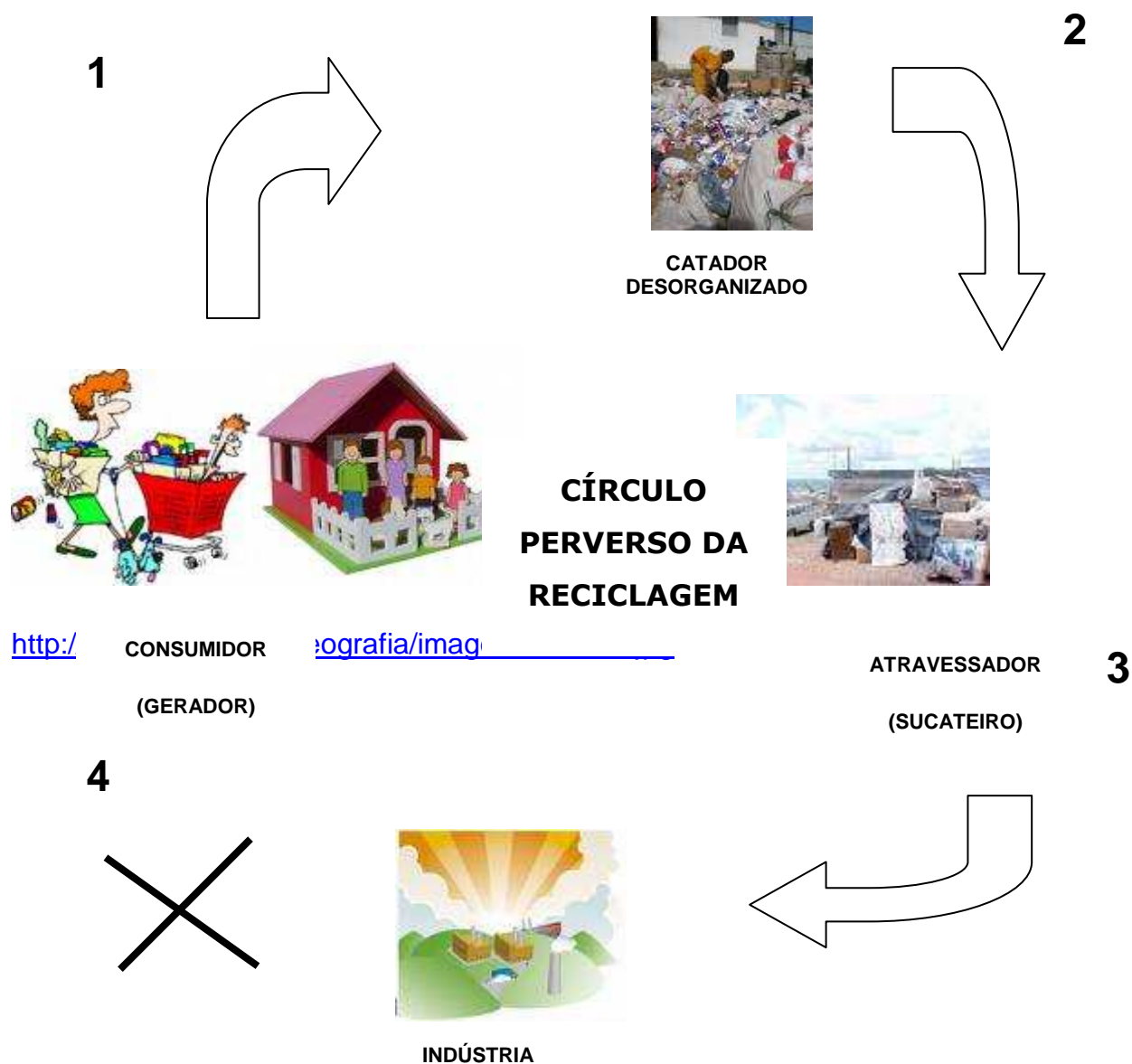
2.4.1. O círculo perverso da reciclagem

No círculo perverso da reciclagem, todos os atores envolvidos, contribuem para a falência do sistema, cada um com o seu texto de não-ação, não-interação, não-articulação e não-responsabilidade.

A situação encontrada pela Incubadora Social ao iniciar as atividades de incubação junto aos grupos de catadores se assemelha muito a este círculo,

isto porque os principais atores envolvidos no processo reciclagem realizam seu trabalho de forma ineficiente agravando ainda mais a situação do lixo na cidade.

Ilustração 4: O círculo perverso da reciclagem



Fonte: Adaptado de: GONÇALVES, Pólita. A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Rio de Janeiro: DP&A: FASE, 2003, p.36.

Neste círculo, observa-se que a primeira etapa entre o consumidor e o catador é ineficiente, isto porque o pequeno gerador não busca alternativas de

destinação e “em geral”, o catador não se articula, apresentando-se como um serviço que atua na questão ambiental e social junto com sua comunidade.

A segunda etapa, entre o catador e o atravessador ou intermediário é fragmentada, visto que o catador deste círculo é desorganizado e vende em pequenas quantidades por baixos valores.

Em geral, a indústria, além de não investir no elo fraco da cadeia produtiva da reciclagem, que é o catador, não retorna o produto reciclado para o supermercado como um valor competitivo. Portanto, a última seta praticamente inexistente no círculo perverso, uma vez que a maior parte da indústria se omite da responsabilidade de divulgar o material reciclável presente em seu produto.

Neste círculo, o consumidor:

- Não recicla, ou seja, não pensa antes de comprar se aquele produto tem uma embalagem reutilizável ou reciclável;
- Não pratica o consumo responsável (critérios socioambientais);
- Não separa os materiais recicláveis na fonte;
- Não destina para a reciclagem;
- Não busca a melhoria do seu conhecimento sobre o assunto;
- Tenta por em prática conceitos pré-estabelecidos e incompatíveis com a realidade local (GONÇALVES, 2003, p.36).

Ainda conforme Gonçalves (2003, p. 37), neste círculo, o catador:

- Não se organiza em cooperativas ou associações;
- Rasga sacos de lixo na rua;
- Leva sacos de lixo com conteúdo não separado na fonte para separar na cooperativa;
- Pega somente latinha ou papelão;
- Não tem força política;
- Não estabelece parcerias ou estabelece parcerias paternalistas e impositoras de condições que inviabilizam a auto-suficiência e independência;
- Vive no lixo e não do lixo;
- Vende pouca quantidade e barato;

- Frequentemente tem alguma dependência química;
- Não tem ética ambiental;
- Não desenvolve seu empreendedorismo;
- Mantém-se marginal

Nete círculo, o intermediário:

- Constitui uma cadeia de vários atravessadores (desde pequenos sucateiros até grandes cartéis) o que devaloriza o material vendido pelo catador que não alcança escala;
- Escraviza os catadores com propostas indignas (troca material reciclável por comida ou bebida alcólica);
- Os pequenos não têm área de acúmulo aumentando o número de atravessadores;
- Não verticaliza o beneficiamento;
- Não atua de forma ética social e ambientalmente falando;
- Não investe no catador como peça importante do fluxo reverso;
- Faz demagogia ecológica (GONÇALVES, 2003, p.36).

A indústria, por sua vez neste círculo:

- Não tem políticas socioambientais;
- Não atua com responsabilidade ambiental;
- Não acredita no desenvolvimento dos critérios de compra de seu cliente final;
- Não investe na cadeia do fluxo reverso de forma socialmente responsável;
- Não investe em programas de educação socioambiental;
- Não utiliza matéria-prima reciclável;
- Como comprador final de matéria-prima reciclável atua de forma oligopsônica (ou seja, 3 ou 4 indústrias compram e portanto definem o preço sem nenhuma lógica com os custos);
- Não se sente responsável pelo destino final de suas embalagens;

- Produz embalagens sem coerência ambiental, sem ecodesign;
- Se beneficia da falta de consciência socioambiental do seu cliente;
- Mantém o catador como um ingênuo útil;
- Não fecha o círculo da cadeia produtiva da reciclagem, pois não vende o reciclado como um valor, e não divulga o material reciclado para o consumidor final (GONÇALVES, 2003, p.38).

Concluindo, portanto, no círculo perverso, o resíduo reciclável não é separado na fonte, a coleta seletiva não acontece, o índice de reciclagem é baixo, a exclusão social persevera, os recursos naturais não são poupados tornando o desenvolvimento insustentável. Este é o círculo que deve ser combatido para que os catadores assumam um papel importante em toda a cadeia favorecendo a inclusão social e a melhoria de suas condições de vida.

2.4.2. O círculo virtuoso da reciclagem

Neste círculo, cada integrante da cadeia produtiva faz a sua parte, entendendo-a e participando do círculo como um todo, podendo, assim, atuar com coerência, livre da demagogia induzida ou criada bem como do assistencialismo. (GONÇALVES, 2003)

Ilustração 5: O círculo virtuoso da reciclagem



Fonte: Adaptado de: GONÇALVES, Pólita. A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Rio de Janeiro: DP&A: FASE, 2003, p.36.

Neste círculo, o consumidor:

- Pratica o consumo responsável (se baseando em critérios socioambientais);
- Precicla, ou seja, pensa antes de comprar se aquele produto tem uma embalagem reutilizável ou reciclável (entre outras coisas);
- Separa os materiais recicláveis na fonte;
- Destina para a reciclagem;

- Busca melhoria de seu conhecimento sobre o assunto;
- Sua prática é sintonizada com a realidade local;
- Sua prática o torna multiplicador.

Neste círculo, o catador:

- Não cata em lixão;
- Se organiza em cooperativas ou associações;
- Não rasga sacos na rua;
- Tem responsabilidade ambiental;
- Coleta todos os recicláveis;
- Se articula com a sociedade de forma a mais unidades domiciliares separarem na fonte;
 - Coleta apenas materiais previamente separados na fonte em recicláveis e não recicláveis;
 - Tem força política ou busca seu fortalecimento político com organização e articulação;
 - Estabelece parcerias libertadoras e não paternalistas;
 - Vive do lixo e não no lixo;
 - Vende em maiores quantidades e melhores preços;
 - Vende de forma consorciada (federação de cooperativas);
 - Mantém-se afastado do poder do tráfico e da dependência química;
 - Se for cooperativa é uma cooperativa autogestionária;
 - Tem ética ambiental;
 - Investe em seu empreendedorismo;
 - Busca novas formas de comercialização.

O intermediário, neste círculo:

- Também é autogestionário e propõe ao catador parcerias realmente interessantes aos dois dentro da economia solidária;
 - Pratica melhores preços porque:
 - também atua em cooperativa e promove o fortalecimento da rede de cooperativas;

- tem capacidade (área de acúmulo ou equipamento para chegar ao produto final) de ultrapassar os pequenos sucateiros;
- atua de modo setorial havendo diversas cooperativas de beneficiamento ou transformação de várias matérias-primas recicláveis diferentes;
- chega ao produto final como por exemplo, no caso de uma cooperativa de fabricação de sacos plásticos (reciclagem de plástico) ou de bolas de gude (reciclagem de vidro);
- tem compromissos tanto econômicos quanto sociais e ambientais;
 - Investe na articulação da organização do mercado;
 - Tem área de acúmulo diminuindo a cadeia;
 - Alcança o passo seguinte do beneficiamento (verticalização);
 - Tem ética socioambiental atuando de forma engajada.

Neste círculo, a indústria por sua vez:

- Tem filosofias e políticas socioambientais;
- Atua com responsabilidade social;
- Acredita no desenvolvimento dos critérios de compra de seu cliente final;
- Investe no fortalecimento da cadeia do fluxo reverso;
- Investe em programas de educação socioambientais;
- Investe no fortalecimento e desenvolvimento das cooperativas entendendo que elas constituem um elo importante na cadeia do fluxo reverso de suas embalagens ou no resíduo de seus produtos;
- Utiliza matéria-prima reciclável;
- Pratica preços justos;
- Contrata com justiça social e dentro da lei;
- Considera sua responsabilidade pelo destino final de suas embalagens;
- Investe em ecodesign produzindo embalagens com coerência socioambiental;

- Investe no fortalecimento do círculo virtuoso da reciclagem;
- Investe em produtos verdes;
- Ocupa-se de formar a opinião de seu cliente final sobre o valor ambiental e social do produto reciclado, com seus programas de comunicação e publicidade;
- Retorna para o consumidor o produto produzido com matéria-prima reciclável fechando a cadeia produtiva da reciclagem.

2.4.3. O Programa Goiânia Coleta Seletiva

O sistema de gerenciamento de limpeza urbana é de competência do poder público municipal, estando dentro de suas responsabilidades a função de afastar o lixo gerado pela população das proximidades das áreas residenciais e dar um destino ambientalmente adequado para estes resíduos.

A tabela 4 mostra a quantidade de lixo coletado por unidade de destino final na Região Centro Oeste, unidades da Federação, regiões metropolitanas e municípios das capitais. Analisando os dados da região metropolitana de Goiânia, observa-se que a maior parte do lixo coletado vai direto para o aterro sanitário municipal, outra pequena parte para o “lixão” e o restante, em menor quantidade para o Aterro Controlado.

Estes dados impulsionaram a criação da coleta seletiva municipal uma vez que se enterram diariamente toneladas de materiais que poderiam ter sido desviados dos aterros pela separação em sua origem, ou seja, nas residências.

Tabela 5 : Quantidade diária de lixo coletado, por unidade de destino final do lixo coletado na Região Centro Oeste, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios das Capitais – 2000

Região Centro Oeste, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios das Capitais	Quantidade diária de lixo coletado (t/dia)									
	Total	Unidade de destino final do lixo coletado								
		Vazadouro a céu aberto (lixão)	Vazadouro em áreas alagadas	Aterro controlado	Aterro sanitário	Estação de compostagem	Estação de triagem	Incineração	Locais não-fixos	Outra
Brasil	228 413,0	48 321,7	232,6	84 575,5	82 640,3	6 549,7	2 265,0	1 031,8	1 230,2	1 566,2
Centro-Oeste	14 296,5	3 131,0	8,0	4 684,4	5 553,1	685,6	77,0	26,0	104,9	26,5
Mato Grosso do Sul	1 756,5	727,7	8,0	785,6	194,2	-	25,5	-	-	15,5

Região Centro Oeste, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios das Capitais	Quantidade diária de lixo coletado (t/dia)									
	Total	Unidade de destino final do lixo coletado								
		Vazadouro a céu aberto (lixão)	Vazadouro em áreas alagadas	Aterro controlado	Aterro sanitário	Estação de compostagem	Estação de triagem	Incineração	Locais não-fixos	Outra
Campo Grande	496,4	46,4	-	450,0	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	2 163,7	877,1	-	491,9	599,3	164,0	24,0	0,1	6,3	1,0
Cuiabá	630,0	-	-	-	442,0	164,0	24,0	-	-	-
Goiás	7 809,1	1 526,2	-	1 385,0	4 759,6	-	27,5	2,2	98,6	10,0
Goiânia	3 270,0	-	-	-	3 270,0	-	-	-	-	-
Região Metropolitana de Goiânia	3 709,7	63,7	-	124,0	3 522,0	-	-	-	-	-
Distrito Federal	2 567,2	-	-	2 021,9	-	521,6	-	23,7	-	-
Brasília	2 567,2	-	-	2 021,9	-	521,6	-	23,7	-	-
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno	3 046,8	113,8	-	2 159,0	228,7	521,6	-	23,7	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000 Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/default.shtm>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

Objetivo geral:

O Programa de Coleta Seletiva para o Município de Goiânia tem como objetivo implantar, na cidade, a Coleta Seletiva de resíduos sólidos comerciais, públicos e domiciliares, a partir do desenvolvimento de subprogramas em diferentes segmentos sociais, de forma a criar, gradativamente, a cultura da separação e do destino correto dos resíduos sólidos urbanos por toda comunidade.

Objetivos específicos:

a) Elaborar diretrizes para implementação da Coleta Seletiva através de três subprogramas: por segmentos da sociedade, setor educacional e por regiões geográficas;

b) Determinar as ações necessárias ao comprometimento do público envolvido em cada subprograma da Coleta Seletiva;

- c) Apresentar as atribuições de cada Órgão Municipal para a devida execução do presente Programa;
- d) Garantir a formação e a capacitação da comunidade, por meio de ações da Educação Ambiental, visando à ampliação da consciência pública sobre a importância da Coleta Seletiva;
- e) Fortalecer as cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis existentes;
- f) Criar novas cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis;
- g) Reduzir os custos com a Limpeza Urbana;
- h) Aumentar a vida útil do aterro sanitário;
- i) Organizar os catadores em cooperativas e/ou associações.

O Programa elaborado no ano de 2005 previa a instalação de 12 Centrais de Triagem distribuídas uma em cada região administrativa de Goiânia onde a população poderia entregar os materiais recicláveis gerados em seu domicílio. Cada central de triagem seria gerenciada por um grupo de catadores organizados por meio de associações e cooperativas. No local haveria a triagem do material, a prensagem, o enfardamento, a estocagem e a posterior venda ao mercado.

No entanto, foram criados 08 PEV's (Pontos de Entrega Voluntária), para depósito do material reciclável segregado nas residências e nos comércios da região adjacente e uma Central de Triagem no bairro Vera Cruz I em parceria com a Fundação Banco do Brasil. Foram realizados também: diagnóstico com aproximadamente 400 catadores, visitas a outros municípios com o objetivo de conhecer seus respectivos Programas de Coleta Seletiva, conscientização e capacitação dos catadores organizados em cooperativas, além da criação, da DSU – Divisão de Serviços Urbanos, pela COMURG – Companhia de Urbanização de Goiânia, com o objetivo de orientar a população quanto aos serviços executados pela Limpeza Urbana da companhia e realizar educação ambiental necessária a implantação de qualquer Programa de Coleta Seletiva.

Em 2006, uma nova etapa do Programa de Coleta Seletiva foi lançada com a disponibilização de 03 caminhões para recolhimento dos materiais

recicláveis, utilizado pelas cooperativas/associações de catadores e um serviço de atendimento à população que pode solicitar por telefone o recolhimento do material reciclável segregado, ou levá-lo em algum dos 08 PEV's, localizados em vários pontos da cidade. Todo material recolhido é destinado às cooperativas/associações de catadores do município. Em 2007, em virtude do término da vida útil do Aterro Sanitário Municipal, estimado em aproximadamente mais 2 anos, juntamente com a necessidade urgente de inclusão social do segmento dos catadores e em atendimento ao disposto no Plano Diretor de Goiânia, que recomenda uma nova área a ser destinada ao futuro aterro sanitário, foi proposta por meio de uma Comissão composta por um representante de cada órgão da administração municipal, a elaboração do presente programa.

O Programa de Coleta Seletiva de Goiânia propõe a minimização dos resíduos encaminhados ao Aterro Sanitário por meio de ações desenvolvidas sob o princípio dos Três R's: reduzir, reutilizar e reciclar. O programa prevê a coleta seletiva de materiais recicláveis como estímulo para a reutilização de materiais e sua posterior reciclagem, lembrando sempre a importância de se reduzir a crescente geração de resíduos.

A coleta seletiva pode representar vantagens aos municípios, desde que seja realizada de forma planejada, por etapas, de forma envolvente e participativa, demonstrando sempre os ganhos que o programa está alcançando. Os principais ganhos são: o ambiental, social, econômico, sanitários, cultural e educacional.

A Agenda 21 do município de Goiânia faz referência ao manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e às questões relacionadas com os esgotos, sugerindo a importância de tornar o gerenciamento dos resíduos sólidos uma ação contínua dentro da administração pública municipal, na busca de melhorias ambientais e sociais (PROGRAMA, 2008)

2.4.3.1. Como funciona uma cooperativa de coleta seletiva?

Existem vários tipos de organizações autogestionárias. Quando se refere a cooperativas ou associações ligadas à cadeia produtiva da reciclagem, pode-se deparar com vários segmentos, por exemplo: cooperativa de triadores:

uma cooperativa pode coletar os materiais recicláveis ou apenas triar o material coletado pela companhia de limpeza pública; associação ao invés de cooperativa; cooperativa de beneficiamento, dentre outras.

Gonçalves (2003, p.32) decide unificar essas organizações chamando-as de cooperativas de coleta seletiva. Para este estudo, essa unificação será adotada para simplificar as denominações e demonstrar que os grupos são atores participativos e fundamentais no processo de coleta seletiva que está sendo implantado na cidade de Goiânia.

A autora acrescenta que uma cooperativa de coleta seletiva deve ser um empreendimento constituído, prioritariamente, por catadores ou membros da comunidade e que trabalhe na recuperação de materiais recicláveis que tenham sido separados na fonte, preferencialmente. (GONÇALVES, 2003, p.32)

Sobre o seu funcionamento, Gonçalves (2003, p.32-33) descreve que estas cooperativas funcionam como uma central de beneficiamento primário de materiais recicláveis, ou seja, no início do processo de reciclagem, ocorre a separação do tipo de material e outras especificações que variam regionalmente, e depois, o enfardamento, isto é , a prensa em fardos:

A cooperativa coleta o material separado na fonte: nas casas, nos edifícios, nos condomínios residenciais e empresas (sempre após contrato, acordo, proposta de trabalho ou termo de compromisso onde as responsabilidades ficam definidas para não haver complicação depois). A cooperativa pode coletar de caminhão ou qualquer outro veículo. Muitas delas utilizam carrinhos manuais que têm uma capacidade média de 200Kg. Depois, o material que passou pelo beneficiamento primário vai ficar estocado aguardando o alcance da quantidade mínima que o comprador exige, visando melhores valores de comercialização por parte da cooperativa e otimização do custo de transporte por parte do comprador.

Geralmente, a cooperativa funciona em um galpão, onde o material reciclável é triado, separado por cor e tipo, conforme as exigências do comprador. Estando equipada, irá prensar, enfardar e pesar o material para ser comercializado.

2.5. CONCLUSÕES SOBRE A REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura buscou a fundamentação teórica necessária para o desenrolar deste estudo. Inicialmente, em relação à Ciência da Informação, temos um campo de conhecimentos rico e multidisciplinar, fato este que permite a realização de estudos relacionados com diversos contextos, inclusive com o de uma Incubadora Social, especificamente acompanhando grupos de catadores de materiais recicláveis.

Fica clara, diante dos autores citados, a importância da gestão da informação e do conhecimento em todos os tipos de organizações, inclusive em cooperativas autogestionárias. Uma das grandes vantagens da gestão do conhecimento neste tipo de organização é poder organizar o trabalho em torno de processos e sob as habilidades e comando dos próprios cooperativados. Vale ressaltar, também, o conceito de alfabetização em informação que pode favorecer o amadurecimento deste tipo de organização, uma vez que proporciona, aos membros dos grupos incubados, vivências sobre o “aprender a informar-se” ou “aprender a aprender”.

A literatura pertinente, apresentada aqui, buscou construir um estado da arte sobre as temáticas relacionadas com a Inclusão Social. Inicialmente, falou-se de Tecnologia Social, conceito que contribui para o aprofundamento das relações entre coletividade científica e sociedade, partindo das necessidades e carências sociais. A idéia é fazer com que o processo de incubação se torne uma tecnologia social podendo ser reaplicável em outros grupos. Fica claro diante dos temas estudados a importância da Ciência da Informação na construção de tecnologias sociais no contexto de uma Incubadora Social.

Ainda dentro da temática maior de Inclusão Social, discutiu-se sobre o conceito de Economia Solidária, que pode ser entendido como uma opção para o desenvolvimento de atividades econômicas e de geração de renda com justiça social e responsabilidade ambiental. Os Empreendimentos Econômicos Solidários, como foi citado, possuem força quando combinam o espírito empresarial e o solidário, o empreendedorismo e o solidarismo em prol do bem comum. A idéia é que os grupos de catadores de materiais recicláveis incubados se tornem cooperativas, atuando dentro do conceito de Economia Solidária.

Discorreu-se, também, sobre o conceito de capital social, que pode facilitar o entendimento das relações entre os membros dos grupos incubados. Trata-se de um conceito que pode contribuir para impulsionar o aprendizado e a inovação no processo de incubação de EES.

Outra temática apresentada e considerada importante para o estudo é o papel da Universidade no contexto atual, com questionamentos acerca da sua capacidade de contribuição para com o desenvolvimento da sociedade.

No contexto acadêmico, temos a extensão universitária que, por meio das Incubadoras Sociais, pode intervir e atuar de forma eficiente na realidade dos grupos populares considerados excluídos da sociedade. Ao nível nacional, nos processos de incubação, em geral, observa-se uma carência significativa de profissionais da informação atuando na gestão da informação e do conhecimento; fato este, que pode se tornar um diferencial de inovação.

Finalizando a revisão de literatura, apresenta-se brevemente a história da reciclagem do lixo e o Programa de Coleta Seletiva da cidade de Goiânia que foi recentemente implantado e percorrerá todo o processo de incubação dos EES de catadores de materiais recicláveis. A literatura mostra que a reciclagem deve ser encarada como uma atividade econômica dentro de um conjunto de soluções ambientais de forma integradora.

A partir desta investigação sobre a literatura relacionada aos temas propostos, foi possível delimitar o foco da pesquisa, definir o universo no qual ela está inserida e os caminhos para se delinear os procedimentos metodológicos concernentes à questão problema levantada.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

3.1. PANORAMA POPULACIONAL E GEOGRÁFICO DA CIDADE DE GOIÂNIA

A cidade de Goiânia é a capital do Estado de Goiás localizada na Região Centro-Oeste do País. A cidade possui cerca de 1,24 milhões de habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa do Centro-Oeste. A Região Metropolitana de Goiânia possui 2.007.868 habitantes, o que a torna a décima primeira região metropolitana mais populosa do Brasil.

A cidade de Goiânia desenvolveu-se a partir de um plano urbanístico, tendo sido construída com o propósito de desempenhar a função de centro político e administrativo do estado de Goiás. Foi fundada em 24 de outubro de 1933, absorvendo, em 1937, da cidade de Goiás, a função de capital do estado. Em 02 de agosto de 1935, criou-se, através do Decreto Estadual nº. 327, o Município de Goiânia. A efetiva transferência da capital do estado para Goiânia, todavia, somente foi oficializada em 1937 e a inauguração oficial da cidade somente aconteceria em 1942.

O município de Goiânia possui 739, 492 em km², sendo originada dos municípios de Anápolis e Bela Vista de Goiás com densidade demográfica de 1.683,1 habitantes em km². Conforme dados da tabela 01:

Tabela 6: Área, lei de criação, município de origem e densidade demográfica de Goiânia

Município	Área (km ²)	Lei de criação		Município de origem	Densidade demográfica hab/km ²
		Número	Data		
Goiânia	739,492	Decreto 327	2-8-1935	Anápolis, Bela Vista de Goiás	1.683,1

Fonte: GOIÁS (Estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Municípios. Disponível em: <
<http://www.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2009

A população residente em Goiânia é de 1.244.645 pessoas. Entre os anos de 1991 a 2007 a população registrou um crescimento acumulativo de 34,96%.

A seguir, uma tabela com o número de pessoas com domicílios particulares permanentes de acordo com a quantidade de salário mínimo recebida, no ano de 2000. Vale ressaltar que 19,4% do total das famílias goianienses que possuem residência própria, recebem de 1 (um) até 2 (dois) salários mínimos, e um outro valor expressivo para este estudo é a quantidade de famílias que não recebem nenhum rendimento mensal: 6,2% do total.

Tabela 7: Goiânia - pop. residente e taxa média geom. de crescim.anual -1991, 2000–2006, 2006-2007

Municípios	População residente				Taxa geométrica de crescimento anual (%)			
	1991	2000	2006	2007	1991/2000	1991/2006	2000/2006	2006/2007
Goiânia	922.222	1.093.007	1.220.412	1.244.645	18,52	32,33	11,66	1,99

Fonte: GOIÁS (Estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Municípios**. Disponível em: < <http://www.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2009

Tabela 8: Goiânia - população residente por sexo e situação do domicílio – 2000

Município	População residente				
	Total	Sexo		Situação do domicílio	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Goiânia	1.093.007	521.055	571.952	1.085.806	7.201

Fonte: GOIÁS (Estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Municípios**. Disponível em: < <http://www.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2009

Neste levantamento de dados sobre o total da população de Goiânia classificada por sexo e a situação de domicílio no ano de 2000 (tabela 7), observa-se que a população feminina corresponde a 52,33% do total e a masculina 47,67%. O número de residentes urbanos corresponde a 94,34% do total contra 0,65% da população rural de Goiânia.

Tabela 9: Goiânia - Domicílios particulares permanentes / salário mínimo

Domicílios particulares permanentes / salário mínimo (200)	
Salário mínimo	Domicílios particulares
Total	313.708
Até 1	39.121
Mais de 1 a 2	60.875
Mais de 2 a 3	39.107
Mais de 3 a 5	49.639
Mais de 5 a 10	54.466
Mais de 10 a 15	17.347
Mais de 15 a 20	13.148
Mais de 20 a 30	8.291
Mais de 30	12.450
Sem rendimento	19.264

Fonte: GOIÁS (Estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Municípios**. Disponível em: < <http://www.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2009

3.2. DESENVOLVIMENTO HUMANO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

O conceito de Desenvolvimento Humano é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente, e também do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.(PNUD, 2009)

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC

(paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.(PNUD, 2009)

Tabela 10: Goiânia - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH - M) - 1991 – 2000

Município	1991					2000				
	IDH-M			IDH-M	Ranking	IDH-M			IDH-M	Ranking
	Longevidade	Educação	Renda			Longevidade	Educação	Renda		
Goiânia	0,718	0,862	0,755	0,778	1º	0,751	0,933	0,813	0,832	2º

Fonte: GOIÁS (Estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Municípios. Disponível em: < <http://www.seplan.go.gov.br/>>.

Acesso em: 08 mar. 2009

3.3. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

O Produto Interno Bruto (PIB) a preço de mercado corrente de Goiás, do ano de 2005, obteve desempenho de 4,22%, atingindo valor de R\$ 50,536 bilhões, superior ao ano anterior em R\$ 2,515 bilhões, quando registrou R\$ 48,021 bilhões. Sua participação no PIB nacional que era de 2,47% reduziu para 2,35%, mas, mantendo-se na 9ª posição no ranking nacional, resultado revelado pela nova série das contas regionais do Brasil. Levando-se em consideração 2002, ano de referência da nova série, observa-se, para o período de 2002 a 2005, variação real de 14,29% no macroindicador PIB, com média anual de 4,55%, superior a média nacional, que foi de 3,30% no período.

O PIB per capita, obtido dividindo-se o PIB do ano pela população residente no mesmo período, constitui-se em importante referência como medida síntese de padrão de vida e de desenvolvimento econômico de países, estados e municípios. Em 2005, o Estado de Goiás possuía uma população de 5,620 milhões de habitantes, distribuída em 246 municípios. Seu Produto Interno Bruto foi de R\$ 50,536 bilhões, resultando, portanto, num PIB per capita de R\$ 8.992,00 com crescimento real de 1,60% em relação ao ano anterior.

Tabela 11 - Goiás e Brasil: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita* e taxas de crescimento - 2002-2005

ANO	Produto Interno Bruto				Produto Interno Bruto <i>per capita</i>			
	Valores Correntes (R\$ milhão)		Taxas de Crescimento (%)		Valores Correntes (R\$)		Taxas de Crescimento (%)	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
2002	37.416	1.477.822	-	2,66	7.078	8.378	-	1,16
2003	42.836	1.699.948	4,32	1,15	7.937	9.498	2,96	-0,32
2004	48.021	1.941.498	5,13	5,71	8.718	10.692	2,12	4,20
2005	50.536	2.147.239	4,22	3,16	8.992	11.658	1,60	1,70

Fonte: GOIÁS (Estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Municípios**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2009

Taxa de crescimento PIB a preço de mercado corrente (Includido os impostos)

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS FORNECIDOS PELO IBGE:

PIB municipal (2005)

R\$ 13.354.065.000,00

Composição do PIB (2005)

- Agropecuária: R\$ 6.306.000,00
- Indústria: R\$ 2.104.299.000,00
- Serviços: R\$ 9.253.907.000,00
- Impostos: 1.989.553.000,00

3.4 SITUAÇÃO DO EMPREGO E DESEMPREGO EM GOIÂNIA (SETOR FORMAL E INFORMAL)

3.4.1 Setor Formal

De acordo com a pesquisa realizada nos períodos de 2000 a 2006, no que se refere à flutuação do emprego em Goiânia, verificou-se em 2000 um total de 111.421 admitidos e, em 2006, foram 144.341, correspondendo a um aumento de 32.920 novos empregos. Em 2000, um total de 111.010 pessoas foram desligadas de seus empregos e o ano de 2006 apresentou um total de 139.127 demitidos, correspondendo a 28.117 desempregados. Logo, observa-se que houve mais admitidos do que desligados. A cidade apresenta também uma população economicamente ativa de 574.280 pessoas, com média salarial de R\$1.125,74.

Tabela 12: Goiânia - Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, flutuação do nível de emprego, população residente de 10 anos ou mais de idade e economicamente ativas – 2000 - 2006.

Municípios	Valor do rendimento Nominal médio mensal (R\$) 2000	Flutuação do emprego				População de 10 anos ou mais de idade - 2000	
		Admitidos		Desligados		Total	Economicamente ativas
		2000	2006	2000	2006		
Goiânia	1.125,71	117.421	144.341	111.010	139.127	911.064	574.280

Fonte: GOIÁS (Estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Municípios**. Disponível em: < <http://www.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2009

O levantamento informacional mais atual sobre o número de empregos gerados de acordo com setor de atividade é o de 2005 (Tabela 11). Essa pesquisa aponta que o setor de atividade que mais empregou em Goiânia foi o de Serviços com um total de 267.529, seguido do Comércio, Indústria, Agropecuária e depois Construção Civil.

Tabela 13: Goiânia - Emprego formal por setor de atividade – 2005

Municípios	Total	Agropecuária	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços
Goiânia	416.506	3.040	49.302	19.237	77.398	267.529

Fonte: GOIÁS (Estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Municípios**. Disponível em: < <http://www.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2009

Tabela 14 – Saldo de empregos em GOIÂNIA (1998 – 2007)

ANO DE REFERÊNCIA	EMPREGOS FORMAIS	ADMITIDOS	DESLIGADOS	POPULAÇÃO
1998	303.046	108.110	109.122	-
1999	303.306	97.703	101.262	-
2000	325.547	117.421	111.010	1.093.007 hab
2001	349.436	119.457	114.431	1.111.622 hab
2002	370.431	125.950	116.504	1.129.274 hab
2003	378.494	117.677	115.162	1.146.106 hab
2004	394.325	129.442	117.037	1.181.438 hab
2005	416.506	148.507	133.798	1.201.006 hab
2006	442.332	144.341	139.127	1.220.412 hab
2007	Não divulgado	156.524	145.915	1.244.645 hab

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Disponível em: < <https://www.caged.gov.br/index.html>>. Acesso em: 20 ago. 2008.
Nota: Dados trabalhados pelo autor.

3.4.2 Setor Informal

Em relação ao setor informal de ocupações em Goiânia, a tabela a seguir apresenta dados relevantes para o presente estudo, em especial no que se refere ao número elevado de pessoas que atuam neste setor (125.301), a quantidade de pessoas que trabalham por conta própria, sem oferecer emprego (89.507) e a quantidade de empregados sem carteira assinada (13.462). Outro dado de destaque é que o grupo de atividade que mais oferece emprego no setor informal é o comércio.

Tabela 15 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo os grupos de atividades em Goiânia (2003)

Grupos de atividade	Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal					
	Total	Posição na ocupação				
		Conta própria	Empregador	Empregado com carteira assinada	Empregado sem carteira assinada	Não remunerado
Total	125 301	89 507	12 517	5 463	13 462	4 352
Indústrias de Transformação e Extrativa	28 852	19 717	2 859	536	4 856	885
Construção Civil	17 457	15 630	913	-	913	-
Comércio e Reparação	42 961	28 676	5 257	3 107	3 633	2 288
Serviços de Alojamento e Alimentação	6 862	4 094	691	-	1 351	726
Transporte, Armazenagem e Comunicações	4 852	4 733	40	40	40	-
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	8 981	6 094	1 177	600	1 077	33
Educação, Saúde e Serviços Sociais	4 295	2 569	814	699	214	-
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	9 963	7 776	540	79	1 149	420
Outras Atividades	1 018	158	226	403	230	-
Atividades mal definidas	61	61				-

Fonte: INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnicas.shtm>. Acesso em: 08 mar. 2009.

A seguir uma tabela com o número de pessoas ocupadas no setor informal classificadas por sexo, grupos de idade, vínculos de trabalho e grau de parentesco com o proprietário do negócio. Ressalta-se o número elevado de pessoas que atuam no setor informal com idade entre 25 a 39 anos (40% do total) e 18 a 24 anos (30%).

Tabela 16: Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por sexo, segundo características selecionadas em Goiânia (2003)

Características selecionadas	Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal (1)		
	Total(2)	Sexo	
		Homens	Mulheres
Total(3)	23 277	10 981	12 296
Grupos de idade			
Menos de 17 anos	2 292	1 248	1 044
18 a 24 anos	6 936	3 932	3 004
25 a 39 anos	9 315	4 408	4 907
40 a 59 anos	4 498	1 158	3 340
60 anos ou mais	236	236	-
Vínculo de trabalho			
Trabalho por tempo indeterminado	13 599	6 774	6 824
Trabalho por tempo determinado	3 337	1 710	1 627
Trabalho por tarefa	1 782	926	856
Outros	4 559	1 571	2 988
Relação de parentesco com o proprietário			
Nenhum	14 832	7 809	7 023
Cônjuge	2 772	1 676	1 096
Filho	3 233	330	2 903
Outros parentes	2 439	1 166	1 273

(1) Exclui os proprietários. (2) Inclusive as pessoas ocupadas sem declaração de sexo.

(3) Inclusive as pessoas ocupadas sem declaração de grupo de idade e/ou vínculo de trabalho e/ou relação de parentesco.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

As informações referentes à economia de Goiânia, demonstram que a quantidade de empregos formais tem crescido e que a taxa de desemprego sofreu diminuição. O setor informal apresenta números expressivos, embora bem menores que os apresentados no setor formal. Isto pode ser justificado devido à burocracia existente na formalização de um negócio às altas taxas e à grande quantidade de impostos, apesar da recente criação do “Super Simples” (sistema simplificado de arrecadação de impostos para micro e pequenas empresas).

4 UNIVERSO E SUJEITOS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi desenvolvida na cidade de Goiânia, especificamente, com grupos de catadores de materiais recicláveis que estão se formando. Alguns deles já existiam, porém atuavam de maneira incipiente, apresentando precárias condições de funcionamento, sem sede própria e sem organização do trabalho. Os catadores trabalhavam individualmente, ou seja, não se organizavam para juntar o material coletado e, depois vendê-lo em grande quantidade.

A partir do lançamento do programa de coleta seletiva em Goiânia, a prefeitura iniciou um processo de articulação de parcerias com a UFG, por meio da Incubadora Social, e com o Banco do Brasil, via Programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável). O propósito era fazer com que os grupos de catadores se organizassem em forma de cooperativas, para que se tornassem aptos a receber, oficialmente, o material reciclável coletado na cidade.

Tais articulações fizeram com que três grupos se formassem em regiões distintas da cidade. São eles: A Ambiental, Coopermas, Cooper-rama. A Associação Beija-Flor, que já existia antes do início de funcionamento da Incubadora Social da UFG, também faz parte do processo de incubação, e seus membros pretendem, futuramente, transformá-la em uma cooperativa.

Neste estudo, por estarem enquadrados na mesma categoria de organização, optou-se por investigar os três grupos oficializados recentemente como cooperativas: A Ambiental, Coopermas e Cooper-rama. Segue uma breve caracterização destes grupos que farão parte da pesquisa:

4.1. COOPERATIVA A AMBIENTAL

O grupo é formado por moradores dos bairros Itatiaia, São Judas e Jardim Poméia, localizados nas proximidades do Campus Samambaia da UFG. Nesta região, existiam muitos catadores dispersos, trabalhando individualmente e fornecendo material reciclável para depósitos pequenos que pagavam uma quantia baixa pelo que era coletado.

No início do ano de 2008, algumas pessoas idealizaram a formação oficial do grupo e contataram a UFG após tomarem conhecimento da existência da Incubadora Social. Dentre essas pessoas, existiam alguns catadores de material reciclável, donas de casa e desempregados.

Foram realizadas três reuniões preliminares com esse grupo para esclarecimentos sobre o papel da Incubadora Social e sobre o objetivo de se formar grupos baseados nos princípios da Economia Solidária e Cooperativismo, além de exposição sobre o Programa Goiânia Coleta Seletiva.

4.2 COOPERATIVA COOPERMAS

Este grupo possui características bem diferenciadas dos demais, principalmente por causa de sua trajetória, que contou com o auxílio financeiro da Prefeitura de Goiânia, por meio da COMURG. É formado por moradores da região do bairro Conjunto Vera Cruz, que realizam a cata de material individual. Fato este que dificulta a vivência do cooperativismo e será detalhado posteriormente.

No início do ano de 2008, a Coordenação do Programa Goiânia Coleta Seletiva (COMURG) entrou em contato com a UFG após tomar conhecimento sobre a Incubadora Social. A idéia inicial era que a equipe da Incubadora auxiliasse os catadores que atuavam no centro de triagem da prefeitura, para que eles se organizassem e constituíssem uma cooperativa ou associação. Isto porque a cooperativa que funcionava anteriormente no local (COOPERSOL) foi transferida para o município de Trindade, GO, por vontade de parte de seus membros. Após os primeiros contatos, os representantes da Incubadora visitaram o local, conheceram a realidade deste grupo e iniciaram os trabalhos de acompanhamento.

4.3 COOPERATIVA COOPER-RAMA

Este grupo é formado por moradores dos bairros Jardim Curitiba e Jardim Floresta. No início do ano de 2008, alguns moradores destes bairros mobilizaram cerca de trinta pessoas a participarem do grupo de catadores, sendo que alguns já realizavam a cata e outros estavam desempregados.

5. PRESSUPOSTOS E VARIÁVEIS DA PESQUISA

A construção de EES, especificamente cooperativas populares por meio de um processo de incubação, apresenta-se como uma tarefa árdua que exige uma visão multidisciplinar proveniente da equipe da Incubadora Social. Para que o processo de incubação seja eficiente e possa se tornar uma tecnologia social, solucionando problemas sociais com simplicidade, baixo custo e fácil aplicabilidade, faz-se necessário que ocorra um trabalho de gestão informacional abrangente que envolva o processo de alfabetização em informação, valorizando o conhecimento dos membros dos grupos incubados.

A partir da definição do problema de pesquisa, definidos os objetivos e com base na literatura pertinente estudada, foram formulados os pressupostos para a investigação. As variáveis foram definidas de acordo com o “fator determinante” (requisito básico) de cada pressuposto.

Pressuposto geral: Faz-se necessária a implantação da gestão da informação e do conhecimento durante todo o processo de incubação, favorecendo a autogestão e conquista da autonomia intelectual por parte dos membros dos grupos incubados.

1º Pressuposto:

Para que o processo de incubação de grupos populares se torne uma tecnologia social podendo ser reaplicável, faz-se necessária a implantação da gestão da informação e do conhecimento durante todo o processo;

Fator: Gestão da informação e do conhecimento durante o processo de incubação.

Variáveis:

Variável 1: Características dos grupos incubados em nível de gestão organizacional);

Variável 2: Grau de utilização das técnicas e instrumentos para a gestão da informação e do conhecimento pelos membros dos grupos incubados;

Variável 3: Conhecimento das necessidades informacionais (membros dos grupos);

2º Pressuposto:

Para que aconteça, com os membros dos grupos incubados, um efetivo desenvolvimento de habilidades em informação favorecendo a autogestão dos EES e a conquista da autonomia intelectual, faz-se necessária a realização de ações que visem a alfabetização em informação;

Fator: Ações que visem a alfabetização em informação.

Variáveis:

Variável 4: Perfil dos membros dos grupos (idade, sexo, escolaridade e estado civil);

Variável 5: Grau de motivação para aprender a informar-se;

Variável 6: Tipos de fontes de informação a serem utilizadas;

3º Pressuposto:

A melhoria contínua e o aumento das capacidades latentes dos grupos incubados depende da elaboração e implementação de um conjunto de ações multidisciplinares de mediação da informação provenientes da Incubadora Social da UFG.

Fator: Conjunto de ações multidisciplinares de mediação da informação provenientes da Incubadora Social da UFG.

Variáveis:

Variável 7: Grau de conhecimento das atividades do trabalho da cooperativa;

Variável 8: Grau de motivação para a realização das atividades do trabalho da cooperativa.

Variável 9: Importância dada às redes de EES.

6. METODOLOGIA

A pesquisa ora proposta tem como referencial teórico questões das Ciências Sociais, especificamente a Ciência da Informação, uma vez que a criação da proposta de incubação de grupos de catadores de material reciclável é baseada na gestão da informação e do conhecimento criado tanto no contexto acadêmico, onde se teorizam as questões e estudam-se os métodos e as melhores formas destes serem aplicados, quanto na prática, durante todo o processo de incubação dos grupos.

De acordo com sua base lógica, a pesquisa adota a abordagem hipotético-dedutiva, iniciando pela formulação de pressupostos e, apoiada em um processo de inferência dedutiva, comprovam-se estes de acordo com as variáveis definidas. A idéia é de que se obtenham novos conhecimentos sobre a realidade social em que os grupos de catadores de material reciclável estão inseridos. Desta maneira, as análises utilizadas serão prioritariamente qualitativas, as quais são menos estruturadas, proporcionando um relacionamento mais longo e flexível entre o pesquisador e os atores da pesquisa, além de lidarem com informações mais subjetivas, amplas e com maior riqueza de detalhes.

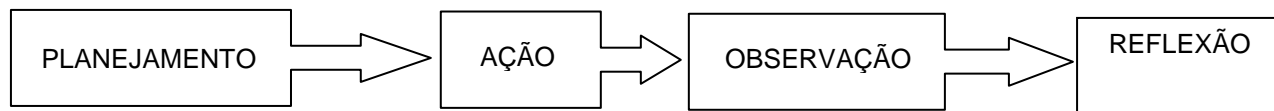
a) Pesquisa-Ação

A escolha da pesquisa-ação se deu dentre outros fatores, pelo fato de esta abordagem ser genuinamente auto-formativa (embora no sentido comunitário do termo) em relação à melhoria das práticas profissionais, além da possibilidade de reflexão, fazendo convergir teoria e prática, partindo desta última, possibilitando uma investigação participativa, a qual requer entre outras providências um grupo comprometido com a melhoria das práticas em seu contexto realizando ações de reflexão.

A pesquisa-ação possui como característica básica a flexibilidade, uma vez que envolve os aspectos referentes à pesquisa propriamente dita e também a ação dos pesquisadores ou grupos interessados. Isto ocorre nos mais diversos momentos da pesquisa.

De acordo com os moldes de Carr e Kemmis (1986), os quatro momentos da pesquisa-ação clássica são:

ILUSTRAÇÃO 6: Os quatro momentos da pesquisa-ação clássica



Fonte: CARR, Wilfred; KEMMIS, Stephen. *Becoming critical: education, knowledge and action research*. Australia: Deakin University Press, 1986. Adaptado pela autora.

Estes momentos se desdobram em duas dimensões interligadas dialeticamente, a saber, um movimento (ou caráter) retrospectivo, interpretando e reconstituindo o que ocorreu, e um movimento (ou caráter) prospectivo, lançando previsões sobre o que se espera caso se adotem certas ações ou perdure determinada situação.

b) Abordagem etnográfica

A abordagem etnográfica sugere a utilização do próprio ambiente da pesquisa como principal fonte de dados, além do envolvimento direto do pesquisador com seu objeto de estudo. Neste estudo, o método etnográfico deve ser citado como sendo um de seus procedimentos, uma vez que a pesquisadora manteve contato direto com os grupos de catadores de material reciclável incubados, participando, ativamente, do delineamento e da gestão do processo de incubação.

A abordagem etnográfica tem sua origem na Antropologia e hoje é utilizada por diversas áreas do conhecimento, devido à importância de se estudar os sujeitos e seus comportamentos de forma contextualizada.

Geertz (1989, p.4) afirma que praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter diário e assim por diante. Porém, ele alerta que não são as técnicas e os processos determinados, que definem a pesquisa. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”.

O que o etnógrafo enfrenta, de fato, a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados, é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar (GEERTZ, 1989, p.7).

6.1. EMBASAMENTO TEÓRICO DA METODOLOGIA

6.1.1. Acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares(PRONINC).

Nesta seção, seguem informações levantadas no projeto de acompanhamento e avaliação do Proninc que serviram de subsídios para o delineamento da presente pesquisa, juntamente com toda a revisão de literatura apresentada anteriormente, tanto no que diz respeito à construção da metodologia de incubação, quanto para a escolha dos procedimentos metodológicos científicos a serem utilizados.

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) teve início em 1998, com o apoio a seis universidades. Atualmente, 40 instituições integram o programa, que se destina ao desenvolvimento de metodologias de incubação de empreendimentos solidários. O Proninc possui um comitê gestor composto por órgãos públicos e organizações sociais – Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), O Ministério do Desenvolvimento Social, Financiadora de Estudos e Projetos, Fundação Banco do Brasil, Banco do Brasil, Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (COEP), Ministérios da Saúde, Ministério da Educação, Rede Unitrabalho e Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) (CUNHA; VARANDA, 2007).

O Projeto de Acompanhamento do PRONINC realizou visitas e aplicou roteiros e questionários às 33 incubadoras (vinculadas ao PRONINC através do edital lançado em 2003), e a 91 empreendimentos incubados.

O Projeto foi baseado na noção de “acompanhamento” evidenciando a percepção da avaliação do Programa como estratégia processual e participativa. Sendo assim, os parâmetros, conceitos e indicadores para a leitura conjunta dos projetos deveriam ser definidos progressivamente a partir da criação de diferentes formas de interação entre os atores envolvidos, na construção do PRONINC enquanto política pública, como: reuniões com o Comitê Gestor, oficinas, seminários, visitas a incubadoras e equipamentos (CUNHA; VARANDA, 2007).

O Projeto de Acompanhamento e Avaliação do PRONINC foi executado pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), no período de março de 2005 a setembro de 2007.

Atividades realizadas:

- a) Revisão de documentos relacionados à história e trajetória do Proninc e das incubadora, e construção dos instrumentos de pesquisa.
- b) Realização de seminários;
- c) Visitas de acompanhamento às incubadoras e aos empreendimentos incubados;
- d) Construção do banco de dados, sistema de informações e site do projeto.

TABELA 17: Distribuição espacial das incubadoras e empreendimentos incubados (ano: 2005)

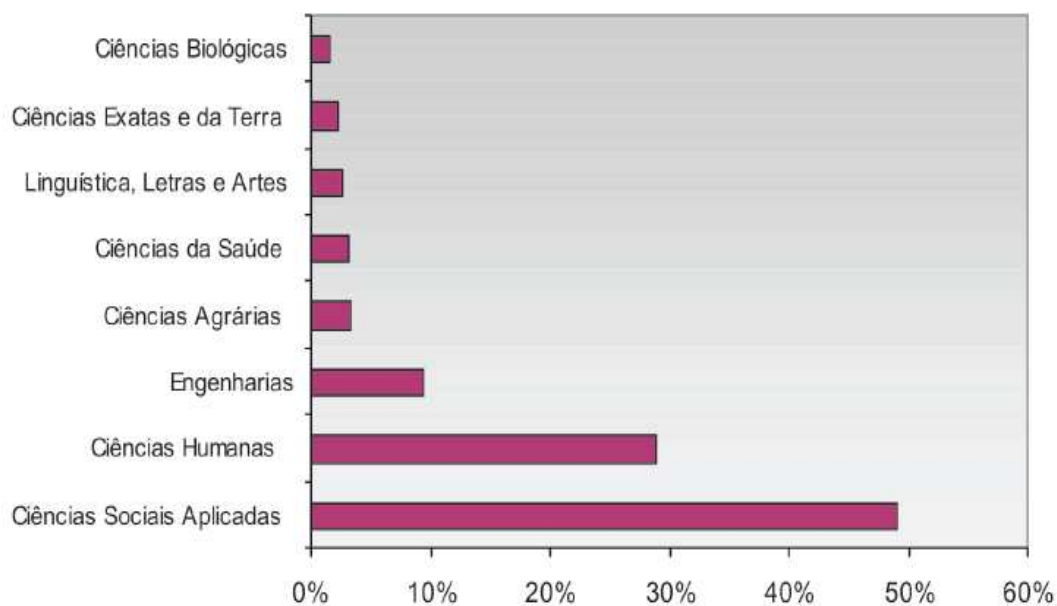
Regiões	Incubadoras	Empreendimentos
Norte	2	18
Nordeste	8	82
Centro-Oeste	2	16
Sudeste	12	112
Sul	9	87
Total	33	315

Fonte: CUNHA, Pedro Cláudio C. B.; VARANDA, Ana Paula de M. **Acompanhamento e avaliação do programa nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Proninc:** relatórios dos seminários e oficinas. Rio de Janeiro: FASE, 2007, p.14.

GRÁFICO 1: Composição das equipes técnicas das incubadoras

Fonte: CUNHA, Pedro Cláudio C. B.; VARANDA, Ana Paula de M. **Acompanhamento e avaliação do programa nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Proninc:** relatórios dos seminários e oficinas. Rio de Janeiro: FASE, 2007, p.19.

O perfil do corpo técnico das universidades envolvido nas atividades guarda relação com um dos aspectos centrais presentes nas metodologias de incubação, que diz respeito ao desenvolvimento de ferramentas de gestão voltadas para a organização do trabalho, segundo os princípios da autogestão. Nesse sentido, a cooperativa popular é percebida como estratégia de organização econômica e social que possibilita romper com as formas de dominação e subordinação que advém da divisão do trabalho e da matriz técnica daí resultante. Sendo assim, as equipes apresentam forte concentração nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas (especialmente Administração, Economia e Serviço Social) das Ciências Humanas (especialmente Psicologia e Ciências Sociais) (CUNHA; VARANDA, 2007, p.19).

GRÁFICO 2- Áreas do conhecimento das equipes técnicas das incubadoras nas universidades

Fonte: CUNHA, Pedro Cláudio C. B.; VARANDA, Ana Paula de M. **Acompanhamento e avaliação do programa nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Proninc:** relatórios dos seminários e oficinas. Rio de Janeiro: FASE, 2007, p.19.

Essas informações levantadas sobre o perfil do corpo técnico das incubadoras mostra que, apesar da área de Ciências Sociais Aplicadas ser aquela presente em maior porcentagem, existe carência acentuada de profissionais da informação atuando nos processos de incubação.

No segundo semestre de 2005, mesmo período em que ocorria o trabalho de campo do primeiro mapeamento da economia solidária no país, registrava-se a existência de 33 incubadoras apoiadas pelo PRONINC, atendendo a um total de 315 empreendimentos. Este conjunto corresponde a um recorte específico no universo da economia solidária, com claras particularidades na sua tipologia, o que se expressa na distribuição diferenciada de variáveis básicas de caracterização como: localização regional, forma de constituição e segmento de atividade econômica, quando cotejadas com o primeiro mapeamento geral (CUNHA; VARANDA, 2007, p.57).

No que se refere à distribuição regional dos empreendimentos incubados, predominam os aqueles situados na região Sudeste (36%), seguidos pela região Sul (28%) e Nordeste (26%). Trata-se de um perfil

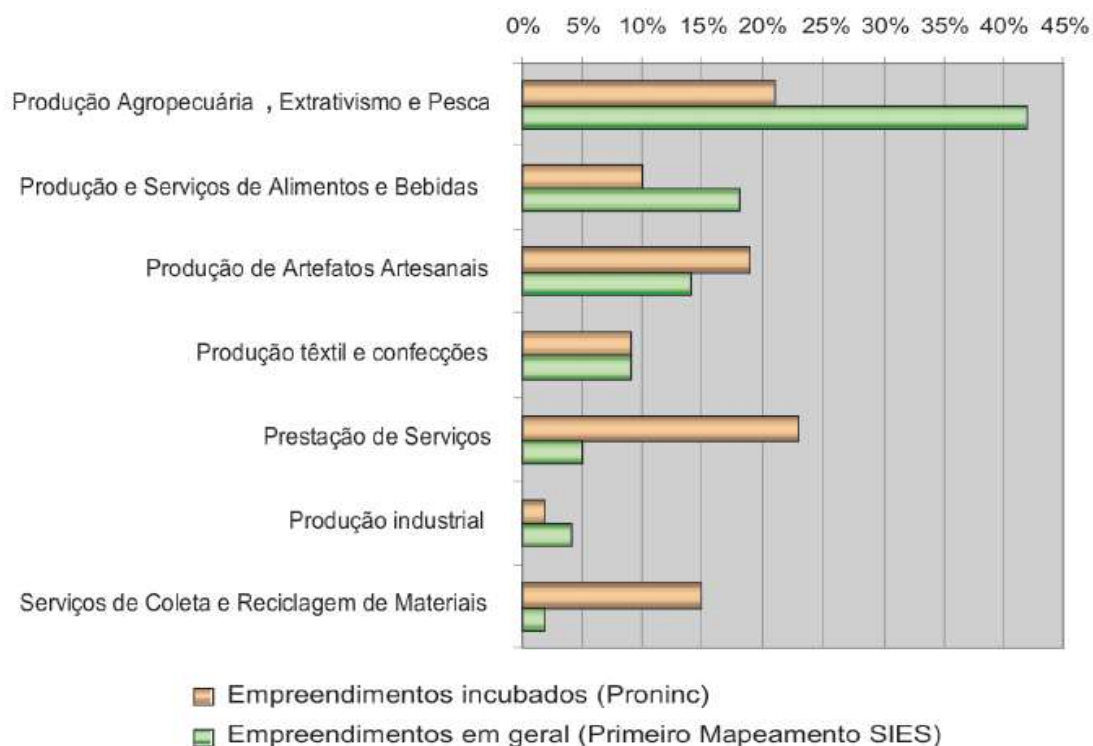
regional bastante distinto do observado no primeiro mapeamento, em que se destacou uma forte concentração na região Nordeste (44%) e uma proporção bastante reduzida de empreendimentos na região Sudeste (14%), conforme evidenciada na tabela a seguir:

TABELA 18: Distribuição regional dos EES – Empreendimentos incubados (Proninc) e Empreendimentos em geral (Primeiro mapeamento SIES – Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária)

Regiões	Empreendimentos incubados (Proninc)	Empreendimentos em geral (Primeiro Mapeamento SIES)
Nordeste	26%	44%
Sul	28%	17%
Sudeste	36%	14%
Norte	6%	13%
Centro-Oeste	5%	12%
Total	100%	100%

Fonte: CUNHA, Pedro Cláudio C. B.; VARANDA, Ana Paula de M. **Acompanhamento e avaliação do programa nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Proninc:** relatórios dos seminários e oficinas. Rio de Janeiro: FASE, 2007, p.57.

GRÁFICO 3: Distribuição dos Empreendimentos por segmentos econômicos (nos sete de maior frequência) – Empreendimentos Incubados (Proninc) e Empreendimentos em geral (primeiro mapeamento SIES):



Fonte: CUNHA, Pedro Cláudio C. B.; VARANDA, Ana Paula de M. **Acompanhamento e avaliação do programa nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Proninc:** relatórios dos seminários e oficinas. Rio de Janeiro: FASE, 2007, p.59.

6.1.2 Lixo: A reciclagem integradora

Gonçalves (2003, p.21) propõe um trabalho de reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos no seu desenvolvimento. Para isso, ela afirma que sob o ponto de vista dessa integração, o único tratamento de lixo realmente sustentável é a separação na fonte, uma vez que é onde tudo começa.

Considerando a importância de se compreender o processo como um todo para que se possa interferir, este estudo apresentará como referencial teórico e prático a definição conceitual da cadeia produtiva da reciclagem

baseada no círculo virtuoso da reciclagem, o qual se opõe ao círculo perverso, conforme descreve Gonçalves (2003, p.35).

Na concepção do círculo perverso da reciclagem, todos os atores contribuem para a falência do sistema, cada um com o seu texto de não-ação, não-interação, não-articulação e não-responsabilidade. Ao longo da pesquisa, observou-se nos grupos incubados, vários comportamentos que fazem parte deste círculo, dificultando todo o processo de desenvolvimento social no contexto dos catadores de material reciclável.

A idéia é construir um círculo virtuoso da reciclagem, onde cada ator envolvido entende a cadeia produtiva podendo assim atuar com coerência, livre da demagogia induzida ou criada e do assistencialismo. (GONÇALVES, 2003).

6.2. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Nesta seção apresentam-se os instrumentos que foram utilizados para coletar informações junto aos sujeitos da pesquisa ao longo de todo o ano de 2008 e janeiro de 2009.

Diferentemente das pesquisas elaboradas segundo o modelo clássico da investigação científica em que as técnicas se caracterizam pela padronização, a pesquisa-ação e o método etnográfico tendem a adotar, preferencialmente, procedimentos flexíveis de coleta de dados. Isto se explica porque ao longo do processo de pesquisa, os objetos são constantemente redefinidos, e isto pode implicar, por exemplo, mudanças significativas no conteúdo de questionários ou mesmo sua substituição por outras técnicas.

Vale ressaltar que a escolha de mais de um instrumento de coleta para o mesmo objetivo específico se fez devido a dificuldades de obtenção das informações necessárias sobre os membros dos grupos de catadores. Tais dificuldades serão descritas adiante.

A tabela a seguir apresenta os instrumentos e os procedimentos de coleta de dados baseados: nos objetivos específicos da pesquisa, nos pressupostos e nas variáveis.

TABELA 19: Instrumentos de coleta de dados relacionados com os objetivos específicos, pressupostos e variáveis do estudo

Objetivos específicos	Pressupostos	Variáveis	Instrumentos de coleta de dados
<p>a)Elaborar, implementar e avaliar o processo de gestão da informação e do conhecimento nos EES incubados;</p>	<p>1º) Para que o processo de incubação se torne uma tecnologia social podendo ser replicável em outros grupos, faz-se necessária a implantação da gestão da informação e do conhecimento durante todo o processo;</p>	<p>1: Características dos grupos incubados (a nível de gestão organizacional); 2: Grau de utilização das técnicas e instrumentos para a gestão da informação e do conhecimento pelos membros dos grupos incubados; 3: Conhecimento das necessidades informacionais (membros dos grupos).</p>	<p>Diagnóstico da fase de pré-incubação (levantamento); Grupo focal.</p>
<p>b)Propor um conjunto de ações que visem a alfabetização em informação dos participantes dos EES de catadores de material reciclável, impulsionando a emancipação, melhoria das relações de confiança e o desenvolvimento da autonomia intelectual;</p>	<p>2º) Para que aconteça com os membros dos grupos incubados um efetivo desenvolvimento de habilidades em informação favorecendo a autogestão dos EES e a conquista da autonomia intelectual faz-se necessário a realização de ações que visem a alfabetização em informação;</p>	<p>4: Perfil dos membros dos grupos (idade, sexo, escolaridade e estado civil); 5: Grau de motivação para aprender a informar-se; 6: Tipos de fontes de informação utilizadas;</p>	<p>Diagnóstico da fase de pré-incubação (levantamento); Grupo focal.</p>
<p>c)Propor, baseado em levantamentos informacionais um conjunto de ações aos EES incubados, visando o desenvolvimento e a ampliação de suas atividades na cadeia produtiva, assim como a participação nas redes de EES;</p>	<p>3º) A melhoria contínua e o aumento das capacidades latentes dos grupos incubados depende da elaboração e implementação de um conjunto de ações multidisciplinares de mediação da informação provenientes da Incubadora Social da UFG.</p>	<p>7: Grau de conhecimento das atividades do trabalho da cooperativa; 8: Grau de motivação para trabalhar na cooperativa. 9: Importância dada às redes de EES.</p>	<p>Diagnóstico da fase de pré-incubação (levantamento); SWOT; Grupo focal.</p>

6.2.1 Diagnóstico da fase de pré-incubação (levantamento ou Survey)

As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer; são úteis pois proporcionam informações gerais acerca das populações que são indispensáveis em boa parte das investigações sociais (GIL, 1999, p. 70).

Trata-se de um levantamento informacional quantitativo-qualitativo, dividido em duas partes: uma voltada para se traçar o perfil dos catadores que fazem parte dos grupos a serem incubados, e a outra, destinada a conhecer o funcionamento organizacional desses empreendimentos.

Para a elaboração deste diagnóstico, seguiu-se as fases:

a) Especificação dos objetivos;

- Traçar o perfil dos participantes dos grupos que seriam incubados;
- Entender o funcionamento organizacional das cooperativas incubadas de catadores.
- Identificar o grau de conhecimento que os membros dos grupos possuem em relação ao funcionamento de seus empreendimentos;
- Identificar, de um modo geral, as necessidades dos grupos a serem incubados;

b) Operacionalização das variáveis;

Nesta fase, foram definidas as variáveis a serem estudadas no diagnóstico.

c) Elaboração do instrumento de coleta de dados;

O instrumento utilizado para este levantamento foi um questionário respondido durante entrevistas realizadas em reuniões junto aos grupos incubados, ao longo do primeiro semestre de 2008.

Visando possibilitar a mensuração das variáveis, o questionário elaborado para o diagnóstico teve suas diretrizes traçadas nos conceitos relacionados à gestão da informação e do conhecimento, além de ter sido

baseado no processo de acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC).

d) Pré-teste do instrumento de coleta de dados;

Para que o levantamento pudesse ser mais abrangente, optou-se por entrevistar os catadores em reuniões que contavam com a maioria dos membros dos grupos presentes. Para a segunda parte do levantamento destinada às questões relacionadas com a gestão dos empreendimentos, optou-se por entrevistar a direção de cada grupo, via questionário.

O pré-teste do levantamento foi aplicado na Associação de Catadores de Material Reciclável Beija Flor, uma vez que este grupo não participa do presente estudo e apresenta características semelhantes às cooperativas incubadas. Durante a aplicação do pré-teste, algumas falhas foram identificadas, principalmente com relação à linguagem utilizada. Os respondentes apresentaram dificuldades no entendimento das questões e notou-se que certos enunciados estavam muito extensos. Após modificações e adequações necessárias, o instrumento de coleta foi aplicado junto aos outros grupos.

e) Coleta e verificação dos dados;

A coleta foi feita durante o primeiro semestre de 2008 em reuniões semanais das cooperativas. As questões eram aplicadas obedecendo-se a técnica de grupo de foco para não dispersar os membros que estavam presentes. Em seguida, os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas gerando gráficos estatísticos referentes ao perfil dos catadores. Na parte referente à gestão dos empreendimentos, optou-se por entrevistar, em reuniões pré-agendadas, os membros que faziam parte da direção das cooperativas.

f) Análise, interpretação e apresentação dos resultados;

A análise e interpretação dos resultados foi feita pela pesquisadora que conduz este estudo, juntamente com a professora Simone Nóbrega, da área de Economia da UFG. Os resultados foram apresentados em reunião para a

equipe da Incubadora Social da UFG. Foram feitas observações e análises adicionais durante a apresentação dos resultados. Entende-se que estas informações são consideradas parciais no estudo como um todo, desta forma, decidiu-se por não apresentar estes resultados para os grupos incubados até a conclusão da pesquisa.

Questões do Levantamento (questionário)

1ª Parte: Perfil dos membros dos grupos

Para a primeira parte do levantamento, a coleta dos dados pessoais dos membros dos grupos foi feita durante algumas reuniões semanais. Algumas informações foram localizadas na documentação das cooperativas. Segue o esboço dos dados coletados:

ILUSTRAÇÃO 7: Esboço dos dados a serem coletados na 1ª parte do Diagnóstico da fase de pré-incubação

NOME	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL
------	------	-------	--------------	--------------

2ª Parte: A gestão dos EES de catadores de material reciclável

Esta segunda parte do levantamento utilizou um questionário que abrange questões relacionadas à gestão dos EES. Ele está dividido em blocos temáticos para facilitar as análises de acordo com os objetivos específicos do estudo.

Em algumas questões deste levantamento (Questões 5, 12 e 13), para que as respostas fossem mais facilmente tabuladas, fez-se necessário a escolha e utilização da escala de Likert (GIL, 1999, p. 146), por ser de simples elaboração e de caráter ordinal.

Bloco 1: Informações gerais sobre os EES (Questões de 1 a 3).

Questão 1) Favor informar o nome do empreendimento, nº de participantes, segmento econômico do grupo.

Questão 2) Qual a posição da ocupação do empreendimento em relação a outras atividades? (Se o membro do grupo considera a cooperativa como principal fonte de renda ou não)

Questão 3) Quantos membros são beneficiários de programas sociais?

Bloco 2: Características Econômicas e Gerenciais dos Empreendimentos (Questões de 4 a 15).

Produção - Subdivisão do bloco 2: (Questões 4 e 5)

Questão 4) O EES possui equipamentos e instrumentos próprios?

Questão 5) Qual a qualidade e atualização dos equipamentos e instrumentos utilizados?

Respostas:

- a) Excelente;
- b) Bom;
- c) Regular (funciona apresentando problemas frequentemente);
- d) Fraco (funciona porém necessita substituição);
- e) Péssimo (existe no local porém não funciona).

Comercialização - Subdivisão do bloco 2: (Questões 6 e 7)

Questão 6) Quais os principais consumidores dos produtos e serviços?

Questão 7) Quais as principais formas de divulgação dos produtos e serviços oferecidos pelo EES?

Aspectos financeiros - Subdivisão do bloco 2: (Questões 8 a 10)

Questão 8) O grupo já fez alguma tentativa de obtenção de financiamentos ou créditos? Em quais instituições?

Questão 9) Para este EES, quais as principais entidades fornecedoras de créditos?

Questão 10) Qual a média de remuneração dos participantes deste EES?

Autogestão - Subdivisão do bloco 2: (Questões 11 a 15)

Questão 11) A cooperativa possui estatuto próprio?

Questão 12) Qual o nível de conhecimento do estatuto por parte dos membros do grupo?

Respostas:

- a) Conhecem bem;
- b) Conhecem parte do estatuto;
- c) Sabem que existe, porém não sabem do que se trata exatamente;
- d) Conhecem muito pouco;
- e) Não conhecem nada do estatuto.

Questão 13) Qual o nível de qualificação dos participantes em relação à gestão e funcionamento de cooperativas e empreendimentos solidários?

Respostas:

- a) Bem qualificados;
- b) Sabem realizar o trabalho por causa da experiência prática;

- c) Realizam precariamente o trabalho;
- d) Não sabem realizar o trabalho.

Questão 14) Quais os instrumentos de controle gerencial utilizados pelo EES?

Questão 15) Qual a frequência em que ocorrem as assembléias e reuniões gerais?

Bloco 3: Questões sobre as necessidades dos EES e o programa de incubação (Questões 16 e 17).

Questão 16) Quais os principais motivos levaram o grupo a fazer parte do programa de incubação?

Questão 17) Apresente sugestões para a Incubadora Social de acordo com necessidades identificadas no EES.

6.2.2 Grupo focal ou grupo de foco

Alguns autores chamam esta técnica de discussão em grupo e ressaltam que seu objetivo é explorar as possibilidades da dinâmica de interação das pessoas numa situação artificialmente criada que permite verbalizações espontâneas. Existem autores também que entendem essa técnica como uma conversa monitorada.

Grupo de foco é uma técnica de pesquisa que consiste na formação de grupos pequenos e homogêneos, com a participação de 6 até 12 pessoas, que sejam representativas de um grande setor da sociedade ou da comunidade. Nessa técnica, é criada uma situação informal, na qual os tópicos são discutidos pelo grupo de maneira espontânea e cada membro expressa livremente as suas opiniões.

Especificamente para este estudo, a técnica de grupo de foco foi realizada, na maioria das vezes, para servir de suporte ao levantamento informacional do item anterior (Diagnóstico da fase de pré-incubação). As

questões foram levantadas e respondidas oralmente durante as reuniões nos grupos e, em seguida, as respostas foram transcritas para posterior análise.

1º Bloco de questões: Tema – Alfabetização em informação.

Questão 1: Você sente vontade de se informar constantemente? Por quê?

Questão 2: Quais os tipos de fontes de informação mais utilizados?

Questão 3: Com que frequência você procura se informar utilizando tais fontes?

2º Bloco de questões: Tema – Motivação para o trabalho.

Questão 4: Você se sente motivado para trabalhar na cooperativa?

Respostas:

- a) Muito motivado;
- b) Motivado;
- c) Pouco motivado;
- d) Sem motivação.

Questão 5: Caso se sinta pouco motivado ou sem nenhuma motivação, quais os motivos?

3º Bloco de questões: Tema – As redes de EES de catadores de materiais recicláveis.

Questão 6: Você acha importante que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis se organizem em redes? Para quê?

Questão 7: Este tipo de empreendimento realiza ações que visam a organização de uma rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis? Quais?

6.2.3. SWOT

A técnica SWOT se insere no campo da análise de ambientes (interno e externo). É comumente empregada em processo de planejamento estratégico, para avaliação do posicionamento da organização e de sua capacidade de competição. Tem como resultado a identificação de pontos fortes (*strengths*) e pontos fracos (*weakness*), de fatores internos e externos, de oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*). (SILVEIRA, 2001, p. 209)

Técnicas de análise de ambiente contribuem para uniformizar o entendimento sobre questões-chave para a organização. Para o presente contexto, durante o desenvolvimento da técnica, os seguintes aspectos foram observados e sistematizados:

- a) A rotina diária do catador de materiais recicláveis;
- b) A percepção do espaço por ele vivido;
- c) As maneiras como usam, ocupam e organizam os espaços;
- d) Suas formas de produção e consumo, considerando a renda individual e familiar;
- e) As formas de relação dos catadores com a comunidade local;
- f) Aspectos relativos à história local, envolvendo organizações, grupos, pessoas, relações sociais, políticas e culturais, a partir das informações dadas pelos catadores;
- g) As relações que os catadores estabelecem com os espaços de trabalho (rua, lixão e depósitos), com os materiais recicláveis, com o poder público e com a sociedade civil.

Neste estudo, a análise SWOT foi aplicada utilizando-se uma tabela contendo os fatores para análise (pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e ameaças) em uma coluna, e na outra, estes fatores estão ordenados desde o mais importante, até o menos importante, levando em conta a influência no cumprimento dos objetivos da organização.

Após a classificação dos fatores levantados, a idéia foi analisá-los para que os EES pudessem traçar uma estratégia organizacional levando em consideração não apenas a posição atual dos fatores, mas as expectativas de alteração, a partir de esforços da organização ou de cenários alternativos aplicados ao ambiente.

O intuito desta análise é chegar a um resultado que apresente uma visão dos principais fatores que impactam a capacidade de ação dos EES e as principais pressões do ambiente externo.

TABELA 20: Modelo de tabela de classificação de fatores de acordo com a técnica SWOT utilizada nos grupos

Fatores para análise		FATORES ORDENADOS
FATORES INTERNOS	Pontos fortes	Ponto forte mais importante ... Ponto forte menos importante
	Pontos fracos	Ponto fraco mais importante ... Ponto fraco menos importante
FATORES EXTERNOS	Oportunidades	Oportunidade mais importante ... Oportunidade menos importante
	Ameaças	Ameaça mais importante ... Ameaça menos importante

Fonte: SILVEIRA, Henrique. SWOT. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília, DF: UNB, p.216. Adaptado pela autora.

6.2.4. Considerações sobre a escolha dos instrumentos de coleta de dados.

As técnicas de coleta apresentadas tiveram como foco o levantamento de informações sobre a realidade dos catadores de materiais recicláveis, criando oportunidades para a existência de uma vivência democrática, e produção de conhecimento de forma coletiva no ambiente dos grupos incubados.

Para o sucesso efetivo desta coleta de dados, fez-se necessário que os momentos de aplicação das técnicas fossem:

a) **Práticos:** visando a elaboração de um programa de intervenções a partir do conhecimento da realidade local;

- b) **Flexíveis:** levando em conta a experiência de vida e valores dos sujeitos envolvidos, adaptando-se às particularidades de cada contexto;
- c) **Participativos:** os sujeitos envolvidos são agentes deste levantamento, pois atuam como objeto da pesquisa e pesquisadores na produção do conhecimento, configurando a principal fonte das informações;
- d) **Dinâmicos:** as análises partem da junção de dois saberes: o conhecimento vindo de outras fontes, especialmente da Universidade, representada pela equipe da Incubadora Social, e o derivado das vivências dos sujeitos envolvidos, resultando em uma abordagem mais ampla e dinâmica;
- e) **Educativos:** une as experiências de vida dos sujeitos envolvidos e de outras fontes com a sistematização de soluções, capacitando os participantes para a percepção e transformação da realidade social na qual estão inseridos.

Nos momentos da coleta dos dados fez-se necessário:

- Estar atento ao comportamento dos participantes, registrando o máximo de informações;
- Planejar todas as tarefas em grupo, de forma a criar um ambiente de co-responsabilidade;
- Sistematizar as informações, avaliando, permanentemente, todo o processo de incubação;
- Facilitar o processo de comunicação, criando um ambiente favorável e descontraído;
- Estabelecer relações de respeito e confiança com e entre os participantes em todo o contexto da incubadora;
- Demonstrar tranquilidade durante os momentos de aplicação das técnicas de coleta de informações, buscando ouvir mais e falar menos;
- Ser flexível, não impor idéias próprias;
- Estimular a criatividade entre os participantes das vivências;
- Comparar as informações obtidas nos momentos de coleta com as diversas situações encontradas.

6.2.4.1. Limitações na coleta dos dados

Para que os pressupostos do estudo pudessem ser comprovados, fez-se necessário optar por mais de um instrumento de coleta de dados para cada objetivo específico. Este fato pode ser explicado, em primeiro lugar, pelo baixo nível de escolaridade dos membros dos grupos de maneira geral. Tal fator se torna limitador, uma vez que para facilitar o entendimento, alguns questionamentos devem ser feitos oralmente, em linguagem coloquial nas reuniões em grupo, ao invés de se entrevistar ou aplicar questionário para cada membro individualmente. Isto pode inibir alguns membros, levando-os a não externalizarem de forma sincera e espontânea seus pensamentos, além da possibilidade de ocorrer o desvio ou dominação das discussões por parte de alguns integrantes dificultando as análises posteriores.

A análise de ambiente utilizando-se a técnica SWOT sofreu algumas adaptações, já que a literatura apresenta, em geral, casos aplicados a empresas do setor privado. Apesar disso, foi possível fazer com que os grupos analisassem o contexto em que estão inseridos, propondo mudanças para se livrarem dos fatores de risco internos e externos.

7. O DESENVOLVER DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO: UMA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO

Baseando-se em experiências de outras Universidades e levando em consideração as particularidades locais, criou-se um plano de ação tentativo para o processo de incubação da UFG o qual está descrito a seguir. A trajetória das cooperativas ao longo das fases deste plano é descrita em seguida.

As atividades desenvolvidas pela Incubadora Social junto aos EES, ao longo de cerca de três anos e meio previstos para conclusão do processo de incubação, poderão ser compreendidas em quatro (4) grandes fases.

TABELA 21: Fases do processo de incubação

FASES JÁ VIVENCIADAS PELAS COOPERATIVAS		FASES AINDA NÃO VIVENCIADAS PELAS COOPERATIVAS		
FASE 0	FASE 1	FASE 2	FASE 3	FASE 4
Seleção e sensibilização	Construindo o projeto ou “sonho cooperativo”	Desenvolvimento do projeto cooperativo	A expansão do projeto cooperativo	Graduação e autonomia da cooperativa

7.1. FASE 0 – SELEÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Os primeiros passos do processo de incubação são difundir a proposta de ação da incubadora, selecionar os grupos que serão incubados e sensibilizá-los a respeito do processo de incubação.

É nesta fase que a incubadora executa os seguintes passos:

- a) Divulga seus objetivos e a forma de ação nas áreas em que pretende atuar, especialmente com a população que se apresenta como público-alvo de sua ação de incubação;
- b) Estabelece um processo de seleção transparente e formal, por meio de um edital, no qual fiquem estabelecidos os princípios da proposta de incubação;
- c) Faz um diagnóstico inicial, com base em indicadores, dos grupos aceitos como candidatos;
- d) Seleciona os grupos e inicia o processo de incubação.

7.1.1. Fase 0 - Trajetória dos grupos incubados:

7.1.1.1. Cooperativa A Ambiental

A cooperativa A Ambiental está localizada nas proximidades do campus Samambaia da UFG. No início do ano de 2008, algumas pessoas idealizaram a formação do grupo e contactaram a Universidade após tomarem conhecimento da existência da Incubadora Social. Inicialmente, não sabiam ao certo o que fazia uma Incubadora Social, como eles iriam se organizar, como poderiam receber ajuda da Incubadora na constituição do grupo, de que informações necessitavam, enfim, o desconhecimento era geral, e isso foi detectado desde o início, nas primeiras reuniões. Uma das pessoas que entrou em contato com a equipe da Incubadora e que tinha interesse em formalizar o grupo, inicialmente deixou claro que tinha como objetivo formar uma empresa de coleta e seleção primária de materiais recicláveis. Com o passar do tempo, após alguns esclarecimentos sobre o papel da Incubadora Social e sobre a idéia de formar grupos baseados nos princípios da Economia Solidária, o objetivo de montar uma empresa privada foi sendo substituído pelo ideal cooperativo.

Foram identificadas algumas pessoas do grupo com espírito de liderança que se empenharam para a oficialização do referido grupo como cooperativa, mesmo sem o discernimento preciso do que isso significava. Agendavam reuniões, localizavam catadores espalhados pelos bairros da região, mobilizavam pessoas a comparecer e conhecer a proposta inicial do grupo, sempre frisando a questão da dificuldade de se trabalhar individualmente nesse contexto.

Ao longo das reuniões que ocorreram no primeiro semestre de 2008, a maioria delas para elaborar de forma explicativa e participativa o estatuto da cooperativa, pôde-se perceber uma característica diferente neste grupo: pessoas com perfil decisivo para uma atuação eficiente: espírito de liderança e experiência em gestão organizacional. Isso facilitou o andamento das reuniões. Por outro lado, a presença de pessoas analfabetas e com ensino fundamental

incompleto, trazia um pouco de dificuldade, em alguns momentos. Percebendo estas diferenças, a equipe da Incubadora tinha sempre a preocupação de tentar explicar todas as questões em uma linguagem simples para que todos pudessem acompanhar as reuniões com um bom entendimento sobre a pauta.

No dia 27 de Maio, às 15:00 horas realizou-se a Assembléia de constituição da cooperativa A Ambiental (Ver edital de convocação no Anexo 6). Apesar disto, a cooperativa ainda não possuía sede própria, uma vez que os membros todavia trabalhavam de forma individual, e estavam começando a efetuar o pagamento do capital inicial; tais motivos inviabilizavam o aluguel de algum espaço físico.

Após o registro oficial, o próximo passo era levantar a documentação necessária para que a Prefeitura (COMURG) pudesse iniciar o pagamento de uma verba de auxílio inicial no valor de R\$2.000,00 mensais. Foi detectada certa burocracia nesse processo de envio de documentos e pagamento de verba por parte da COMURG, o que dificultou o trabalho da cooperativa, uma vez que a mesma não possuía sede própria no início de seu funcionamento.

7.1.1.2. Cooperativa COOPERMAS

A cooperativa COOPERMAS está localizada no Centro de Triagem da COMURG, na av. Senador Canedo, n.31, bairro Conjunto Vera Cruz I. No início do ano de 2008, funcionários da COMURG entraram em contato com a UFG após tomarem conhecimento sobre a Incubadora Social. A idéia inicial era que a equipe da Incubadora auxiliasse os catadores do centro de triagem para que eles se organizassem para constituírem uma cooperativa ou associação. A cooperativa COOPERSOL que funcionava, anteriormente, nesse local foi transferida para a cidade de Trindade (GO) por vontade de seus membros. Após os primeiros contatos, a UFG visitou o local, conheceu a realidade do grupo e iniciou o trabalho de acompanhamento.

Segundo informações da COMURG, a idéia era tornar esse grupo independente atuando na coleta seletiva da cidade de Goiânia, recebendo o material coletado no município, juntamente com as outras cooperativas de catadores de material reciclável.

Constatou-se que existiam funcionários da COMURG presentes no local realizando atividades diárias juntamente com os catadores.

Os membros do grupo afirmaram que a presença da equipe da COMURG atrapalhava, consideravelmente, o andamento das atividades diárias ou de rotina.

A equipe da COMURG realizava a pesagem do material, que nem sempre era conferida pelos catadores. Os dados financeiros e contábeis do grupo eram passados para uma profissional da área contábil da COMURG.

Os catadores realizam a cata individual utilizando carrinhos, carroças ou carro próprio e também fazem a rota diária no caminhão da COMURG, a qual dura cerca de 5 horas, em esquema de rodízio. Todo o material coletado nessa rota fica para o catador que estiver no caminhão naquele dia, ou seja, a COMURG disponibiliza a cata individual desses catadores. Muitos afirmam que existe uma certa disputa ou “richa” entre os catadores que utilizam o caminhão da COMURG e aqueles que não utilizam.

Nas outras cooperativas e associações de catadores de material reciclável de Goiânia, a COMURG leva o material coletado na cidade, que é recebido como doação, e o dinheiro arrecadado com a venda é repartido entre os membros dos grupos. As despesas com água, energia e telefone correm por conta da COMURG (Ver atas de reuniões no Apêndice B).

As rotas do caminhão são definidas no escritório do centro de triagem, pela equipe da COMURG. Os catadores afirmam que ocorrem retaliações por parte da equipe da COMURG quando as rotas não acontecem conforme o que foi planejado.

Segundo dados da COMURG, antes do início da coleta seletiva em Goiânia, cerca de 380 toneladas de material reciclável ia para o aterro sanitário da cidade. A idéia era que com o início da coleta seletiva, essa quantidade de material descartado diminuísse e fosse para as cooperativas para ser tratado e vendido.

Ao longo das reuniões que ocorreram entre os meses de fevereiro a abril de 2008, a maioria delas para elaborar de forma explicativa e participativa o estatuto da cooperativa (ver Anexo 8 – Modelo de estatuto), pôde-se perceber uma característica diferente neste grupo: a existência de sentimentos de raiva e descontentamento por parte dos membros. Constatou-se, também, que todos

têm muita dificuldade em entender e vivenciar o espírito de coletividade exigido no cooperativismo. A cata individual existente é considerada por eles como a melhor forma de se obter renda. Os membros ainda não entendem que a partir do surgimento das doações, em grande quantidade, principalmente por causa da coleta seletiva municipal, não será necessário que eles permaneçam nas ruas catando material reciclável em lixo comum, se desgastando fisicamente.

No dia 24 de Abril, às 15:00 horas realizou-se a Assembléia de constituição da cooperativa COOPERMAS (Ver edital de convocação no Anexo 6). Estavam presentes além dos membros do grupo, Jorge Moreira e Lúcia (COMURG), Prof.^a Laura, Prof.^a Simone e Fernando da UFG, quando foi lido todo o edital.

Após o registro oficial, o próximo passo foi o de levantar a documentação necessária para que a prefeitura (COMURG) pudesse iniciar o pagamento de uma verba de auxílio inicial no valor de R\$2.000,00 mensais. Para que ocorresse o pagamento dessa verba, o processo de levantamento e envio de documentos foi burocrático, e percebeu-se certa dificuldade e desconhecimento por parte da equipe da COMURG em desembaraçar a situação para simplificar as etapas que antecediam o recebimento da verba. Isso dificultou o trabalho da cooperativa, uma vez que não existia dinheiro em caixa para as despesas básicas, as quais passaram a ser de responsabilidade da cooperativa após sua desvinculação da COMURG.

7.1.1.3 Cooperativa COOPER-RAMA

A cooperativa COOPE-RAMA se formou por catadores de materiais recicláveis residentes nos bairros Jardim Curitiba e Jardim Floresta e proximidades. Em Abril de 2008, um funcionário da COMURG, entrou em contato com a UFG após tomar conhecimento sobre a Incubadora Social. A idéia inicial era que a equipe da Incubadora auxiliasse os catadores dessa região a se organizar para constituírem uma cooperativa, com o intuito de fortalecê-los institucionalmente viabilizando o recebimento de recursos oriundos de várias entidades, além de doações de material. Após os primeiros contatos, a UFG visitou o local, conheceu a realidade do grupo e iniciou o trabalho de acompanhamento.

Ao longo das reuniões que ocorreram entre os meses de abril e maio de 2008, a maioria delas para elaborar de forma explicativa e participativa o estatuto da cooperativa (ver Anexo 8 – Modelo de estatuto), pôde-se perceber uma característica diferente neste grupo: vontade de se reunirem para constituir uma cooperativa, mesmo não sabendo exatamente o que seria isso. Constatou-se dificuldade por parte do grupo em entender e vivenciar o espírito de coletividade exigido no cooperativismo, principalmente devido ao baixo grau de escolaridade da maioria dos membros. Apesar disso, este grupo concluiu a elaboração do estatuto com o menor número de reuniões realizadas e previam um local onde funcionaria a sede. Existia expectativa em relação ao material que seria levado pela COMURG, semanalmente.

No dia 21 de Maio de 2008, às 16:00 horas realizou-se a Assembléia de constituição da cooperativa COOPER-RAMA (Ver edital de convocação no Anexo 6), e além dos membros do grupo, estava presente representando a Incubadora Social, Fernando da UFG.

Após o registro oficial, a cooperativa se instalou em um galpão alugado, onde antes funcionava um supermercado no bairro. O próximo passo era levantar a documentação necessária para que a prefeitura (COMURG) pudesse iniciar o pagamento de uma verba de auxílio inicial no valor de R\$2.000,00 mensais. Detectou-se burocracia nesse processo de envio de documentos e no pagamento dessa verba por parte da COMURG, fatores que dificultaram o trabalho da cooperativa, uma vez que não existia dinheiro em caixa para as despesas básicas, e eles conseguiram doação para o pagamento somente do primeiro mês de aluguel.

7.2. FASE I: CONSTRUINDO O PROJETO OU "SONHO COOPERATIVO"

O principal objetivo desta fase é que os grupos recém selecionados possam construir seu Projeto Cooperativo, visualizando suas metas e os meios para alcançá-las, discutindo e incorporando a necessidade de ações específicas e a forma de monitorar e avaliar seu desenvolvimento como organização social e empreendimento econômico.

Esta fase pode ser considerada como concluída quando os membros da cooperativa:

- a) demonstrarem conhecer os princípios de cooperativismo popular na prática, realizando reuniões coletivas com frequência e tendo uma direção cooperativa provisória em funcionamento;
- b) estiverem formalizados;
- c) conhecerem o foco de sua produção;
- d) possuírem os conhecimentos básicos sobre formação de preços e organização da produção;
- e) tiverem definido seu planejamento cooperativo para os três anos subseqüentes.

A partir do momento em que cooperativa e incubadora entendem que essa etapa esteja concluída, deve-se realizar um evento ou "ritual de aprovação" e seu registro, como prova concreta do avanço da cooperativa, e como ferramenta para consolidar sua identidade coletiva.

7.2.2. Fase I - Trajetória dos grupos incubados

7.2.2.1. Cooperativa A Ambiental

Durante os meses de junho a outubro de 2008, a cooperativa foi se organizando em relação às suas formas de atuação na região, gestão administrativa e financeira, além de providenciar a documentação necessária para o pagamento da verba-auxílio proveniente da COMURG. O Banco do Brasil, por meio do programa DRS, contribuiu com alguns pagamentos de itens solicitados durante esse período, inclusive o primeiro aluguel do local escolhido para funcionamento da sede da cooperativa. Várias foram as dificuldades enfrentadas nesse período, principalmente em relação ao pagamento da verba conveniada com a COMURG, uma vez que esse dinheiro seria destinado ao pagamento das despesas básicas da cooperativa (aluguel, água, energia elétrica, telefone, etc.).

No dia 30 de Outubro desse mesmo ano, realizou-se a primeira reunião na sede da cooperativa.

ILUSTRAÇÃO 8: Sede da cooperativa A Ambiental

Foto: Laura Rezende, 2008.

ILUSTRAÇÃO 9: 1ª Reunião na sede da cooperativa A Ambiental

Foto: Laura Rezende, 2008.

Essa reunião representa um marco na trajetória da cooperativa, uma vez que sinaliza o início de seu funcionamento oficialmente. A idéia era que nesse momento, os parceiros da cooperativa (Incubadora Social – UFG, COMURG e BB) estivessem presentes para apresentarem suas propostas concretas de parcerias, conhecessem o local e ouvissem as reivindicações do grupo.

Estiveram presentes na reunião: representantes da cooperativa (20 membros), UFG e BB. A COMURG não enviou representante.

ILUSTRAÇÃO 10: Membros da cooperativa A Ambiental, Representantes da Incubadora Social da UFG e Banco do Brasil



Foto: Laura Rezende, 2008.

7.2.2.2. Cooperativa COOPERMAS

Durante os meses de maio a dezembro de 2008, a cooperativa foi se organizando em relação às formas de atuação na região, gestão administrativa e financeira, além de providenciar o necessário para o recebimento da verba auxílio proveniente da COMURG. Essa fase foi decisiva para a cooperativa, uma vez que muitos membros deixaram de fazer parte do grupo e estavam utilizando o local somente para venda de seu material individual. Iniciou-se, efetivamente, o processo de gestão da cooperativa e a organização das atividades.

A incubadora social acompanhando toda a trajetória da COOPERMAS teve dificuldade em realizar suas ações de auxílio e acompanhamento no que diz respeito à prática do cooperativismo, uma vez que a cata individual ainda era considerada prioridade para a maioria dos membros do grupo.

ILUSTRAÇÃO 11: COOPERMAS -Reunião cooperativa – nov/2008.

Foto: Laura Rezende, 2008.

ILUSTRAÇÃO 12: COOPERMAS - Caminhão de um dos membros levando material individual

Foto: Laura Rezende

7.2.2.3. Cooperativa COOPER-RAMA

A cooperativa foi se organizando em relação às formas de atuação na região, gestão administrativa e financeira, além de providenciar o necessário para o recebimento da verba auxílio proveniente da COMURG, durante os meses de maio a dezembro de 2008. Foi uma fase decisiva para o grupo, uma vez que muitos membros deixaram de trabalhar na cooperativa dificultando a execução das atividades diárias.

ILUSTRAÇÃO 13: Sede da COOPER-RAMA



Foto: Laura Rezende, 2008.

ILUSTRAÇÃO 14: Catadores da COOPER-RAMA realizando a separação primária do material levado pela COMURG



Foto: Laura Rezende, 2008.

7.3. FASE II – DESENVOLVIMENTO DO PROJETO COOPERATIVO

Depois que o grupo desenvolveu os requisitos básicos para a viabilidade cooperativa e econômica do empreendimento e construiu o plano para a realização de seu projeto cooperativo, deveria executá-lo, avaliá-lo e, se necessário, aperfeiçoá-lo, respeitando as metas e os prazos estabelecidos.

Trata-se, em outras palavras, de perseguir as metas traçadas e as ações para obtê-las, tendo como referência os eixos de incubação e suas respectivas áreas de atuação. Essa fase envolve, ao mesmo tempo, a capacidade do grupo de reconhecer suas forças e fraquezas e, a partir disso, poder agir e reformular o planejamento da sua realidade.

A fase será considerada concluída quando a cooperativa cumprir seus objetivos em termos de viabilidade econômica e de viabilidade como cooperativa, aconselhando-se sempre a realizar o ritual de aprovação.

A Incubadora social considera que os grupos ainda não estão vivenciando essa fase.

7.4. FASE III - A EXPANSÃO DO PROJETO COOPERATIVO

Como sinal de incubação bem sucedida, a Incubadora Social considera o desenvolvimento de uma fase, na qual o grupo consiga, a partir do seu projeto cooperativo, a expansão dos princípios cooperativos e das ações econômicas do empreendimento para um entorno social de maior escala. É importante que a incubadora tenha, nesse momento, um papel mais de acompanhamento e assessoria do que de intervenção, visando maior autonomia e iniciativa do grupo.

Trata-se, nesse período, da expansão do empreendimento em seus aspectos cooperativos e econômicos, o que significa, em linhas gerais, o alcance dos seguintes objetivos para cada um dos eixos de incubação:

Eixo Viabilidade Cooperativa: difusão dos princípios cooperativos na comunidade do entorno e em espaços públicos mais amplos (fóruns, redes); iniciativa para a realização de ações políticas, culturais e espaços de troca material na comunidade; que a cooperativa funcione seguindo os princípios

cooperativos de gestão e organização do trabalho e de engajamento em questões políticas e ambientais com seu entorno social; que a cooperativa tenha capacidade para difundir esses princípios cooperativos em outros grupos sociais; que a cooperativa tenha condições de planejar regularmente sua ação, definindo metas e avaliando resultados.

Eixo Viabilidade Econômica: a expansão da cadeia de produtores e fornecedores; que a cooperativa produza e venda de forma contínua no mercado, gerando gradativamente uma maior capacidade de financiamento segundo as condições médias vigentes na economia; renda gerada pelo empreendimento com avanços significativos para seus membros e com capacidade para um percentual significativo de auto-investimento; parcerias consolidadas com setor privado e poder público; maior capacidade de elaboração autônoma de projetos e parcerias próprias; melhoria do processo produtivo e qualidade dos produtos (valor agregado).

7.5. FASE IV – GRADUAÇÃO E AUTONOMIA DA COOPERATIVA

Nessa fase final, deve-se aplicar o conhecimento acumulado durante todo o processo de incubação, corrigindo eventuais dificuldades e desenvolvendo ferramentas para a posterior trajetória da cooperativa (plano de negócios tri-anual, manual de gestão da cooperativa, mapa de parceiros). Trata-se, também, de avaliar se a cooperativa está em condições de "andar com suas próprias pernas" e, portanto, sair graduada do processo de incubação. Esse é o período para se fazer um balanço das conquistas e vislumbrar os desafios futuros.

8. EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Apresentam-se, nesta seção, as informações coletadas junto aos EES. A análise destas informações foi feita, inicialmente, sob aspectos descritivos, de forma sistematizada, de acordo com as variáveis da pesquisa.

8.1 PRIMEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO

Elaborar, implementar e avaliar o processo de gestão da informação e do conhecimento nos EES incubados.

Fator: Gestão da informação e do conhecimento durante o processo de incubação.

Variável 1: Características dos grupos incubados (com relação à gestão organizacional);

TABELA 22: SWOT - Cooperativa A Ambiental

Fatores para análise		Informações obtidas
FATORES INTERNOS	Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado nº de pessoas com alto nível de escolaridade (superior incompleto ou completo); • Pessoas participantes da direção da cooperativa com experiência em trabalho com materiais recicláveis; • Sede e local de atuação próximo à UFG;
	Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em vivenciar o cooperativismo; • Grande diferença no nível de escolaridade; • Alta rotatividade de seus membros; • Falta de equipamentos para trabalhar, inclusive de segurança; • Local da sede alugado; • Armazenagem de material precária;

FATORES EXTERNOS	Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Facilidade em se informar sobre linhas de créditos para este tipo de segmento; • Alianças estratégicas com entidades de bairros (igreja, associações, etc.);
	Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação do cooperativismo restritiva; • Depósitos de materiais recicláveis da região; • Falta de apoio efetivo do governo local;

Nota: Adaptado de: SILVEIRA, Henrique. SWOT. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília, DF: UNB, p.216.

TABELA 23: SWOT- Cooperativa COOPERMAS

Fatores para análise		Informações obtidas
FATORES INTERNOS	Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos para a realização das atividades diárias (balança, prensa, caminhão, etc.); • Local da sede cedido pela COMURG;
	Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em vivenciar o cooperativismo; • O trabalho individual é considerado por muitos membros mais importante que o coletivo; • Dependência de ações da COMURG; • Armazenagem de material precária; • Alta rotatividade de seus membros; • Baixo nível de escolaridade;
FATORES EXTERNOS	Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar empresas de bairros próximos para estabelecer convênio de doação de materiais;
	Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em mobilizar a comunidade local para separação de lixo na fonte; • Falta de apoio efetivo do governo local;

Nota: Adaptado de: SILVEIRA, Henrique. SWOT. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília, DF: UNB, p.216.

TABELA 24: SWOT - Cooperativa COOPER-RAMA

Fatores para análise		Informações obtidas
FATORES INTERNOS	Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Força de vontade de alguns membros, sendo que alguns destes fazem parte da direção;
	Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em vivenciar o cooperativismo; • Falta de equipamentos para trabalhar, inclusive de segurança; • Local da sede alugado; • Armazenagem de material precária; • Alta rotatividade de seus membros; • Baixo nível de escolaridade;
FATORES EXTERNOS	Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar empresas de bairros próximos para estabelecer convênio de doação de materiais e patrocínios;
	Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em mobilizar a comunidade local para separação de lixo na fonte; • Falta de apoio efetivo do governo local;

Diagnóstico da fase de pré-incubação:

TABELA 25: Bloco 1 – Respostas das questões de 1 a 3 (Questões gerais sobre os EES).

QUESTÕES	RESPOSTAS		
	A AMBIENTAL	COOPERMAS	COOPER-RAMA
Questão 1: Nome do EES, nº de participantes e segmento econômico	Cooperativa Ambiental; 20 membros; Catação e triagem primária de resíduos sólidos.	Cooperativa COOPERMAS; 21 membros; Catação e triagem primária de resíduos sólidos.	Cooperativa COOPER-RAMA; 29 membros; Catação e triagem primária de resíduos sólidos.
Questão 2: Trata-se de levantar para quantos membros do grupo a cooperativa é considerada como principal fonte de renda (individual e familiar).	100% do total dos membros considera a cooperativa como principal fonte de renda individual.	99% do total dos membros considera a cooperativa como principal fonte de renda individual.	83% do total dos membros considera a cooperativa como principal fonte de renda individual.
Questão 3: Quantos membros do EES são beneficiários de programas sociais?	4 membros	5 membros	10 membros

Análise:

Foi possível concluir que, de maneira geral, os membros dos três grupos realizam precariamente suas atividades na cooperativa, sendo ainda inviável ter esta atividade como única fonte de renda. Percebe-se a necessidade de os grupos se organizarem, incentivando os membros a retomarem seus estudos, intensificar a vivência do cooperativismo e estabelecer parcerias e convênios com o poder público e setor privado, em busca de investimentos e incentivos.

Variável 2: Grau de utilização das técnicas e instrumentos para a gestão da informação e do conhecimento pelos membros dos grupos.

Diagnóstico da fase de pré-incubação

TABELA 26: Bloco 2 – Respostas das questões de 11 a 15 (Autogestão).

QUESTÕES	RESPOSTAS		
	A AMBIENTAL	COOPERMAS	COOPER-RAMA
Questão 11: A cooperativa possui estatuto próprio?	Sim	Sim	Sim
Questão 12: Qual o nível de conhecimento do estatuto por parte dos membros do grupo?	e) Não conhecem nada do estatuto.	d) Conhecem muito pouco do estatuto.	d) Conhecem muito pouco do estatuto.
Questão 13: Qual o nível de qualificação dos participantes em relação à gestão e funcionamento de cooperativas e empreendimentos solidários?	c) Realizam precariamente o trabalho.	c) Realizam precariamente o trabalho.	c) Realizam precariamente o trabalho.
Questão 14: Quais os instrumentos de controle gerencial utilizados pelos EES?	Cadastro de fornecedores; cadastro de clientes; Planilhas eletrônicas (custo, vendas, pagamentos, etc.); Ficha de matrícula dos cooperados.	Mapa de pesagem; controle de caixa; controle de estoque; controle de coletas e doações; controle de rotas; Ficha de matrícula dos cooperados.	Controle de caixa; Ficha de matrícula dos cooperados.
Questão 15: Qual a frequência em que ocorrem as assembleias e reuniões gerais?	Semanalmente	Semanalmente	Não especificado.

Análise:

Foi possível concluir que, para A Ambiental, COOPERMAS e COOPER-RAMA apesar de as cooperativas possuírem estatuto próprio, as equipes de direção consideram que os membros quase não conhecem o estatuto. Cabe destacar que o estatuto foi elaborado durante exaustivas reuniões nos três grupos, em que cada item foi explicado de forma detalhada pela equipe da incubadora. Os membros dos grupos realizam precariamente a separação primária do material, não possuindo qualificação necessária para tal atividade. Os grupos utilizam instrumentos de controle gerencial em formato manual, com exceção da A Ambiental que utiliza meio eletrônico, no entanto, somente alguns membros da direção desta cooperativa sabem utilizá-los.

Variável 3: Conhecimento das necessidades informacionais (por parte dos membros dos grupos);

Diagnóstico da fase de pré-incubação

TABELA 27: Bloco 3: Respostas das questões 16 e 17 - Questões sobre as necessidades (informacionais) dos EES e o programa de incubação

QUESTÕES	RESPOSTAS		
	A AMBIENTAL	COOPERMAS	COOPER-RAMA
<p>Questão 16:</p> <p>Quais os principais motivos que levaram o grupo a fazer parte do programa de incubação?</p>	<p>Legalização;</p> <p>Melhoria financeira;</p> <p>Busca por parcerias;</p> <p>Constituição / formação do grupo.</p>	<p>Captação de recursos/financiamento;</p> <p>Legalização;</p> <p>Busca por parcerias;</p> <p>Constituição / formação do grupo;</p> <p>Capacitação, assessorias, informação;</p> <p>Foram encaminhados (prefeitura, movimentos sociais).</p>	<p>Captação de recursos / financiamento;</p> <p>Legalização;</p> <p>Melhoria financeira;</p> <p>Busca por parcerias;</p> <p>Constituição / formação do grupo;</p> <p>Foram encaminhados (prefeituras, movimentos sociais);</p> <p>Capacitação, assessorias, informação.</p>
<p>Questão 17:</p>	<p>Encontro entre as cooperativas para negociações sobre a venda do material (venda em rede de cooperativas);</p> <p>Canto de leitura (parceira com a escola);</p> <p>Parceria com o Centro de cultura do bairro (possui sala de</p>	<p>Contabilidade;</p> <p>Auxílio na chegada de doações;</p> <p>Auxílio em financiamentos;</p> <p>Trazer cooperados de outros locais para trabalharem na COOPERMAS.</p>	<p>Aula explicativa com linguagem mais fácil sobre vários temas;</p> <p>Auxílio na negociação dos produtos para venda;</p> <p>Encontro entre as cooperativas para negociações sobre a venda do material (venda em rede de cooperativas);</p> <p>Artesanato para</p>

Apresente sugestões para a Incubadora Social de acordo com necessidades identificadas nos EES.	computação) EJA – Educação de Jovens e Adultos; Aula / encontro para ensinar cooperativismo; Oficinas para aprenderem o trabalho.		confecção de material para venda (manual); Oficinas para aprenderem o trabalho. Atividades com as crianças; Auxílio na obtenção de documentos pessoais para alguns membros.
--	--	--	--

Análise:

A Ambiental

De maneira geral, pode-se concluir que o grupo tem conhecimento de suas necessidades, bem como do papel da incubadora na trajetória da cooperativa. As sugestões apresentadas demonstram o engajamento do grupo junto às entidades de bairros.

COOPERMAS E COOPER-RAMA

Concluiu-se, de maneira geral, que estas duas cooperativas detêm pouco conhecimentos acerca de suas necessidades. No entanto, as sugestões apresentadas demonstram o despreparo e desconhecimento.

8.2. SEGUNDO OBJETIVO ESPECÍFICO

Propor um conjunto de ações que visem a alfabetização em informação dos participantes dos EES de catadores de material reciclável, impulsionando a emancipação, melhoria das relações de confiança e o desenvolvimento da autonomia intelectual.

Fator: Ações que visem a alfabetização em informação.

Variável 4: Perfil dos membros dos grupos (sexo idade, grau de escolaridade e estado civil);

Diagnóstico da fase de pré-incubação - 1ª Parte: Perfil dos membros dos grupos

Análise:

A Ambiental

GRÁFICO 4: A AMBIENTAL - cooperativados classificados por faixa etária

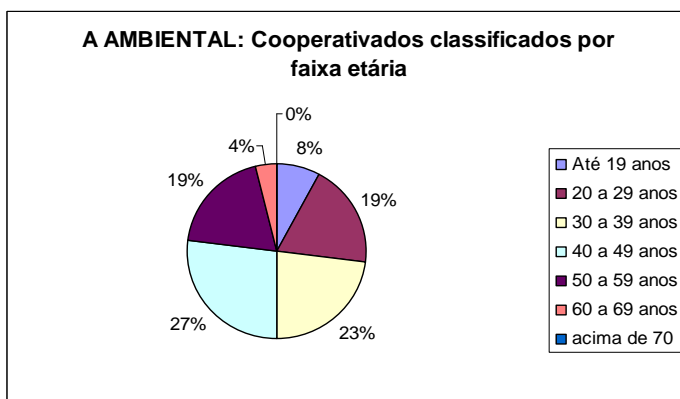


GRÁFICO 5: A AMBIENTAL - cooperativados classificados por Estado civil.

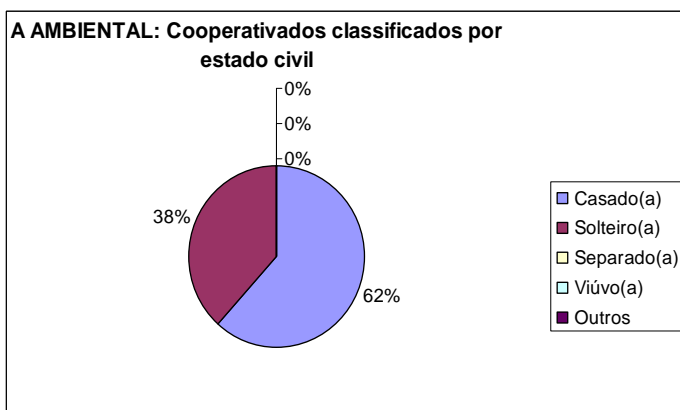
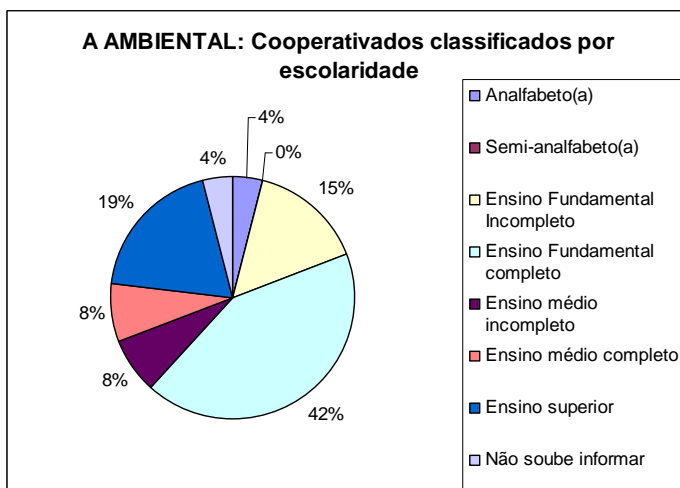


GRÁFICO 6: A AMBIENTAL - cooperativados classificados por Escolaridade



Analisando os gráficos originados pelos dados da cooperativa A Ambiental, vale ressaltar que 27% dos membros do grupo têm entre 40 e 49 anos, 62% são casados(as) e a maioria do sexo feminino. No último gráfico, o item que se destaca é a grande quantidade de pessoas que cursaram ou estão cursando o ensino superior (19%). Este fato pôde ser claramente demonstrado ao longo das reuniões com o grupo e durante todo o processo de legalização da cooperativa. Trata-se de um grupo em que grande parte das situações-problema é resolvida rapidamente, além de seus membros apresentarem facilidade na articulação com outros segmentos da sociedade civil (igrejas, associação de bairros, empresas, etc.). Percebe-se que a quantidade significativa de pessoas com curso superior, ou seja, com uma certa autonomia intelectual, impulsiona o grupo para a emancipação e melhoria das relações de confiança.

COOPERMAS

GRÁFICO 7: COOPERMAS - cooperativados classificados por faixa etária

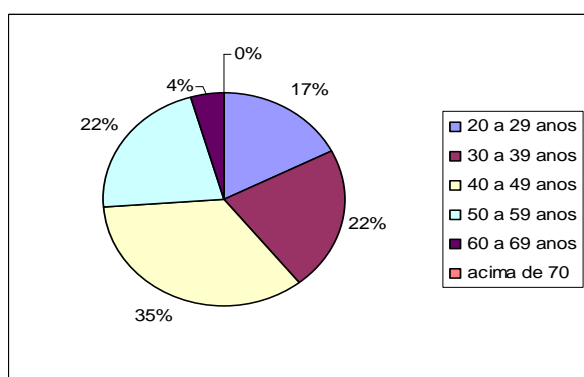
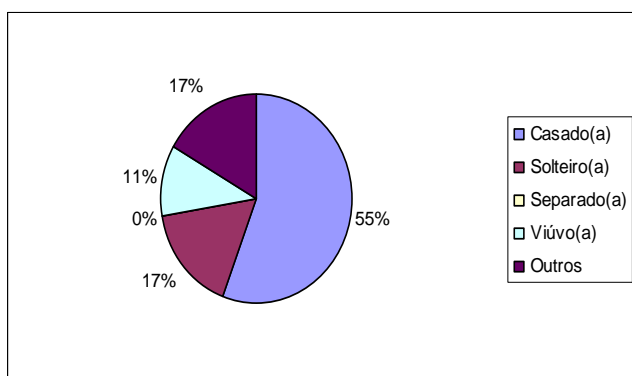


GRÁFICO 8: COOPERMAS - cooperativados classificados por Estado civil



Vale destacar a porcentagem de 35% do total dos membros com idade entre 40 e 49 anos, analisando os gráficos originados pelos dados da cooperativa COOPERMAS. Este número sinaliza a existência de vários membros que, são responsáveis por uma família, estavam desempregados, e apresentavam dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, até o momento de ingressarem na cooperativa. O gráfico referente ao estado civil confirma tais informações, uma vez que apresenta porcentagem de 55% dos membros que se declararam casados.

Não foi possível obter os dados referentes à escolaridade dos membros da COOPERMAS, apesar de ter sido solicitado.

COOPER-RAMA

GRÁFICO 9: COOPER-RAMA - cooperativados classificados por faixa etária

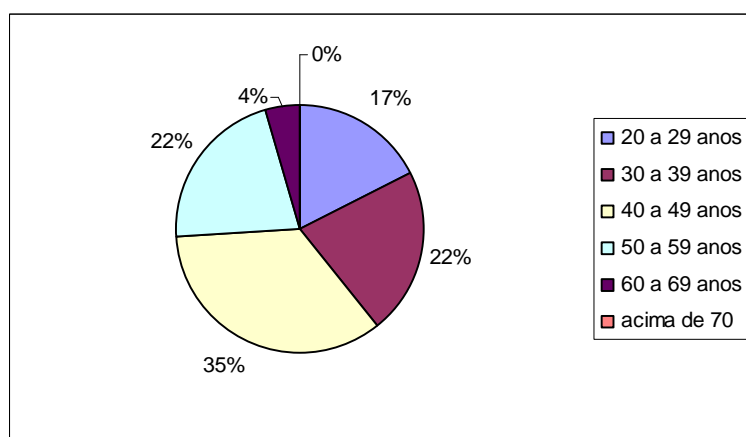


GRÁFICO 10: COOPER-RAMA - cooperativados classificados por Estado civil

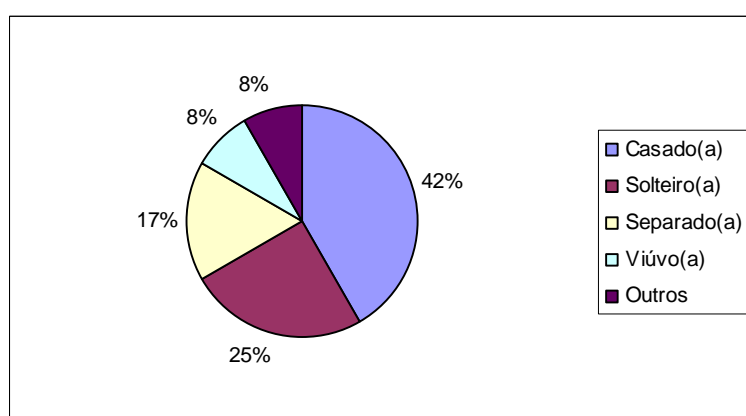
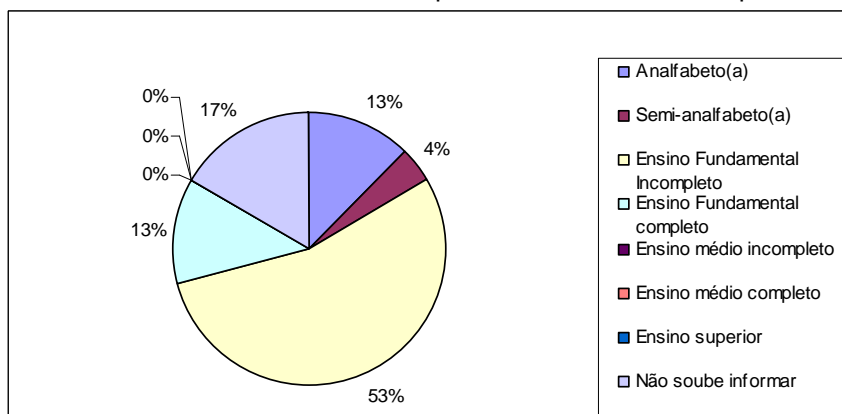


GRÁFICO 11: COOPER-RAMA: cooperativados classificados por Escolaridade

Observa-se que existem percentuais semelhantes, ao analisar os gráficos originados pelos dados da cooperativa COOPER-RAMA, com os das outras cooperativas (35% do total de membros possui entre 40 e 49 anos e 42% são casados). Uma informação importante no gráfico nº11 é que 53% do total dos membros possui somente ensino fundamental incompleto e 13% são analfabetos. Percebe-se uma necessidade de elaboração de uma abordagem diferenciada para que o processo de incubação possa de fato contribuir para o desenvolvimento social e humano destes membros.

Variável 5: Grau de motivação para aprender a informar-se;

Variável 6: Tipos de fontes de informação utilizadas;

Para estas duas variáveis os dados coletados fazem parte do 1º bloco de questões da técnica de grupo focal.

GRUPO FOCAL

1º Bloco de questões: Tema – Alfabetização em informação.

Questão 1: Você sente vontade de se informar constantemente? Por quê?

Respostas:

Após constatar que para as três cooperativas as respostas estão semelhantes, optou-se por juntá-las no mesmo bloco de respostas. Desta forma, cerca de 35% do total dos seus participantes sente vontade de se informar diariamente.

Motivos: Saber o que está acontecendo; estar atualizado em relação a todos os assuntos; aprender mais. O restante respondeu que não se informa todos os dias por motivos variados.

Questão 2: Quais os tipos de fontes de informação mais utilizados?

Respostas: Nas três cooperativas as respostas obtidas foram: Televisão e Rádio.

Questão 3: Com que frequência você procura se informar utilizando-se destas fontes?

Respostas: As três cooperativas obtiveram praticamente os mesmos resultados: 99% do total dos membros afirmou que procura se informar utilizando estas fontes, diariamente.

Análise do 1º bloco de questões – Tema: Alfabetização em informação

Observa-se que a maioria dos membros dos três grupos tem o hábito de se informar todos os dias através dos meios de comunicação de massa: rádio e televisão. Vale ressaltar que apesar disso, uma parcela pequena do total geral dos membros sente vontade de se informar diariamente. Pode-se concluir com isso que o acesso ao rádio e à televisão, na maioria das vezes, ocorre de maneira involuntária, podendo ser considerado como um hábito diário que, geralmente, pode não vir acompanhado do processo de seletivo de informação.

8.3. TERCEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO

Propor, baseado em levantamentos informacionais, um conjunto de ações aos EES incubados, visando o desenvolvimento e a ampliação de suas atividades na cadeia produtiva, assim como a participação nas redes de EES.

Fator: Conjunto de ações multidisciplinares de mediação da informação provenientes da Incubadora Social da UFG.

Variável 7: Grau de conhecimento das atividades do trabalho da cooperativa;

TABELA 28: Diagnóstico da fase de pré-incubação

QUESTÕES	RESPOSTAS		
	A AMBIENTAL	COOPERMAS	COOPER-RAMA
Questão 12: Qual o nível de conhecimento do estatuto por parte dos membros do grupo?	e) Não conhecem nada do estatuto.	d) Conhecem muito pouco do estatuto.	d) Conhecem muito pouco do estatuto.
Questão 13: Qual o nível de qualificação dos participantes em relação à gestão e funcionamento de cooperativas e empreendimentos solidários?	c) Realizam precariamente o trabalho.	c) Realizam precariamente o trabalho.	c) Realizam precariamente o trabalho.

Fonte: A autora

Análise:

Observa-se que, embora todas as cooperativas possuam um estatuto, considerado como o principal documento, a maioria dos membros dos grupos não o conhecem ou não entendem o que nele está escrito. Fato este que aponta para dificuldades quanto ao entendimento e à metodologia utilizada durante as reuniões de elaboração do estatuto. Tais problemas têm relação direta com a realização precária do trabalho diário nos três grupos.

Variável 8: Grau de motivação para trabalhar na cooperativa.

2º Bloco de questões: Tema – Motivação para o trabalho.

Questão 4: Você se sente motivado para trabalhar na cooperativa?

Resposta:

Constatou-se que para cada grupo, sequencialmente, A Ambiental, COOPERMAS e COOPER-RAMA cerca de 85%, 99% e 85% do total se sente pouco motivado para trabalhar nas cooperativas.

Questão 5: Caso se sinta pouco motivado ou sem nenhuma motivação, quais os motivos?

Respostas:

Constatou-se que para as três cooperativas, as principais razões para a desmotivação para trabalhar são: dificuldades financeiras, falta de apoio efetivo do governo e desvalorização do trabalho. Com exceção da COOPERMAS, os outros dois grupos apontam também a falta de equipamentos como um dos motivos para a desmotivação no trabalho.

Análise do 2º Bloco de questões: Tema – Motivação para o trabalho.

A maioria dos membros dos três grupos não se sente motivada para trabalhar nas cooperativas. Os motivos para o descontentamento são vários, contudo, as dificuldades financeiras, principalmente por falta de apoio efetivo do governo local, repercutem diretamente nos resultados dos grupos. Cabe apontar que o governo local firmou um compromisso de auxílio financeiro e logístico na coleta seletiva da cidade, com os catadores, porém isso não aconteceu. Outra informação importante é o fato de a sociedade não valorizar o trabalho realizado pelos catadores por desconhecimento; essa situação de exclusão contribui para a baixa auto-estima e o descontentamento dessas pessoas.

Diante deste quadro, faz-se necessário, juntamente com os parceiros dos grupos articular um trabalho de educação ambiental municipal, divulgando a importância dos grupos de catadores na cadeia de reciclagem.

Variável 9: Importância dada às redes de EES.

3º Bloco de questões: Tema – As redes de EES de catadores de materiais recicláveis.

Questão 6: Você acha importante que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis se organizem em redes? Para quê?

Respostas:

Os três grupos consideram importante a organização das cooperativas em rede para que se fortaleçam junto ao governo e nas negociações de compra e venda de material reciclável.

Questão 7: Este EES realiza ações que visem a organização de uma rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis? Quais?

Respostas:

Os três grupos responderam: Sim. Organizando reuniões que envolvam todos os grupos da cidade; mantendo contato com outras redes de catadores para troca de experiências; organizando ações para viabilizar a criação da central de cooperativas de catadores de Goiânia.

Análise do 3º Bloco de questões: Tema – As redes de EES de catadores de materiais recicláveis.

Em geral, os grupos reconhecem a importância das articulações para a formação de redes de EES de catadores de materiais recicláveis, porém percebe-se que as ações ainda são incipientes e informais por falta de conhecimento sobre o assunto.

9 validação DOS PRESSUPOSTOS

1º Pressuposto: Para que o processo de incubação de grupos populares se torne uma tecnologia social podendo ser reaplicável, faz-se necessária a implantação da gestão da informação e do conhecimento durante todo o processo;

As ações ligadas à gestão da informação e do conhecimento se mostraram eficientes para que a equipe da incubadora pudesse conhecer e caracterizar os grupos de catadores de materiais recicláveis. A análise SWOT evidenciou um maior número de pontos fracos em relação a pontos fortes. Esses fatores negativos prejudicam, consideravelmente, o desenvolvimento do grupo (dificuldade em vivenciar o cooperativismo, falta de equipamentos, armazenagem do material reciclável em condições precárias, alta rotatividade de membros do grupo, etc.). As ameaças também foram citadas em maior quantidade em relação às oportunidades (falta de apoio do governo local, dificuldade em mobilizar a comunidade, etc.). Tal cenário ofereceu subsídios informacionais para que a Incubadora Social pudesse providenciar ações de auxílio e acompanhamento direcionadas a solucionar tais problemas.

Em relação à utilização das técnicas e instrumentos para a gestão da informação e do conhecimento por parte dos membros dos grupos, foi possível observar e identificar que os grupos utilizam as ferramentas de gestão organizacional para propor melhorias e, assim, poder antecipar possíveis problemas, mas isso, ainda, de maneira incipiente. A Incubadora está organizando um conjunto de capacitações para os grupos sobre diversos temas: cooperativismo, gestão organizacional, comunicação e informação, trabalho com materiais recicláveis, etc., respeitando as reivindicações bem como as limitações.

Todas as ações relacionadas ao processo de incubação foram devidamente documentadas pela Incubadora e ao longo do processo de incubação percebeu-se a necessidade de se consultar essa documentação para analisar algumas situações do presente, repensar ações e planejar o futuro.

Considerando de extrema importância a gestão da informação e do conhecimento ao longo do processo de incubação, a equipe da incubadora da UFG organizou o I Seminário de Economia Solidária e Educação Ambiental, nos dias 16 e 17 de Outubro de 2008.

O referido evento veio reafirmar um dos intuitos da Incubadora Social que é tornar a UFG um pólo difusor de Cooperativismo e Economia Solidária, por meio da consolidação de um ambiente propício ao debate e à vivência dos princípios sócio-solidários, nas comunidades universitária e externa. A idéia é realizar durante o período de dois (02) anos, um (01) evento em cada semestre.

O evento estava inserido no I Congresso Goiano de Educação Ambiental (I CONGEA) e contou com parcerias estratégicas: Superintendência do Banco do Brasil/DRS e a Superintendência Regional do Trabalho em Goiás. Foi criada uma Comissão Organizadora com os membros da Incubadora Social que, além de elaborar o projeto, cuidou da execução para a realização do seminário.

Participaram do Seminário 134 pessoas, entre professores e estudantes universitários, agentes ambientais e profissionais oriundos de várias instituições públicas e privadas, de vários estados, que atuam junto ao cooperativismo e à educação ambiental.

Ilustração 15: Equipe de organização do I Seminário de Economia Solidária e Educação Ambiental (16 e 17 de Outubro de 2008 - UFG)



Foto: Simone Nóbrega, 2008

Ilustração 16: I Seminário de Economia Solidária e Educação Ambiental - Palestrante: Roberto Marinho Alves da Silva (Diretor de Estudos e Divulgação - SENAES / MTE)



Foto: Laura Rezende, 2008.

Em suma, foi possível comprovar o primeiro pressuposto de acordo com a utilização das ferramentas de coleta de dados, bem como no desenrolar do processo de incubação. Apesar das limitações identificadas nos grupos incubados, pôde-se perceber que os integrantes das cooperativas têm conhecimento de suas reais necessidades informacionais, porém sentem dificuldades em descobrir como suprir da melhor maneira tais necessidades. Observa-se, também, que, ao longo do tempo, fica mais evidente para os membros dos grupos o importante papel da incubadora social no desenvolvimento econômico e social das cooperativas.

As ações planejadas e executadas ao longo da fase de pré-incubação demonstram a importância da gestão informacional no processo de organização dos grupos incubados. Essas ações esclarecem que, de acordo com o primeiro pressuposto, está sendo criada uma tecnologia social, tendo em

vista a contínua criação de soluções como resposta aos problemas enfrentados pelos catadores, levando em conta suas tradições, seus arranjos organizacionais, seus saberes locais, sua realidade histórica, econômica, social e cultural.

Partiu-se desde o início da definição do CBRTS (2008) de que tecnologia social não se define somente pelos resultados e impactos que produz. Ela é principalmente um modo de fazer, um modo de produzir conhecimento, que presta atenção em valores como a participação e o aprendizado, a disseminação de informações e do conhecimento entre todas as partes envolvidas, a transformação das pessoas e da realidade social, entre outros aspectos, procurando caminhar para o desenvolvimento socio-econômico sustentável.

2º Pressuposto: Para que aconteça com os membros dos grupos incubados um efetivo desenvolvimento de habilidades em informação favorecendo a autogestão dos EES e a conquista da autonomia intelectual, faz-se necessário a realização de ações que visem a alfabetização em informação;

De acordo com o perfil traçado dos membros dos grupos incubados, pôde-se observar, de maneira geral, uma baixo nível de escolaridade: a maioria possui somente ensino fundamental (incompleto ou completo). O baixo nível de escolaridade se torna um fator limitador para a realização de várias ações por parte da incubadora social junto aos grupos visando a melhoria e o desenvolvimento. Além disso, ocasiona desmotivação por parte dos catadores ao longo do processo de incubação.

Em relação à idade dos membros, a maioria deles possui entre 40 e 49 anos. Isso demonstra que, de um modo geral, antes de fazerem parte de uma das cooperativas de catadores, essas pessoas estavam desempregadas e, deviam apresentar dificuldades em ser re-inseridas no mercado de trabalho. O ingresso na cooperativa reacende a esperança de um trabalho digno e de reconhecimento.

Diante do perfil dos membros dos grupos, várias ações de incentivo à educação estão sendo providenciadas pela Incubadora; uma delas é a criação de uma equipe responsável por este tema. A idéia é incentivar o retorno aos estudos, além de oferecer às cooperativas capacitações sobre vários temas relacionados com o trabalho de reciclagem de materiais.

Um outro fato que merece atenção, neste momento, é a utilização das fontes de informação, visto que a maioria dos membros dos grupos somente utiliza rádio e televisão para se informar, diariamente. O aumento no nível de escolaridade dos catadores pode também incentivar a utilização de outros tipos de fontes de informação, além do rádio e da televisão, contribuindo para o desenvolvimento intelectual desses indivíduos.

De acordo com o referencial teórico, quando a alfabetização em informação é interpretada como sendo parte do caráter da relação entre usuários e informação, algumas facilidades interessantes do fenômeno se tornam aparentes. A idéia é priorizar estas facilidades na elaboração das ações da Incubadora Social referentes à utilização das fontes de informação. Entre elas estão:

- variação na ênfase em tecnologia;
- ênfase na capacidade de se empenhar em grandes responsabilidades profissionais mais abrangentes ao invés de se envolver em atividades específicas;
- colaboração social ou interdependência entre colegas, ao invés de se dar ênfase às capacidades individuais;
- necessidade de parceiros para informações intermediárias;
- ênfase na manipulação intelectual da informação ao invés de práticas técnicas, utilizando-se a tecnologia da informação.

3º Pressuposto: A melhoria contínua e o aumento das capacidades latentes dos grupos incubados dependem da elaboração e da implementação de um conjunto de ações multidisciplinares de mediação da informação, provenientes da Incubadora Social da UFG.

Constatou-se, ao longo da coleta dos dados, que os membros dos grupos se sentem pouco motivados para trabalhar. Este fato se deve, principalmente, pela falta de apoio efetivo do governo, e pelas dificuldades financeiras vividas desde a criação das cooperativas. Outra situação identificada que merece atenção é que, de um modo geral, a sociedade não valoriza o trabalho realizado pelos catadores, na maioria das vezes, desconhece este tipo de trabalho, assim como a importância desses indivíduos na cadeia da reciclagem. Isto contribui para a baixa auto-estima e o descontentamento dos membros dos grupos.

O nível de articulação de uma cooperativa com a Academia, sociedade e iniciativa privada é o que define a qualidade de seu trabalho, garantindo o aumento da produção e a conquista de apoiadores e parceiros, associado, é claro, à integração dos aspectos ambiental, social e econômico.

Os catadores podem se tornar valiosos agentes atuando na educação ambiental da sociedade. Sensibilizar para as questões ambientais implica em dar ao indivíduo uma oportunidade de visualizar o todo. É importante trabalhar a motivação para a mudança por meio do senso crítico das pessoas.

No período de outubro a dezembro de 2008, ainda em fase de pré-incubação, a equipe da incubadora se encarregou de discutir com os grupos incubados acerca da aplicação dos princípios administrativos necessários para nortear a organização e o uso dos controles a serem implementados, assim como a organização do trabalho nas cooperativas. Verificou-se extrema dificuldade na seqüência das atividades realizadas pelas equipes de incubação, devido à forte crise financeira enfrentada pelas cooperativas. Somou-se ao fato, a vertiginosa queda do mercado de materiais recicláveis, a partir do mês de outubro. Os preços pagos às cooperativas, para alguns produtos, caíram mais de 90%. É o caso do preço pago pelo papelão de primeira que, em junho e julho de 2008, era R\$0,25/Kg, a partir de outubro, entrou em declínio, chegando a R\$0,04/Kg no início de novembro e, permanecendo assim, por todo o mês de dezembro.

Dificuldades como: a inconformidade com a renda auferida a partir de setembro, e o receio da responsabilidade sobre o acúmulo das dívidas das

cooperativas, provocaram a evasão de grande número de cooperados. Constatou-se, a partir de então, nos dados coletados, elevado índice de rotatividade nos quadros sociais das cooperativas, o que tornou impraticável a seqüência das atividades de capacitação para o trabalho. A incubadora optou por adiar a organização das capacitações e concentrou-se em ações que pudessem auxiliar na resolução desses problemas graves enfrentados pelos grupos.

No âmbito interno das cooperativas, a equipe de incubação atuou como mediadora de conflitos, muitos destes ocasionados pela pressão financeira no que se refere à baixa rentabilidade e ao acúmulo de dívidas, como também, pelo desarranjo operacional devido à evasão de cooperados, provocando significativa diminuição na capacidade de coleta e triagem dos materiais.

Retomando alguns aspectos teóricos que nortearam a pesquisa, para que o círculo virtuoso da reciclagem (GONÇALVES, 2003) aconteça de maneira efetiva, faz-se necessária a participação do Estado, definindo de forma participativa, diretrizes e políticas públicas de apoio à cadeia produtiva da reciclagem, agências de fomento, fóruns de discussão da sociedade civil organizada como: Agenda 21, Fórum Lixo e Cidadania, etc. Assim, temos de maneira pontual que o Estado deve:

- ocupar-se com as questões da reciclagem, considerando sua implicação social, ambiental e econômica;
- envolver as secretarias relativas na definição das políticas públicas de apoio à reciclagem;
- atrair para a região, empresas que podem fomentar a cadeia produtiva da reciclagem com incentivos e apoios;
- valer-se do sistema de “governança”, ou seja, administrar com ajuda da sociedade civil organizada (terceiro setor), e da iniciativa privada (segundo setor);

- desenvolver uma interface que facilite o acesso e o entendimento das diretrizes e dos programas de apoio à cadeia produtiva da reciclagem por parte dos atores nela envolvidos.

Pensando nesse quadro de insatisfação com o Estado instalado nas cooperativas, a incubadora proporcionou momentos de discussões entre os grupos para se articularem e tentarem mobilizar a prefeitura de Goiânia para cumprir com os compromissos firmados junto aos catadores organizados. Após várias reuniões contando com a participação de todas as cooperativas e associações de catadores de Goiânia, decidiu-se entrar em contato com o Ministério Público para reivindicar o cumprimento do convênio firmado entre cooperativas e COMURG, e a melhoria na logística do programa Goiânia Coleta Seletiva (ver Ata da reunião no Ministério Público no apêndice B).

No mês de Janeiro de 2009, a COMURG efetuou o pagamento de parte do valor devido referente ao convênio firmado, amenizando os problemas financeiros instalados até então.

A Incubadora visando a mediação da informação, promoveu uma visita técnica às cooperativas, filiadas à Central de Cooperativas (CENTCOOP) de Brasília – DF, como uma das atividades dos grupos em fase de pré-incubação. Nessa visita técnica, os participantes tiveram a oportunidade de trocar experiências com as cooperativas filiadas à CENTCOOP de Brasília, e puderam constatar a importância da proposta de trabalho da Incubadora Social da UFG quanto aos aspectos organizacionais do cooperativismo, gestão, organização do trabalho, e estruturação das instalações físicas e equipamentos. Durante a visita, os membros dos grupos presentes puderam perceber a importância de se organizarem por meio de redes de cooperativas com a finalidade de obterem melhores resultados na comercialização de seus produtos e também como forma de fortalecimento de sua representação junto às instituições públicas e privadas.

Ilustração 17: Visita técnica – CENTCOOP (Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal) e cooperativas COOP-ATIVA, CORTRAP e Reciclo - Brasília (DF)– 24/11/2008



Foto: Laura Rezende, 2008.

Ilustração 18: Visita à cooperativa COOP-ATIVA (localizada nas proximidades da via Estrutural de Brasília – DF)



Foto: Laura Rezende, 2008.

A Incubadora, em parceria com a equipe da Universidade Católica de Goiás, desenvolveu um projeto junto ao BNDS/Banco do Brasil com o objetivo de estruturar os grupos por meio da criação de uma Central de Cooperativas de Catadores da cidade de Goiânia, capaz de comercializar, de forma coletiva, o produto das filiadas e, também, de operar na reciclagem dos materiais com maior valor agregado, com a finalidade de aumentar a capacidade operacional

das cooperativas, e de ampliar a possibilidade de renda dos cooperados. Após o devido encaminhamento pela Superintendência do Banco do Brasil ao BNDS, aguarda-se o andamento do projeto.

Observa-se, portanto, que o terceiro pressuposto foi comprovado diante das ações de mediação da informação realizadas pela incubadora social, tornando possíveis os encaminhamentos necessários para a resolução de problemas graves instalados nas cooperativas.

10 conclusões e sugestões para estudos futuros

Finalizando este estudo, vale discorrer sobre sua notória contribuição para um processo gradativo de transformações políticas, econômicas e sociais nos membros dos grupos incubados em questão. Observou-se também, que a proposta de incubação construída impulsionou um nítido fortalecimento destas cooperativas, as quais caminham para se tornar efetivamente agentes protagonistas de todo o processo de reciclagem da cidade de Goiânia.

Tendo como referencial o conceito de tecnologia social, ao longo de toda a trajetória vivenciada até o momento de finalização deste estudo, pôde-se observar que as técnicas de gestão da informação e do conhecimento aplicadas na interação com os grupos incubados representaram soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida desta população.

Com base nas palavras de Gonçalves (2003, p.92), o lixo é uma questão a ser abordada de forma complexa, contemplando os aspectos econômico, político, sociológico, psicológico, sanitário, afetivo, mitológico e ambiental. Tais aspectos devem ser tecidos de forma interativa e inter-retroativa. Na medida em que as ações relativas a lixo e gerenciamento de resíduos não contemplam as questões sociais e sociológicas, em um esforço conjugado de secretarias e ministérios, os seres humanos são, e continuarão a ser, excluídos e marginalizados. Ainda que na via da inclusão social, por meio do trabalho de catação e comercialização de materiais reaproveitáveis, alguns até se organizam em cooperativas e associações, de fato, eles não são contemplados, nem valorizados. Poderão a qualquer momento ser alijados do processo e empurrados de volta para a exclusão, aumentando, dramaticamente, um problema crescente e inerente à reestruturação produtiva capitalista.

10.1 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

A arte da pesquisa tem em suas conclusões o ponto de partida para novos estudos. No contexto das incubadoras sociais, observou-se, no Brasil, uma grande lacuna na literatura sobre este tema, principalmente relacionado com o processo de gestão da informação e do conhecimento.

O aporte teórico da Ciência da Informação fornece o entendimento necessário para as questões ligadas às demandas sociais por informação. É o caso da presente pesquisa, que procurou aprofundar estudos sobre metodologias apropriadas para que populações excluídas socialmente, neste caso, os catadores de materiais recicláveis, possam usufruir, de maneira eficaz, das fontes de informação, utilizando-as de forma crítica para a resolução de problemas.

Complementando, faz-se necessário priorizar a questão da educação neste contexto, que deve caminhar junto com o processo de alfabetização em informação. Esta problemática faz parte daquelas que cruzam as fronteiras históricas das disciplinas tradicionais, trazendo consigo a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Outra questão interdisciplinar que merece destaque, ao concluir o presente estudo, está relacionada com a gestão organizacional de empreendimentos autogestionários solidários.

Diante destas colocações, seguem alguns possíveis temas para estudos futuros:

- O desafio do lixo: a informação como suporte para o desenvolvimento de questões metodológicas e gerenciais com vistas à promoção de melhorias nos processos da cadeia da reciclagem;
- Os empreendimentos autogestionários e a Ciência da Informação: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento;
- Políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos;
- Dimensão humana e social da informação: a mediação como agente facilitador da inclusão social de catadores de materiais recicláveis;

- Gestão da informação e do conhecimento e as questões do cooperativismo;
- Cooperativas de catadores de materiais recicláveis: Projetos de alfabetização em informação visando desenvolver a auto-estima e autonomia intelectual.

REFERÊNCIAS

ALARIO JR., Dante; OLIVEIRA, Nelson B. de. A inovação tecnológica e a indústria nacional. **Parceiras estratégicas**, Brasília, DF, n. 8, maio 2000. p. 45-43.

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996.

ALESSIO, Paulo Agostinho. **Informação e conhecimento**: um modelo de gestão para potencializar a inovação e a cooperação universidade-empresa. 341 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2004.

ALVIM, Paulo César Rezende de C. **Fundamentos de um sistema informacional para apoio a tomada de decisão de inovação em empresas de base tecnológica**. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - UnB, Brasília, DF, 2002.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATIONS. Presidential Committee on Information Literacy (1989). Relatório final. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/acrl/acrlpubs/whitepapers/presidential.htm>> Acesso em: 30 jan. 2008.

ANDRADE, Sonia Cruz-Riascos de. **Inclusão Digital como ação facilitadora para o desenvolvimento de empresas de base industrial**. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - UnB, Brasília, DF, 2005.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. Disponível em: < www.anprotec.org.br>. Acesso: 10 out. 2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO - ANTEAG. Disponível em: <http://www.anteag.org.br/index.php?option=com_content&task=section&id=5&Itemid=84>. Acesso em: 15 jun. 2008.

BALESTRO, Moisés V. **Capital social, aprendizado e inovação**: um estudo comparativo entre redes de inovação na indústria de petróleo e gás no Brasil e

Canadá. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas) - UnB, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro branco: ciência, tecnologia e inovação**. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. 80 p.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portal Inovação**. Disponível em: <<http://www.portalinovacao.mct.gov.br/ISPublish/inovacao/portal/>> Acesso em: 25 nov. 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Disponível em: <<https://www.caged.gov.br/index.html>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

BRESCIANI FILHO, Ettore. Processo de criação organizacional e processo de auto-organização. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.28, n. 1, jan. 1999.

BRUNET, Michel. **Dos parques tecnológicos aos pólos de competitividade: o modelo francês de inovação tecnológica**. Consulado geral da França em São Paulo. Disponível em: <http://www.ambafrance.org.br/saopaulo/portugues/presenca_francesa/sciencesTch.htm> Acesso em: 30 nov. 2006.

BURT, Ronald S. **The Network Structure of Social Capital**. Pre-print for a chapter in: Research in Organizational Behavior. v. 22, Greenwich, 2000. Disponível em: <<http://faculty.chicagogsb.edu/ronald.burt/research/NSSC.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2008.

CARDOSO, Ruth C. L. Sustentabilidade: o desafio das políticas sociais no século 21. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 42-48, 2004.

CARR, Wilfred; KEMMIS, Stephen. **Becoming critical: education, knowledge and action research**. Australia: Deakin University Press, 1986.

CARVALHO, Eduardo Costa. A natureza social da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, Lena Vania R. (Org). **Ciência da Informação, ciências sociais e intersdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT / MCT, 1999.

CASPER, Steven; WAARDEN, Frans van. **Innovation and Institutions: new horizons in the economics of innovation**. Edward Elgar: Northampton, MA., USA, 2005.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria M. **Globalização & Inovação localizada**: experiências locais no Mercosul. Brasília, DF: IBICT / MCT, 1999.

CENTRO BRASILEIRO DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIA SOCIAL - CBRTS. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/modules.php?name=Conteudo&pa=showpage&pid=35>> Acesso em: 16 dez.2008.

CHINOY, Ely. **Sociedade**: uma Introdução à Sociologia. Tradução de Octávio M. Cajado. São Paulo: Cultrix, 1961.

COELHO, Gilda Massari; DOU, Henri. Inteligência competitiva e a formação de recursos humanos no Brasil. **R. Bibliotecon.**, Brasília, DF, v. 23/24. n. 4, p. 455-472, 1999/2000. Edição especial.

COLEMAN, James. **Foundations of Social Theory**. Harward University Press: Cambridge, Massachusetts, 1990.

_____. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, 1998.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 10 set. 2008.

COUNCIL OF AUSTRALIAN UNIVERSITY LIBRARIANS. **Normas sobre alfabetización en información**. Tradução de Cristóbal Pasadas Ureña. Disponível em: <www.aab.es>. Acesso em: 3 ago. 2004.

CUEVAS, Aurora. **Competencia lectora e alfabetización en información**: un modelo para la biblioteca escolar en la sociedade del conocimiento. Revista Ibero Americana de Ciência da Informação, v.1, n.1, 2008.

CUNHA, Pedro Cláudio C. B.; VARANDA, Ana Paula de M. **Acompanhamento e avaliação do programa nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Proninc**: relatórios dos seminários e oficinas. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DE PAULA, JUAREZ. Parcerias para o desenvolvimento. In: MELLO, C.; STREIT, J.; ROVAI, R. (Orgs.) **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local**: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba: Ibpex, 2005.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 18 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Municípios**. Disponível em: < <http://www.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2009

FERNANDES, A; BERVIG, E.; ANTONACCIO, G.; MARINHO, I; SANTANA, M.; RESENDE JUNIOR, P., Tecnologia e comunicação. In: MIRANDA, A; SIMEÃO, E (Orgs.). **Informação e Tecnologia**: conceitos e recortes. Brasília, DF: UnB, Departamento de Ciência da Informação, 2005. p. 22-42.

FINQUELIEVICH, Susana. Transformações nas culturas e políticas institucionais: as universidades na sociedade da informação e do conhecimento. In: MACIEL, Maria Lúcia; ALBAGLI Sarita (Orgs.) **Informação e Desenvolvimento**: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasília, DF: IBICT, UNESCO, 2007.

FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIAS EM TECNOLOGIAS INOVADORAS. Disponível em: <www.certi.org.br> . Acesso em: 5 nov. 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo, Atlas, 2002.

GONÇALVES, Pólita. A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Rio de Janeiro: DP&A; FASE, 2003.

GRIPPI, Sidney. **Lixo, reciclagem e sua história**: guia para as prefeituras brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

GROOTAERT, Christian et al. **Questionário Integrado para Medir Capital Social**. Washington: Banco Mundial, Grupo de Trabalho sobre Capital Social, 2003.

GUIMARAES E SILVA, Junia. Ciência da Informação: uma ciência do Paradigma Emergente. In: PINHEIRO, Lena Vania R. (Org.). **Ciência da Informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT, Rio de Janeiro, MCT, 1999.p. 79-118.

HAMEL, GARRY. **Liderando a revolução**. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores**. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnica.shtm>. Acesso em: 08 mar. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. Disponível em: <

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnica.shtm>. Acesso em: 08 mar. 2009.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS. **Síntese da reflexão conceitual sobre Tecnologia Social**. Disponível em: <
http://www.itsbrasil.org.br/pages/31/sintese_conceitoTS.pdf > Acesso em: 16 dez.2008.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida**. Disponível em:
<<http://www.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>> .Acesso em: 10 set. 2007.

JORGE, Luiz Eduardo; LEAL, Kim-Ir-Sem P. **Subpapéis ou sobrepapéis?** Goiânia: Produção independente, 1984. 88 diapositivos: p&b; 5 x 5 cm.

KUNSCH, Margarida Maria K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4 ed. São Paulo: Summus, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LASSANCE JR; Antonio, E.; PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 65-81.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria C. **Pesquisa qualitativa levada a sério**. Disponível em: <http://hygeia.fsp.usp.br/~flefevre/Discurso_o_que_e.htm> Acesso em: Set./2008.

MARQUES, Dinamar Maria Ferreira; ARRIEL, Marcos Fernando. **Mercado formal em Goiás no primeiro semestre de 2004**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj1/09.htm>. Acesso em: 10 set 2008.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MEC – Ministério da Educação. **REUNI: Reestruturação e expansão das universidades federais – diretrizes gerais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

MILANI, Carlos. **Teoria do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas**. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>> . Acesso em: 13 fev. 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **A Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_emprego.asp>. Acesso em: 10 ago. 2008.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Os Empreendimentos Econômicos Solidários**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_emprego.asp>. Acesso em: set. 2008.

MIRANDA, Antônio. **Sociedade da Informação**: globalização, identidade cultural e conteúdos. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 2, p. 78-88, 2000.

MIRANDA, Antônio; SIMEÃO, Elmira. **A conceituação de massa documental e o ciclo de interação entre tecnologia e o registro do conhecimento**. DatagramaZero Revista de Ciência da Informação, v. 3, n. 4, ago. 2002. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/ago02/F_I_aut.htm >

MIRANDA, Silvânia Vieira. **Identificando competências informacionais**. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n. 2, p.112-122, 2004.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Gestão da Informação e do Conhecimento. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília, DF: UNB. p.116-120.

MOWERY, David C.; ROSENBERG, Nathan. **Trajetórias da inovação**: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX. Tradução de Marcelo Knobel. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005.

NEDER, Ricardo T. **Tecnologia Social como pluralismo tecnológico**. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/noticias/destaque-1/arquivos/neder-r-t-artigo-para-a-rts.pdf> > Acesso em: 16 dez.2008.

NONAKA, Ikujiro. **Criação de conhecimento na empresa**. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues e Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

OLIVEIRA, Cecília Leite. **A Revolução tecnológica e a dimensão humana da informação**: a construção de um modelo de mediação. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Maciel B. de. Dicionário de direitos humanos. **Identidade Cultural**. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Identidade+cultura>>. Acesso em: 09 set. 2008.

PALADINO, Gina Gulineli. Ciência e Riqueza, um Desafio Brasileiro. **Revista Indústria Brasileira**, Brasília, DF, ano 4, n. 36, p. 39, fev. 2004.

POLANYI, M. **The Tacit Dimension**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1966.

POLÍTICAS públicas sobre educación superior por ciclos y por competencias. Documento de Discusión. Bogotá, 2007. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/33C01DAE.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2008.

PORTAL do cooperativismo. Disponível em: <http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/principios_cooperativistas.asp>. Acesso em: 20 fev. 2008.

PRAHALAD, C. K.; GARY HAMEL. **Competindo pelo futuro**: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã. Trad. Outras Palavras. 22ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PROGRAMA GOIÂNIA COLETA SELETIVA. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/html/comurg/coletaseletiva/index.html#>> Acesso em: 27 ago. 2008.

PUTNAM, Robert. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, jan. 1995.

RATTNER, Henrique. **Prioridade**: construir o capital social. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>> Acesso em: 27 fev. 2005.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

REDE Incubar. Disponível em: <www.redeincubar.org.br> . Acesso em: 15 nov. 2006.

REDE de Informações para o Terceiro Setor. **O que são Redes?** Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_oqredes.cfm>. Acesso em: 15 dez. 2004.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS. **Tecnologias Priorizadas**. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/tecnologias-priorizadas/>> Acesso em: 16 dez.2008.

REZENDE, Laura V. R. **O processo de alfabetização em informação inserido em projetos de inclusão digital**: uma análise crítica. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Primeiros Passos)

ROBINSON, David (Org.). **Building Social Capital**. Wellington, N.Z.: Institute of Policy Studies; Wellington: Victoria University, 1985.

ROSSETTO, C. R., ROSSETTO, A. M. A influência do isomorfismo como balizador da formulação de estratégias em organizações familiares. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.

SAIANI, Cláudio. **O valor do conhecimento tácito: a epistemologia de Michel Polanyi na escola**. São Paulo: Escrituras, 2004.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n.1, p. 36-41, jan./abr. 1995.

SILVA, Eduardo Faria. **Serviço nacional de aprendizagem do cooperativismo: emancipação ou subordinação?** Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewFile/6996/4974>>. Acesso em: mar. 2008.

SILVA, José Roberto G. da. **Ensino superior no século XXI: mudanças, desafios e competências**. Bento Gonçalves: PUCRS, 2006. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/reflexoes/encontros/pdf/2006-1-03-Ensino-Superior-no-Seculo-XXIMudancas-Desafios-e-Competencias-Jose-Roberto.pdf>> Acesso em: nov. 2006.

SILVA, Oberdan Dias da. **O que é extensão?** Disponível em: <<http://ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html>>. Acesso em: maio 2008.

SILVA, Roberto Marinho A. **Construir solidariedade e sustentabilidade nos espaços urbanos: a contribuição da Economia Solidária e das Tecnologias Sociais**. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/artigos/construir-solidariedade-e-sustentabilidade-nos-espacos-urbanos-a-contribuicao-da-economia-solidaria-e-das-tecnologias-sociais>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

SILVEIRA, Caio M.; REIS, Liliâne da C. **Desenvolvimento local, dinâmicas e estratégias**. [S.l.] : Rede DLIS/RITS, 2001. 164p.

SILVEIRA, Henrique. SWOT. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília, DF: UNB. p.208-226.

SINGER, PAUL. O desafio é criar cadeias solidárias. In: MELLO, C.; STREIT, J.; ROVAL, R. (Orgs.) **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local**: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

SINGER, Paul; KRUPPA, Sonia Maria P. Senaes e a economia solidária: democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 65-81.

SUAIDEN, Emir; LEITE, Cecília. Dimensão Social do Conhecimento. In:TARAPANOFF, Kira. **Inteligência, Informação e conhecimento em corporações**. Brasília, DF: IBICT, UNESCO, 2006. 99-114.

SUBPAPÉIS. Direção de Luiz Eduardo Jorge. Goiânia: Produção e distribuição independente, 2007. 1 filme (18 min): son., color.; digital.

TARAPANOFF, Kira. Informação, Conhecimento e Inteligência em Organizações: Relações e Complementaridade. In:TARAPANOFF, Kira. **Inteligência, Informação e conhecimento em corporações**. Brasília, DF: IBICT, UNESCO, 2006, 19-35.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Metodologia para implantação de gestão do conhecimento**. Disponível em: <http://www.informal.com.br/pls/portal/docs/PAGE/GESTAODOCONHECIMENTOINFORMALINFORMATICA/INSIGHTS/INSIGHTSGESTAODOCONHECIMENTOTI/INSIGHT_2710.PDF2000>. Insight 042>. Acesso em: abr. 2008.

UNESCO. **Acerca del MOST** (Programa de Gestión de las Transformaciones Sociales). Disponível em: <http://portal.unesco.org/shs/es/ev.php-URL_ID=7239&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: jul. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Portal da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Disponível em: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/>>. Acesso em: 4 ago. 2008.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS. Portal da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UNICAMP. Disponível em: <<http://www.itcp.unicamp.br/drupal/>>. Acesso em: 4 ago. 2008.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Portal da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – USP. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/>>. Acesso em: 5 ago.2008.

VALENTIM, Marta Lígia P. (Org.). Construção de Conhecimento Científico. In:_____. **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 7-28.

VALENTIM, Marta L. P.; CARVALHO, Elisabeth L. de. **Gestão da Informação utilizando o método infomapping**. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.184-198, 2008.

VERONESE, Marília Veríssimo. **Psicologia Social e economia solidária**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.

VIERIA, M.M.F.; CARVALHO, C.A. (Org.). **Organizações, Instituições e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.